



*Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.*

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

**ULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
AL DE AGRICULTURA NO ESTADO DE MINAS
GERAIS**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Belo Horizonte, 2014

ULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
AL DE AGRICULTURA NO ESTADO DE MINAS
GERAIS

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

*Relatório de Gestão do exercício de 2013
apresentado aos órgãos de controle interno e
externo como prestação de contas anual a que
esta unidade está obrigada nos termos do art. 70
da Constituição Federal, elaborado de acordo
com as disposições da IN TCU n° 63/2010,
alterada pela IN TCU n° 72/2013, da DN TCU n°
127/13, da Portaria TCU n° 175/2013 e da
Portaria CGU n° 133/2013.*

**SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESTADO DE MINAS
GERAIS**

Belo Horizonte, 2014

SUMÁRIO

.....	5
LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS	7
PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013	12
INTRODUÇÃO	13
1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada	14
1.1.1 Relatório de Gestão Individual	14
1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade	14
1.3 Organograma Funcional	18
1.4 Macroprocessos finalístico	23
1.5 Macroprocessos de Apoio	25
1.6 Principais Parceiros	28
PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013	29
2.1 Planejamento da unidade	29
2.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados	31
2.2.1 Ações.....	31
2.2.2.1 Ações/Subtítulos ó OFSS.....	31
2.3 Informações sobre outros resultados da gestão.....	50
Parte A, item 3, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.....	82
3.1 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos.....	82
3.2 Sistema de Correição.....	83
3.3 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU	84
3.4 Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos	86
Parte A, item 4, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.....	86
4.1 Execução das despesas	86
4.1.1 Movimentação de Créditos Interna e Externa	86
4.1.2 Realização da Despesa	86
4.1.2.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação ó Créditos Originários ó Executados Diretamente pela UJ	86
4.1.2.2 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa ó Créditos Originários ó Valores executados Diretamente pela UJ	87
4.1.2.3 Análise crítica da realização da despesa.....	88
4.2 Transferências de Recursos	89
4.2.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício.....	89
4.2.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios	90
4.2.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse.....	90
4.2.4 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse	91
4.2.5 Análise Crítica	92
Parte A, item 5, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.....	94
5.1 Estrutura de pessoal da unidade.....	94
5.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada.....	94

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

.....	94
.....	95
5.1.2 Qualificação da Força de Trabalho	95
5.1.2.1 Estrutura de Cargos e de Funções	95
5.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade	96
5.1.2.3 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade	96
5.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada	97
5.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	98
5.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria	98
5.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada ..	98
5.1.5 Cadastramento no SISAC	98
5.1.5.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC	98
5.1.5.2 Regularidade do cadastro dos atos no SISAC	99
5.1.6 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos	99
5.1.7 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos	99
5.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários	100
5.2.1 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada	100
5.2.2 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão	101
5.2.3 Análise Crítica dos itens 5.2.3 e 5.2.4	101
5.2.4 Composição do Quadro de Estagiários	102
Parte A, item 6, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013	102
6.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros	102
6.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário	103
6.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial	103
6.2.2 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional	103
6.3 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros	105
Parte A, Item 7, do Anexo II da DN TCU N° 127, DE 15/5/2013	105
7.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)	105
7.1.1 Análise Crítica	107
Parte A, item 8, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013	108
8.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	108
8.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água	109
Parte A, item 9, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013	110
9.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU	110
9.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício	110
9.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	111
9.2 Tratamento de Recomendações do OCI	111
9.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício	111
9.2.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	112
9.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei n° 8.730/93	113
9.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93	113
9.3.2 Situação do Cumprimento das Obrigações	113

[Click Here to upgrade to](#)

[Unlimited Pages and Expanded Features](#)

.....	113
TCU n.º 127, DE 15/5/2013.....	114
10.1 Relacionamento com a sociedade	114
Parte A, item 11, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.....	115
11.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público	115
11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis	116
11.2.1 Declaração Plena.....	116
Parte A, item 12, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.....	116
12.1 Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ	116
PARTE B DO ANEXO II DA 127/20136 CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS	119
RESULTADOS E CONCLUSÕES	120
ANEXOS	121

LISTA DE QUADROS

Quadro A.1.1.1 - Identificação da UJ ó Relatório de Gestão Individual	14
Quadro A.2.2.3.2 ó Ação/Subtítulos ó OFSS	31
Quadro A.3.2 ó Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ	82
Quadro A.4.1.1.1 ó Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa.....	86
Quadro A.4.1.2.1 ó Despesas por Modalidade de Contratação ó Créditos Originários ó Valores Executados diretamente pela UJ	86
Quadro A.4.1.2.2 ó Despesas por Grupo e Elemento de Despesa ó Créditos Originários ó Valores Executados Diretamente pela UJ	87
Quadro A.4.2.1 ó Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência	89
Quadro A.4.2.2 ó Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios	90
Quadro A.4.2.3 ó Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.....	90
Quadro A.4.2.4 ó Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse	91
Quadro A.5.1.1.1 ó Força de Trabalho da UJ ó Situação apurada em 31/12	94
Quadro A.5.1.1.2 ó Situações que reduzem a força de trabalho da UJ.....	95
Quadro A.5.1.2.1 ó Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro).....	95
Quadro A.5.1.2.2 ó Quantidade de servidores da UJ por faixa etária-Situação apurada em 31/12.	96
Quadro A.5.1.2.3 ó Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade-Situação apurada em 31/12	96
Quadro A.5.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores....	97
Quadro A.5.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro	98
Quadro A.5.1.4.2 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12	98
Quadro A.5.1.5.1 ó Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007).....	98
Quadro A.5.1.5.2 ó Regularidade do cadastro dos atos no Sisac	99
Quadro A.5.2.1 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	100
Quadro A.5.2.2 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	101
Quadro A.5.2.4 - Composição do Quadro de Estagiários	102
Quadro A.6.2.1 ó Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	103
Quadro A.6.2.2 ó Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional.....	103
Quadro A.6.3 ó Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	105
Quadro A.7.1 ó Gestão da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada	105
Quadro A.8.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	107
Quadro A.8.2 ó Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água	109
Quadro A.9.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício	110
Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.....	111
Quadro A.9.2.2 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício.....	112



*Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.*

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

Impressão, por autoridades e servidores da UJ, da 113

Quadro A.9.6 ó Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV113

Quadro A.11.2.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada. 116

ABREVIACOES E SIGLAS

ACS 6 Area Natural de Coleta Sementes
ACS-AM 6 6rea Alterada de Coleta de Sementes com Matrizes Marcadas
ACS-AS 6 6rea Alterada de Coleta de Sementes
ACS-MS 6 6rea de Coleta de Sementes com Matrizes Seleccionadas
ACS-NM 6 6rea Natural de Coleta de Sementes com Matrizes Marcadas
ADMSEDE 6 Atender Despesas da Administração com Manutenção
AGE 6 Assessoria de Gestão Estratégica
APOIOAGRIC 6 Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Agrícolas
APOIOPEC 6 Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Pecuárias
APPCC 6 Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle
APPRODUTOR 6 Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário
APS 6 6rea de Produção de Sementes
ATIVOS 6 Remuneração de Pessoal Civil Ativo da União
BGU 6 Balanço Geral da União
CAN 6 Coordenador de Ação Nacional
CAPACITA 6 Cursos Servidores Públicos
CASEMG 6 Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais
CCONT 6 Coordenação de Contabilidade
CCPS 6 Central de Coleta e Processamento de Smen
CEAS 6 Comitê Estadual de Assessoramento ao SISBOV
CEASA 6 Central de Abastecimento
CERTORGAN 6 Certificação de Produtos Orgânicos de Alimentos
CFIC 6 Coordenação De Fertilizantes, Inoculantes E Corretivos
CGAA 6 Coordenação Geral de Agrotóxicos e Afins
CGAP 6 Coordenação Geral de Administração de Pessoas
CGC 6 Cadastro Geral de Classificação do Ministério da Agricultura
CGPLAN 6 Coordenação-Geral De Planejamento E Gestão
CGQV 6 Coordenação Geral de Qualidade Vegetal
CGSG 6 Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais
CGTI 6 Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação
CGU-PAD 6 Sistema de Gestão de Processos Disciplinares
CGU/PR 6 Controladoria Geral da União
CNPQ 6 Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COA 6 Certificado Oficial de Análise
CONAB 6 Companhia Nacional de Abastecimento
COPEs 6 Coordenação de Pessoas
CPIV 6 Centro de Fertilização In Vitro de Embriões
CREA 6 Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
CRMV 6 Conselho Regional de Medicina Veterinária
CSG - Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais
CSM 6 Coordenação de Sementes e Mudas
CSR 6 Coordenação de Sistemas de Rastreabilidade
CTNBio 6 Comissão Técnica Nacional de Biossegurana
CTTP 6 Comissão Tripartite Paritária Permanente
CGQV 6 Coordenação Geral de Qualidade Vegetal
DAC 6 Divisão de Acompanhamento Contábil
DAD 6 Divisão de Apoio Administrativo
DDA 6 Divisão de Defesa Agropecuária
DEFIA 6 Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas
DESENGORG 6 Desenvolvimento da Agricultura Orgânica Pr-Orgânico

DIPOV ó Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal

DMP ó Divisão de Material e Patrimônio

DPDAG ó Divisão de Política, Produção e desenvolvimento Agropecuário

DPVAT ó Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres

DSA ó Departamento de Saúde Animal

DSV ó Departamento de Sanidade Vegetal

ED ó Elemento de Despesa

EEB ó Encefalopatia Espongiforme Bovina - Doença Da Vaca Louca

EET ó Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis

EMATER MG ó Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas

EMBRAPA ó Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EPAMIG FEMA ó Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais / Fazenda Experimental Machado

EQC-SP ó Estação Quarentenária de Cananéia em São Paulo

ERAS ó Estabelecimento Rural Aprovado

ERPCEANIMAL ó Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças

ERPCVEGETAL ó Prevenção, Controle e Erradicação de Praga

ERRADMOSCA ó Mosca da Carambola

ESAF ó Escola de Administração Fazendária

EV-UFGM ó Escola de Veterinária da Universidade Federal de Minas Gerais

FAEMG ó Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais

FAZU ó Faculdades Associadas de Uberaba

FEBREAFTOS ó Erradicação da Febre Aftosa

FETAEMG ó Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais

FFA ó Fiscal Federal Agropecuário

FISAGROTOX ó Agrotóxicos

FISCAGRIC ó Fiscalização de Serviços Agrícolas

FISCALPEC ó Fiscalização de Serviços Pecuários

FISCALSEM ó Fiscalização de Sementes e Mudas

FISCANIMAL ó Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus Produtos e Insumos

FISCGENE ó Fiscalização de Material Genético Animal

FISCINAN ó Fiscalizações de Insumos Destinados à Alimentação Animal

FISCONTRATO ó Fiscalização de Contrato de Repasse

FISCORGEN ó Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados

FISCPLANTA ó Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos

FISFECOI ó Fiscalização de Fertilizantes Corretivos e Inoculantes

FISPROVET ó Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário

FIV ó Fertilização in Vitro

FTP ó Protocolo de Transferência de Arquivos

FUNDECITRUS ó Fundo de Defesa da Citricultura

FVO ó Food and Veterinary Office

GAPCAFE ó Gestão e Administração do Programa de Desenvolvimento da Economia Cafeeira

GAPSDC ó Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio

GAVEA ó Grupo De Atenção Veterinária Especial Em Avicultura

GEOAVES ó sinônimo de GEODSA

GEODSA ó Sistema de Georeferenciamento de Dados da Suinocultura e Avicultura para cadastros, emissão e transmissão de dados de Guias de Trânsito Animal de Aves e Suínos utilizado por médicos veterinários habilitados e serviço oficial estadual

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

GRQV ó Grupo Técnico Da Qualidade Vegetal
IAT ó Informe De Avaliação Toxicológica
ID ó Indicador De Desempenho
IG ó Indicações Geográficas
IMA ó Instituto Mineiro de Agropecuária
IN ó Instrução Normativa
INATPENS ó Pagamento de Aposentadorias e Pensões
INDGRAF ó Fomento à Indicação Geográfica de Produto Agropecuário
INMET ó Instituto Nacional de Meteorologia
INOVAGRO ó Fomento à Inovação no Agronegócio
INPI ó Instituto Nacional da Propriedade Industrial
INSPANIMAL ó Inspeção e Fiscalização de Produto Origem Animal
IPVEGETAL ó Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal
LABANIMAL ó Laboratório Animal
LANAGRO MG ó Laboratório Nacional Agropecuário em MG
LAVEGETAL ó Laboratório de Apoio Vegetal
MANUTCRH ó Administração da Unidade
MANUTSFAS ó Administração da Sede
MAPA ó Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MEC ó Ministério da Educação
MCT ó Ministério da Ciência e Tecnologia
MDIC ó Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MI ó Ministério da Integração Nacional
MMA ó Ministério do Meio Ambiente
N/A ó Não se aplica
OCEMG ó Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais
OECD ó Organização Para Cooperação E Desenvolvimento Econômico
OEM ó Orientação Estratégica do MAPA
OGM ó Organismos Geneticamente Modificados
OIE ó Organização Internacional De Epizootias
ONG ó Organização Não Governamental
PADCLASSIF ó Padronização e Classificação de Produtos Vegetais
PAP ó Plano Agrícola e Pecuário
PCEANIMAL ó Prevenção, Controle e Erradicação Doenças Animais
PCEVEGETAL ó Prevenção Controle e Erradicação de Praga dos Vegetais
PCSt ó Pomar de Sementes Testado
PDTI - Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PEQV ó Programa Estadual de Qualidade Vegetal
PGFN ó Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
PI ó Plano Interno
PN ó Próprio Nacional
PNCB ó Programa Nacional de Controle do Bicudo do Algodoeiro
PNCEBT ó Programa Nacional de Controle e Erradicação da Tuberculose E Brucelose
PNCRB ó Programa Nacional de Controle e Erradicação das Doenças da Bovideocultura
PNCRC ó Programa Nacional de Controle de Resíduos Contaminantes
PNCRH ó Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros e Prevenção da Encefalotia Espongiforme Bovina
PNQV ó Programa Nacional de Qualidade Vegetal
PNSA ó Programa Nacional de Controle e Erradicação das doenças de Aves
PNSE ó Programa Nacional de Controle e Erradicação das Doenças dos Equídeos

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

de Erradicação das Doenças dos Suídeos

PROS ó Procedimentos Operacionais Padronizados

PPA ó Plano Plurianual

PROMOCOOP ó Desenvolvimento do Associativismo Rural e Cooperativismo

PROTCULTIV ó Proteção e Fiscalização de Cultivares

PSC ó Pomar Clonal de Sementes

PSCH ó Pomar Clonal para Produção de Sementes Híbridas

PSM ó Pomar de Sementes por Mudas

PSMt ó Pomar de Sementes Testado

PSOA ó Pesquisa de Subprodutos de Origem Animal

PTRES ó Plano de Trabalho Resumido

RASTREAB ó Desenvolvimento e Monitoramento de Sistema Rastreamento

REF ó Regime Especial de Fiscalização

REGENAGRO ó Fomento e Uso Sustentável de Recursos Genéticos

RENASSEM ó Registro Nacional de Sementes E Mudas

RESÍDUOS ó Programa Nacional de Controle de Resíduos Contaminantes nos Animais e Vegetais

RTØS ó Responsáveis Técnicos

RTPI ó Relatório Técnico de Produto Isento

RURALMINAS ó Fundação Rural Mineira

SCC ó Setor de Compras e Contratos

SCDP ó Sistema de Concessão de Diárias e Passagens

SDA ó Secretaria de Defesa Agropecuária

SDC ó Secretaria De Desenvolvimento Agropecuário E Cooperativismo

SE ó Secretaria Executiva

SEAP ó Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca

SEAPA ó Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Minas Gerais

SEFIA ó Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas

SEFIP ó Serviço de Fiscalização de Insumos Pecuários

SENASA ó Serviço Nacional de Sanidade e Qualidade Agroalimentar da Argentina

SEOF ó Serviço de Execução Orçamentária e Financeira

SESAG ó Serviço de Suporte Agropecuário

SIAPE ó Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos

SIC ó Serviço de Informações ao Cidadão

SISAC ó Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessão

SFA-MG ó Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Minas Gerais

SGP ó Serviço de Gestão de Pessoas

SGQ ó Sistema de Gestão da Qualidade

SIAFI ó Sistema Integrado da Administração Financeira do Governo Federal

SIDAGRO ó Sistema de Defesa Agropecuária

SIF ó Serviço de Inspeção Federal

SIOR ó Sistema de Informações Orçamentárias e Financeiras

SIORG ó Sistema de Informação Orçamentária e Gerencial

SIPLAN ó Sistema Integrado de Planejamento

SIPOA ó Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal

SIPOV ó Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal

SISBOV ó Sistema Brasileiro de Identificação e Certificação de Origem Bovina e Bufalina

SMAP ó Setor de Manutenção Predial

SMP ó Setor de Material e Patrimônio

SMR ó Sistema de Mitigação de Risco

SNCR ó Sistema Nacional de Crédito Rural

SNSM ó Sistema Nacional de Sementes e Mudas

energia

SISTEMA DE GERENCIAMENTO dos Imóveis de Uso Especial da União

SPOA ó Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração

SPU ó Secretaria de Patrimônio da União

SRI ó Secretaria de Relações Internacionais

SSA ó Serviço de Saúde Animal

SSV ó Serviço de Sanidade Vegetal

STR ó Setor de Transporte

TCU ó Tribunal de Contas da União

TE ó Transferência de Embrião

TI ó Tecnologia da Informação

UF ó Unidade Federativa

UFLA ó Universidade Federal de Lavras

UFU ó Universidade Federal de Uberlândia

UFV ó Universidade Federal de Viçosa

UJ ó Unidade Jurisdicionada

UPø ó Unidades de Produção

UTLA ó Unidade Técnica Local de Agricultura

UTRA ó Unidade Técnica Regional de Agricultura

VIGIAGRO ó Serviço de Gestão de Vigilância Agropecuária

VIGIFITO ó Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais



*Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.*

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

**PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013 6 CONTEÚDO GERAL DO
RELATÓRIO DE GESTÃO**

INTRODUÇÃO

atório de Gestão do exercício de 2013, da Superintendência Federal da Agricultura em Minas Gerais ó SFA-MG, unidade descentralizada do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento ó Mapa.

Sua elaboração foi efetuada de acordo com as disposições da IN TCU n° 63/2010, da DN TCU n° 127/2013, da IN TCU n° 72/2013, Res. TCU n° 234/201, Res. TCU n° 244/2011 e Portaria TCU 175/2013.

No âmbito da Administração Pública, a apresentação deste documento é de significativa importância no sentido de demonstrar, tanto para os órgãos reguladores,

quanto para a sociedade, as informações relativas à gestão e desempenho institucional desta unidade jurisdicionada, a apreciação e julgamento dos resultados, de maneira que possa edificar de forma sustentável as ações de monitoramento da Administração Pública e o exercício pleno da cidadania.

Com intuito de facilitar a leitura e acompanhamento das peças e informações inseridas, abaixo são apresentados os itens, da Portaria TCU n° 175, de 09/07/2013 em que não houve necessidade de preenchimento, por não se aplicar à natureza jurídica da UJ, sendo muitas das vezes ações desenvolvidas pelo MAPA, em Brasília:

2.2.1 Programa Temático

2.2.2 Objetivo

2.2.3.1 Ações ó OFSS

2.2.3.3 Ações não Previstas na LOA 2013 ó Restos a Pagar não Processados ó OFSS

2.2.3.4 Ações - Orçamento de Investimento ó OI

2.2.3.5 Análise Situacional

3.1 Estrutura de Governança

3.3 Remuneração Paga a Administradores

4.1.1 Programação

4.1.3.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação ó Créditos Originários ó Total

4.1.3.3 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa ó Créditos Originários ó Total

4.1.3.5 Despesas Totais por Modalidade de Contratação ó Créditos de Movimentação

4.1.3.6 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa ó Créditos de Movimentação

4.2 Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos

4.3 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

4.5 Suprimento de Fundos

4.6 Renúncias sob a Gestão da UJ

4.7 Gestão de Precatórios

5.1.5.2 Atos Sujeitos à comunicação ao TCU

5.1.5.4 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico

5.1.7 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

5.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

5.2.2 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados

6.2.3 Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ

9.3 Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna

9.5 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário

11.2.2 Declaração com Ressalva

11.3 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei n° 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n° 1.133/2008

11.4 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei n° 6.404/1976

11.5 Composição Acionária das Empresas Estatais

11.6 Relatório de Auditoria Independente

1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

1.1.1 Relatório de Gestão Individual

QUADRO A.1.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ 6 RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento			Código SIORG: 002773
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Minas Gerais			
Denominação Abreviada: SFA-MG			
Código SIORG: 002773	Código LOA: 22101		Código SIAFI: 130056
Natureza Jurídica: Órgão da administração direta do Poder Executivo		CNPJ: 00.396.895/0026-83	
Principal Atividade: Fiscalização			Código CNAE: 8413
Telefones/Fax de contato:	(31) 3250-0300	(31) 3250-0306	(31) 3250-0314
Endereço Eletrônico: gab-mg@agricultura.gov.br			
Página na Internet: www.agricultura.gov.br			
Endereço Postal: Av. Raja Gabaglia, 245 - Cidade Jardim - Belo Horizonte/MG - CEP: 30380-103			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei Delegada nº 9, de 11/10/1962; Decreto nº 7.127, de 04/03/2010; Portaria nº 428, de 09/06/2010.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado pela Portaria nº 428, de 09/06/2010.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado pela Portaria nº 428, de 09/06/2010.			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Não se aplica.	Não se aplica.		
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Não se aplica.	Não se aplica.		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
Não se aplica.		Não se aplica.	

1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

A Superintendência Federal de Agricultura em Minas Gerais, unidade descentralizada do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, diretamente subordinada ao Ministro de Estado, consoante orientação técnica dos órgãos específicos singulares e setoriais do Ministério compete a execução das atividades e programas de defesa agropecuária e de apoio à produção e à comercialização agropecuária, à infra-estrutura rural, bem como ao cooperativismo e ao associativismo rural. A SFA tem suas atribuições pautadas no Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado pela Portaria nº 428 de 09/06/2010.

Dessa forma, sua missão é: promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira. E a visão de futuro prevista para 2015 é: ser reconhecido pela qualidade e agilidade na implementação de políticas e na prestação de serviços para o desenvolvimento sustentável do agronegócio.

e atender às demandas da sociedade e do Governo, a SFA-gramas e objetivos estabelecidos no Plano Plurianual ó PPA 2012-2015 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, cujo objetivo é servir de elemento pavimentador da trajetória que o MAPA se propôs trilhar, coerentemente com a sua missão.

O Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal da Superintendência Federal de Agricultura em Minas Gerais ó SFA/MG executa ações do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal/SDA, órgão este normativo e que traça as diretrizes do Serviço. As ações desenvolvidas pelo SIPOA/DDA/SFA garantem à sociedade, qualidade e inocuidade dos alimentos de origem animal da cadeia produtiva do agronegócio. Possui a responsabilidade de prevenir e controlar doenças animais de interesse econômico e de saúde pública, assim como de assegurar a origem e a conformidade dos produtos de origem animal. A atuação do Serviço de Inspeção Federal ó SIF assegura a oferta de alimentos seguros para os mercados interno e externo.

As atividades desenvolvidas pelo Serviço de Saúde Animal ó SSA/DDA/SFA-MG visam à manutenção da condição sanitária do Estado de Minas Gerais por meio dos programas sanitários nacionais já instituídos como, por exemplo, o Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa, Programa Nacional de Sanidade Avícola, Programa Nacional de Sanidade Suína, Programa Nacional de Sanidade Equina, Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose, Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros e outras Encefalopatias. O Sistema de Identificação e Certificação de Bovinos e Bubalinos ó Sisbov também faz parte das atividades desenvolvidas pela SSA. A esse serviço compete, a promoção, orientação e controle da execução das atividades de vigilância sanitária e epidemiológica, prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais, emissão de certificados sanitários internacionais para exportação de animais vivos e material genético de animais, anuência de importação de animais, material genético e produtos de origem animal, auditorias técnico-fiscais e operacionais de campanhas sanitárias, habilitação e capacitação de médicos veterinários para execução de atividades de saúde animal, inquéritos sorológicos e rastreabilidade animal. Também é competência do SSA orientar e acompanhar aplicação de normas sanitárias que disciplinam o trânsito interestadual e internacional de animais, controlar e proceder as supervisões das atividades de defesa sanitária animal, propor e acompanhar realização da quarentena de animais entre outras.

As ações de Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, Vegetais, seus Produtos e Insumos, executada nas Unidades de Vigilância Agropecuária localizadas em Minas Gerais, cujo objetivo principal é o de impedir a entrada, e disseminação de pragas dos vegetais e doenças dos animais, visando à proteção da Agropecuária Brasileira bem como certificação da qualidade dos produtos agropecuários exportados, gerando divisas para o país.

O Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal ó SIPOV/DDA/SFA-MG, como Unidade Central de Execução finalística da SFA, dentre outras incumbências, tem por objetivo assegurar a qualidade dos produtos de origem vegetal, através de inspeção e fiscalização higiênico-sanitária e tecnológica nos estabelecimentos que produzem, fabricam, padronizam, acondicionam, engarrafam, importam e exportam vinhos, derivados da uva e do vinho, bebidas e fermentado acético, assim como o controle higiênico-sanitário dos produtos vegetais oriundos da produção interna, da importação e destinados à exportação, o monitoramento e investigação de violações referentes ao controle de resíduos e contaminantes, o controle qualitativo de produtos, subprodutos, derivados e resíduos de valor econômico de origem vegetal e de pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado, envolvidas na classificação vegetal.

O Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas ó SEFIA/DDA/SFA-MG, trabalha com as ações de Fiscalização da Produção e do Comércio de Fertilizantes, Corretivos, Inoculantes e Biofertilizantes (FISFECOI); Fiscalização de Agrotóxicos e Afins (FISAGROTOX) e Fiscalização de Sementes e Mudanças (FISCALSEM). A Ação FISFECOI tem como objetivo assegurar níveis satisfatórios de conformidade e qualidade aos fertilizantes, corretivos, inoculantes e biofertilizantes disponibilizados para a agricultura nacional. Para a Ação FISAGROTOX, as principais linhas de ação executadas encontram-se relacionadas à: fiscalização dos estabelecimentos produtores de

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

utos e processos produtivos; coleta de produtos agrotóxicos através de análise laboratorial, contando com a participação de laboratórios credenciados junto ao MAPA para essa finalidade; e credenciamento e fiscalização de entidades para a realização de pesquisas e ensaios experimentais com agrotóxicos, sendo também efetuada vistoria prévia nesses estabelecimentos como parte do processo de credenciamento. As atividades desenvolvidas na Ação FISCALSEM envolvem a fiscalização da produção e a utilização de sementes e mudas. Estas ações têm um impacto determinante na produção agrícola, pois o produtor rural terá à disposição insumos de qualidade, possibilitando maior produtividade e rentabilidade e conseqüentemente melhoria de sua renda e a sociedade produtos agrícolas seguros e a custos menores decorrentes da maior oferta, segurança ambiental, saúde humana, animal e das plantas, e os benefícios decorrentes do incremento das exportações agrícolas brasileiras.

Dentro do âmbito das atividades do Serviço de Fiscalização de Insumos Pecuários ó SEFIP/DDA/SFA-MG, existem três grandes áreas de atuação, compreendendo: Ação 2140 ó Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário ó FISPROVET; Ação 2019 - Fiscalização de Material Genético Animal ó FISCGENE e Ação 2124 - Fiscalização de Insumos destinados à Alimentação Animal ó FISCINAN. As atividades relacionadas ao FISPROVET são: o registro e fiscalização de indústrias de produtos de uso veterinário, a colheita de vacinas para testes oficiais, as Autorizações de Transporte de vacinas contra raiva e febre aftosa pra a Central de Selagem localizada em Vinhedo/SP, as análises para autorizações de fabricação de vacinas autógenas, e os julgamentos de infrações decorrentes da comercialização de produtos veterinários. A fiscalização dos estabelecimentos fabricantes de produtos de uso veterinário contribui para melhoria da qualidade dos medicamentos, vacinas e soros destinados aos animais, o que é de grande importância para a saúde animal, e contribui ainda com a melhoria da saúde da população que convive com animais domésticos e que consome produtos de origem animal, visto que os insumos em questão representam um elo relevante entre a saúde humana e animal. A Ação FISCGENE consiste, basicamente, no registro e na fiscalização dos estabelecimentos produtores, comerciantes e prestadores de serviços de material genético de multiplicação animal, Centrais de Produção Sêmen CCPS; e de Embriões: Centro de Fertilização In Vitro de Embriões, CPIV; Transferência de Embriões In Vivo, TE; Clonagens, incluindo as granjas avícolas: Bisavoseiras, Avoseiras, Matriseiras e SPF (granjas livres de patógenos específicos) em todo Estado de Minas Gerais. O setor de Material Genético e de Multiplicação Animal contribui para a qualidade genética do material de multiplicação animal comercializado no Brasil (rastreadabilidade) fiscalizando e controlando a qualidade dos produtos e dos serviços de multiplicação animal ofertados aos produtores, com vistas ao aumento da produção e produtividade da pecuária nacional. Ao controlar o registro dos animais doadores de material genético, contribui para melhorar o desempenho da pecuária, da avicultura e da suinocultura. A Ação do FISCINAN tem a fiscalização de insumos destinados à alimentação animal e compreende o registro e fiscalização das condições higiênico-sanitária dos estabelecimentos produtores, fabricantes, importadores, fracionadores com a verificação e acompanhamento da tecnologia de fabricação e condições higiênico sanitárias de produção e o registro e fiscalização da conformidade e inocuidade de produtos destinados à alimentação animal. Para tanto, são realizadas fiscalizações e auditorias dos estabelecimentos fabricantes de alimentos para animais, e realizadas colheitas de amostras para verificação da conformidade, da presença de ingredientes, substâncias ou contaminantes proibidos ou microrganismos patogênicos em produtos destinados à alimentação animal. Destaca-se o programa de pesquisa de subprodutos de origem animal (PSOA) em alimentos para ruminantes, que é uma ferramenta essencial no programa para a redução dos riscos de ocorrência da Encefalopatia Espongiforme Bovina.

No âmbito da Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário ó DPDAG, da SFA-MG, em conformidade à Portaria n° 428, de 9 de junho de 2010, compete a execução de ações relacionadas à promoção, orientação e ao acompanhamento de atividades relativas ao desenvolvimento rural, em especial, àquelas referentes à preservação, conservação e proteção do patrimônio genético e melhoramento das espécies vegetais e animais, intercâmbio, conservação e

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

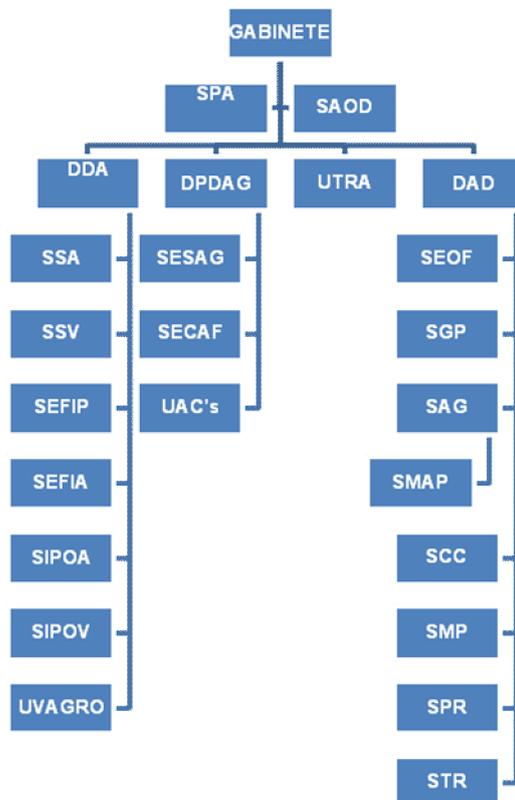
desenvolvimento da agricultura de baixa emissão de carbono s do efeito estufa e das mudanças climáticas; segurança alimentar, cooperativismo e associativismo rural, ratificando a importância dos trabalhos voltados à promoção do resgate da multiplicação, conservação e consumo de espécies de hortaliças não-convencionais junto às comunidades tradicionais e de agricultores familiares, o que proporcionará ganhos culturais, biológicos, econômicos, entre outros, para as comunidades envolvidas.

O Serviço de Sanidade Vegetal ó SSV/DDA/SFA-MG tem como missão a promoção da Sanidade Vegetal no Estado de Minas Gerais com ações de vigilância fitossanitária e de prevenção e controle de pragas, coordenação e integração dos trabalhos de todos os segmentos envolvidos no processo, visando ao desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira. As atividades realizadas no âmbito da Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos ó VIGIFITO incluíram: certificação fitossanitária; controle do trânsito de vegetais, pareceres fitossanitários para importação e exportação, fiscalização de material em depósito e/ou quarentena, além da fiscalização de empresas de tratamento fitossanitário com fins quarentenários. As atividades realizadas no âmbito da Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais ó PCEVEGETAL incluíram: supervisão das atividades de prevenção e controle de pragas regulamentadas e de outras pragas que demandaram atenção por parte dos órgãos de Defesa Agropecuária; fiscalização de convênio com o Instituto Mineiro de Agropecuária; supervisão do processo de certificação fitossanitária e controle do trânsito de vegetais. As sub-ações relacionadas foram as seguintes:

- Sistema Nacional de Alertas Fitossanitários (Estações de Avisos) na Cultura do Cafeeiro
- Prevenção e Controle de Sigatoka Negra
- Prevenção e Controle de Pragas da Madeira
- Prevenção e Controle da Ferrugem Asiática da Soja
- Prevenção e Controle de Pragas do Algodoeiro
- Prevenção e Controle de Pragas dos Citros (cancro cítrico, huanglongbing, pinta preta, morte súbita dos citros)
- Prevenção e Controle de Pragas da Videira
- Educação Sanitária

[Click Here to upgrade to Unlimited Pages and Expanded Features](#)

No âmbito da Superintendência Federal da Agricultura no Estado de Minas Gerais ó SFA-MG são desenvolvidas atividades institucionais por meio de sua estrutura organizacional como mostra o organograma.



As responsabilidades e competências dos componentes da SFA-MG foram institucionalizadas por meio da Portaria 428 de 09/06/2010.

Abaixo, de forma sucinta são descritas as principais competências das unidades da SFA.

Ao Gabinete compete realizar a gestão da Unidade, do ponto de vista técnico, operacional e político, considerando as orientações emanadas do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento e de acordo com o Regimento Interno.

O Serviço de Planejamento e Acompanhamento ó SPA, unidade de assistência direta ao Gabinete, se responsabiliza pela promoção do processo de gestão estratégica, gestão operacional, execução dos projetos e atividades constantes do Plano Plurianual, e da elaboração e consolidação do plano operativo anual, da programação físico-orçamentária, além de outras atividades previstas na Portaria 428.

A Seção de Apoio Operacional e Divulgação ó SAOD compete apoiar o titular da SFA-MG nas atividades de: relacionamento com imprensa e promoção institucional; promover atividades de comunicação visual; auxiliar na divulgação de notícias e informações, bem como distribuir publicações e material audiovisual para os parceiros do agronegócio; manter atualizado cadastro de autoridades do setor público, em todas as esferas, e de instituições relacionadas às competências da SFA e coordenar e executar as atividades inerentes à tecnologia da informática no âmbito da SFA-MAPA.

A Divisão de Defesa Agropecuária ó DDA, Unidade Central de Execução Finalística, tem como competências, entre outras, coordenar, acompanhar, orientar e avaliar a execução das atividades relativas à vigilância zoossanitária e fitossanitária; implementar a operacionalização de ações

de Atenção à Sanidade Agropecuária e pelos Sistemas de Origem Animal, de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal, de Insumos Agrícolas e de Insumos Pecuários.

Assim, sob a coordenação técnica, hierárquica e institucional dessa Divisão, atuam as seguintes unidades:

Serviço de Saúde Animal ó SSA, que tem como competências programar, promover, orientar e controlar a execução das atividades de vigilância sanitária e epidemiológica; prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais. Outras competências visam orientar e acompanhar a aplicação das normas sanitárias que disciplinam o trânsito interestadual e internacional de animais e a realização de exposições, feiras, leilões, e outras aglomerações de animais.

Serviço de Sanidade Vegetal ó SSV, ao qual compete programar, promover, orientar e controlar a execução das atividades de vigilância fitossanitária; prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais, aplicação das medidas de defesa fitossanitária, com vistas a evitar a disseminação de pragas dos vegetais e educação fitossanitária. Outras competências envolvem o acompanhamento das atividades e realização de auditorias técnico-fiscais e operacionais relacionadas com centros colaboradores e estações quarentenárias.

Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal ó SIPOA, que tem como competências programar, promover, orientar e controlar a execução das atividades de inspeção *ante-mortem* e *post-mortem* de animais de açougue, inspeção higiênico-sanitária e tecnológica dos estabelecimentos que procedem ao abate de animais de açougue e que industrializam, beneficiam, manipulam, fracionam e embalam matérias primas, produtos, subprodutos e derivados de origem animal, destinados ao comércio interestadual e internacional. O Serviço realiza também a fiscalização da classificação de matérias-primas, produtos, subprodutos e derivados de origem animal, bem como da tipificação de carcaças, inspeção higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos, subprodutos e derivados de origem animal, inclusive resíduos de valor econômico, destinados ao comércio interestadual e internacional. Outras competências do SIPOA envolvem o acompanhamento e orientação, quando necessário, das atividades da inspeção sanitária de produtos de origem animal desempenhadas pelos Serviços de Vigilância Agropecuária, pelas Unidades de Vigilância Agropecuária e pelas Unidades Técnicas Regionais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no que diz respeito às atividades de competência.

Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal ó SIPOV, ao qual compete programar, promover, orientar e controlar a execução das atividades de fiscalização e supervisão técnica da classificação de matérias-primas, produtos e subprodutos e derivados de origem vegetal, inspeção e fiscalização higiênico-sanitária e tecnológica dos estabelecimentos que produzem, fabricam, padronizam, acondicionam, engarrafam, importam e exportam vinhos, derivados da uva e do vinho, bebidas e vinagres, inclusive os estabelecimentos cadastrados como importadores de vinhos estrangeiros e derivados da uva e do vinho para o mercado nacional. Executa também atividades de controle higiênico-sanitário dos produtos vegetais oriundos da produção interna, da importação e destinados à exportação. Na área de bebidas, orienta, acompanha e audita as atividades de inspeção e fiscalização de vinhos, de derivados da uva e do vinho, bebidas, vinagres e de classificação de produtos de origem vegetal, subprodutos, derivados e resíduos de valor econômico, de competência estadual outorgada pela legislação específica, bem como os acordos e convênios firmados com os governos estaduais e municipais, quanto à execução da inspeção de produtos e derivados de origem vegetal e da classificação de produtos de origem vegetal, subprodutos, derivados e resíduos de valor econômico.

Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas ó SEFIA tem como competências: a programação, promoção, orientação, controle e execução das atividades de fiscalização e inspeção de insumos agrícolas, relativas à produção, importação e exportação de agrotóxicos e afins; da produção, comercialização, importação e exportação de fertilizantes, corretivos e inoculantes e biofertilizantes, produção, certificação, comercialização, utilização, importação e exportação de sementes e mudas, bem como a pesquisa, produção, utilização, comercialização e importação de

em articulação com as demais unidades administrativas da

Serviço de Fiscalização de Insumos Pecuários ó SEFIP, suas competências estão direcionadas para a programação, promoção, orientação e controle da execução das atividades de fiscalização e inspeção de insumos pecuários, relativas à produção, importação e exportação de produtos de uso veterinário; à produção, importação e exportação de produtos destinados à alimentação animal; à produção, comércio, importação e exportação de material genético animal e à prestação de serviços de reprodução animal e de inseminação artificial. Além de outras competências o Serviço acompanha e orienta, quando necessário, as atividades de fiscalização de insumos pecuários desempenhadas pelos Serviços de Vigilância Agropecuária, pelas Unidades de Vigilância Agropecuária e pelas Unidades Técnicas Regionais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no que diz respeito às atividades de competência.

Unidade de Vigilância Agropecuária ó UVAGRO tem como competências executar as atividades de fiscalização agropecuária em aeroportos internacionais e aduanas especiais, examinar, em articulação com as autoridades aduaneiras, bagagens de passageiros, acompanhadas ou não, com vistas a detectar produtos de origem animal ou vegetal e produtos biológicos que possam veicular agentes de doenças animais ou de pragas vegetais, que constituem ameaça à agropecuária nacional.

A Divisão de Política Produção e Desenvolvimento Agropecuário ó DPDAG tem competências que visam promover, orientar, acompanhar e fiscalizar a execução das atividades de desenvolvimento agropecuário; orientar a elaboração de propostas, analisar, acompanhar e proceder à fiscalização da execução do plano de trabalho de convênios, contratos e demais instrumentos de parceria, por órgãos e entidades públicas e privadas voltados ao desenvolvimento agropecuário e ao cooperativismo e associativismo rural, inclusive de repasses financeiros e, ainda, orientar a prestação de contas. Orientar, acompanhar, controlar, fiscalizar e auditar as atividades relacionadas com registro genealógico, competições e demais atividades turfísticas e hípcas; credenciamento de Organismos de Avaliação da Conformidade ó OAC; cadastramento de Organismos de Controle Social ó OCS, na venda direta de produtos orgânicos sem certificação; atividades do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica ó SISORG; dados e estatísticas das atividades relacionadas aos sistemas de produção orgânica; mecanização e aviação agrícola.

A Divisão busca também estimular a organização do setor agropecuário, em especial, na implantação de cooperativas e instituições associativas rurais; cadeias produtivas do agronegócio; empresas e produtores de sementes e mudas; empresas, organizações e iniciativas voltadas à assistência técnica, extensão rural e transferência de tecnologia, inclusive o credenciamento de profissionais, autônomos ou não; empresas prestadoras de serviços agrícolas e pecuários; e certificação relacionada à produção e comercialização agropecuária. Na sua estrutura, a Divisão é segmentada no Serviço de Suporte Agropecuário ó SESAG e na Seção do Café ó SECAF, que são responsáveis pelas seguintes atividades/ações: O SESAG coleta, processa e mantém os dados dos sistemas de informações relacionados ao desenvolvimento agropecuário, além de prestar apoio a chefia do DPDAG na elaboração do Plano Operativo Anual de Desenvolvimento Agropecuário, na promoção e organização dos fóruns consultivos às cadeias de produção e no planejamento e acompanhamento das atividades desempenhadas pelas Unidades Técnicas Regionais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. A SECAF coordena e acompanha a atividades executadas pelas Unidades Armazenadoras de Café, além de apoiar e subsidiar a participação da SFA em comissões relacionadas às atividades de suas competências.

Às Unidades Técnicas Regionais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento ó UTRAø competem executar as atividades de defesa agropecuária, no âmbito da respectiva jurisdição, em cumprimento às instruções técnico-normativas oriundas da Secretaria de Defesa Agropecuária, sob coordenação, orientação e programação específicas da Divisão de Defesa Agropecuária bem como executar as atividades de desenvolvimento agropecuário, no âmbito da respectiva jurisdição, em cumprimento às instruções técnico-normativas oriundas da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo, sob coordenação, orientação e programação específicas da Divisão de Política e Desenvolvimento Agropecuário.

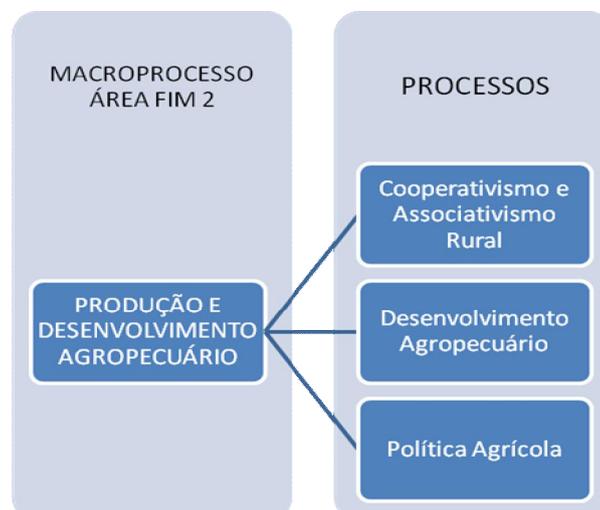
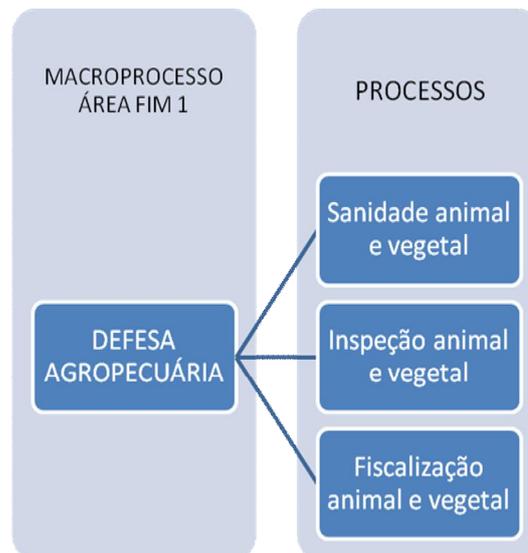
[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

Uma Unidade de Apoio Administrativo constituída por meio do DAD cujas competências, entre outras, envolvem a coordenação e execução das atividades de administração geral e de execução orçamentária e financeira dos recursos alocados à SFA-MG, consoante orientações dos órgãos setoriais.

Para consecução de suas atividades, essa Divisão tem em sua estrutura os seguintes serviços/setores:

- Serviço de Execução Orçamentária e Financeira ó SEOF
- Serviço de Gestão de Pessoas ó SGP
- Seção de Atividades Gerais ó SAG
- Setor de Manutenção Predial ó SMAP
- Setor de Compras e Contratos ó SCC
- Setor de Material e Patrimônio ó SMP
- Setor de Protocolo ó SPR
- Setor de Transporte ó STR.

1.4 Macroprocessos finalístico



13, conforme as competências do Regimento Interno:
avaliar a execução das atividades de:

- a) vigilância zootossanitária e fitossanitária;
 - b) prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais e de pragas dos vegetais;
 - c) fiscalização do trânsito internacional de animais vivos, de vegetais e partes de vegetais, de produtos de origem animal e vegetal, de insumos agropecuários e de materiais biológicos de uso na agropecuária;
 - d) educação sanitária para defesa agropecuária;
 - e) fiscalização da produção, importação, exportação e comercialização de corretivos, fertilizantes, inoculantes e biofertilizantes, de agrotóxicos, seus componentes e afins, de sementes e mudas, de produtos de uso veterinário, de alimentos para animais, de sêmen animal e de embriões de animais, bem como dos respectivos estabelecimentos produtores, fabricantes, fracionadores, processadores, manipuladores ou beneficiadores;
 - f) fiscalização de estabelecimentos rurais em que tenham sido constatadas violações ao uso de produtos e ou substâncias controladas e monitoradas, em produtos de origem animal ou vegetal;
 - g) fiscalização e controle da classificação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico;
 - h) fiscalização de produtos e atividades com organismos geneticamente modificados de uso na agricultura e pecuária;
 - i) controle das execuções dos convênios, ajustes, acordos e contratos relativos à defesa agropecuária e das auditorias técnico-fiscais e operacionais realizadas;
 - j) cadastro, registro e certificação dos produtos relacionados à defesa agropecuária e dos estabelecimentos que os fabricam, processam, fracionam, manipulam ou importam;
 - k) habilitação de profissionais sem vínculo com a administração pública federal para a emissão de certificados sanitários e fitossanitários;
- II - implementar a operacionalização de:
- a) ações demandadas pelo Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária e pelos Sistemas Brasileiros de Inspeção de Produtos de Origem Animal, de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal, de Insumos Agrícolas e de Insumos Pecuários;
 - b) coleta e transmissão das informações e dados sobre defesa agropecuária;
 - c) mecanismos para liberação de autorizações prévias para importação e exportação de animais e produtos de origem animal e vegetal; e
 - d) mecanismo alimentador do sistema integrado de cobrança de multas e taxas;
- III - manter articulações com órgãos públicos que exercem atividades de defesa agropecuária, respeitada a subordinação hierárquico-administrativa;
- IV - participar da elaboração de indicadores de desempenho institucional e operacional;
- V - programar e promover auditorias técnicas e operacionais das atividades desempenhadas pelas unidades administrativas hierarquicamente subordinadas;
- VI - coordenar e acompanhar os detalhamentos e execuções dos Planos Operativos Anuais, consoante diretrizes específicas da Secretaria de Defesa Agropecuária do MAPA;
- VII - implementar mecanismos de articulação técnico-administrativa com as demais unidades técnico-administrativas da SFA/MAPA, com vistas a assegurar o cumprimento das programações das ações de defesa agropecuária;
- VIII - promover e propor a organização, bem assim coordenar, apoiar e subsidiar a participação da SFA/MAPA em eventos e colegiados, inclusive fóruns e comissões regionais, estaduais e municipais, relacionados às atividades de competência;
- IX - consolidar dados específicos e emitir relatórios das atividades de defesa agropecuária desempenhadas, e subsidiar a elaboração do Relatório de Gestão da Superintendência Federal;
- X - planejar, orientar e acompanhar as atividades desempenhadas pelas Unidades Técnicas Regionais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de interesse da defesa agropecuária; e

rviços de Planejamento e Acompanhamento ou as Seções de os indicadores de desempenho operacional da defesa

agropecuária.

As atividades de Produção e Desenvolvimento Agropecuário foram:

I - promover, orientar, acompanhar e fiscalizar a execução das atividades de desenvolvimento agropecuário, em especial:

a) inovação e uso da propriedade intelectual no agronegócio, especialmente em:

1. indicação geográfica de produtos de origem agropecuária; e
2. marcas coletivas e marcas de certificação no agronegócio;

b) proteção de cultivares;

c) intercâmbio, conservação e uso sustentável de recursos genéticos;

d) agroecologia e sistemas orgânicos de produção agropecuária;

e) sistemas agropecuários de produção integrada;

f) proteção, manejo e conservação do solo e da água;

g) cooperativismo e associativismo rural;

h) assistência técnica, extensão rural e iniciativas ou processos inovadores de transferência de tecnologia;

i) infraestrutura rural e logística da produção e comercialização agropecuária;

j) fomento agropecuário sustentável, inclusive da heveicultura;

k) novos produtos e estímulo aos processos de agregação de valor e de agroindustrialização;

l) agricultura irrigada;

m) recuperação de áreas de agricultura e de pastagens degradadas;

n) preservação, conservação e proteção do patrimônio genético e melhoramento das espécies vegetais e animais;

o) boas práticas agropecuárias, bem-estar animal e manejo zootécnico;

p) sistemas de integração de lavoura, pecuária e floresta;

q) apoio às iniciativas, projetos e ações voltadas ao fomento da agricultura de precisão e da biotecnologia agropecuária;

r) florestas plantadas;

s) exposições, leilões, feiras agropecuárias; e

t) agricultura de precisão;

II - orientar a elaboração de propostas, analisar, acompanhar e proceder à fiscalização da execução do plano de trabalho de convênios, contratos e demais instrumentos de parceria, por órgãos e entidades públicas e privadas voltados ao desenvolvimento agropecuário e ao cooperativismo e associativismo rural, inclusive de repasses financeiros e, ainda, orientar a prestação de contas;

III - orientar, acompanhar, controlar, fiscalizar e auditar as atividades relacionadas com:

a) registro genealógico, incluindo provas zootécnicas e avaliações genéticas;

b) competições e demais atividades turfísticas e hípicas;

c) credenciamento de Organismos de Avaliação da Conformidade - OAC;

d) cadastramento de Organismos de Controle Social - OCS, na venda direta de produtos orgânicos sem certificação;

e) atividades do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica - SISORG;

f) dados e estatísticas das atividades relacionadas aos sistemas de produção orgânica;

g) mecanização e aviação agrícola;

IV - estimular a organização do setor agropecuário, em especial, a implantação de:

a) cooperativas e instituições associativas rurais;

b) cadeias produtivas do agronegócio;

c) empresas e produtores de sementes e mudas;

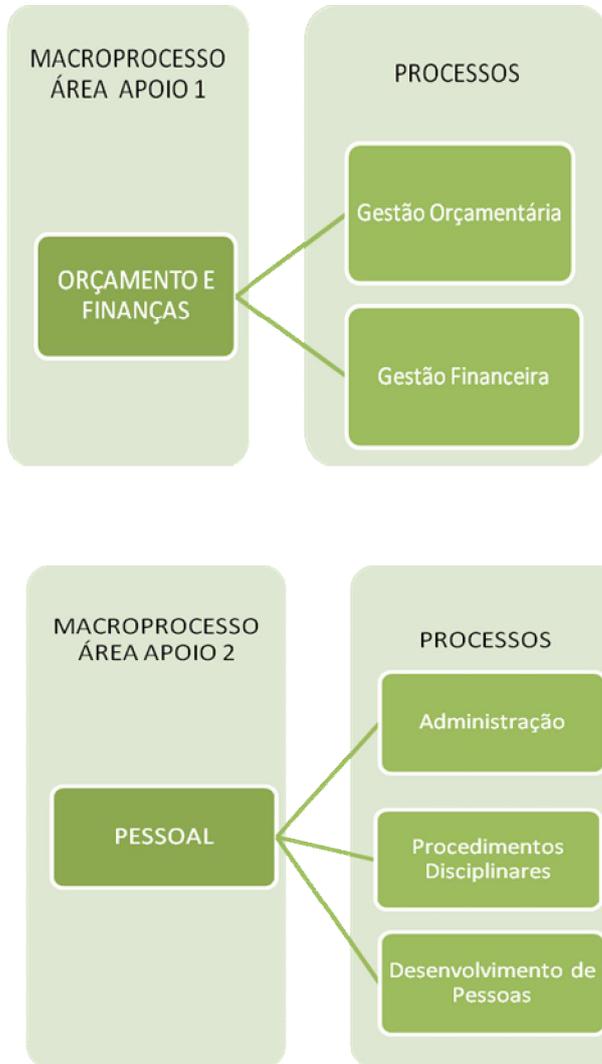
d) empresas, organizações e iniciativas voltadas à assistência técnica, extensão rural e transferência de tecnologia, inclusive o credenciamento de profissionais, autônomos ou não;

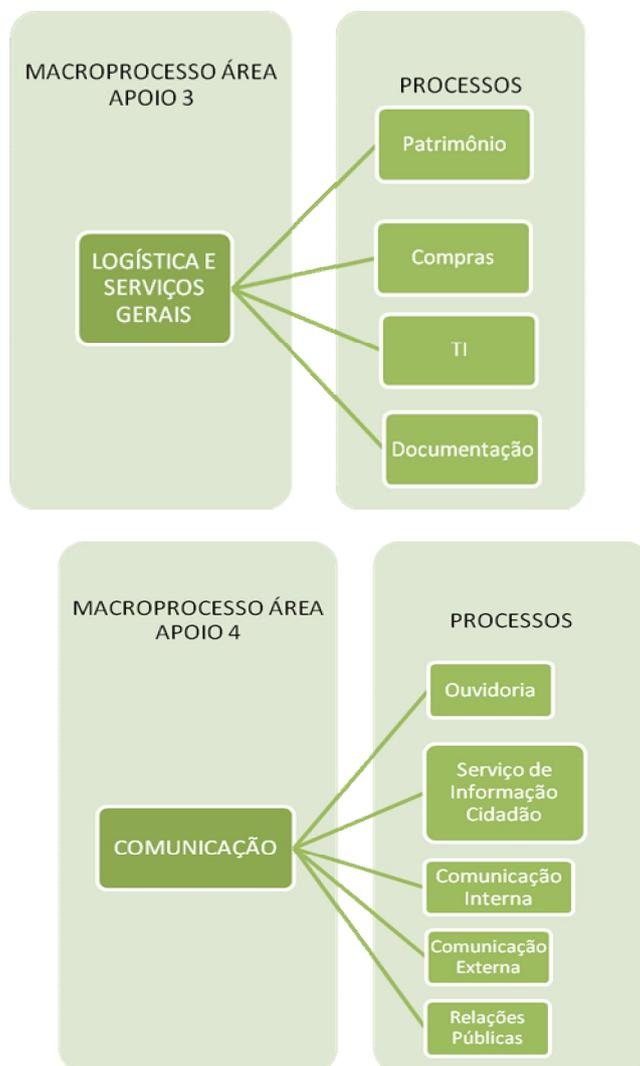
e) empresas prestadoras de serviços agrícolas e pecuários; e

f) certificação relacionada à produção e comercialização agropecuária;

- s cadeias produtivas, propostas de alterações de padrões e
- os;
- VI - Executar, bem como orientar, acompanhar e fiscalizar a execução quando for o caso, das atividades de:
- a) implementação dos mecanismos de garantia da qualidade orgânica e do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica; e
 - b) desenvolvimento dos sistemas orgânicos de produção agropecuária;
- VII - implementar e coordenar a Comissão da Produção Orgânica, na Unidade da Federação;
- VIII - implementar, orientar e acompanhar a execução de atividades relativas às políticas de crédito e investimentos públicos e à produção e comercialização agropecuária, especialmente voltadas para:
- a) cafés, inclusive gestão dos armazéns e estoques sob guarda do MAPA;
 - b) cana-de-açúcar, açúcar, álcool e demais produtos da agroenergia;
 - c) monitoramento das informações de produção, comercialização e estoques de açúcar e etanol, para subsidiar as respectivas políticas;
 - d) crédito rural;
 - e) zoneamento agropecuário, e seguro rural, inclusive o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO;
 - f) estoques públicos;
 - g) segurança alimentar; e
 - h) promoção do agronegócio brasileiro com vistas à divulgação internacional;
- IX - promover levantamentos, prognósticos, diagnósticos e estudos relativos ao setor agropecuário, na Unidade da Federação, visando apoiar as ações do desenvolvimento agropecuário;
- X - participar das comissões regionais, estaduais e municipais de conservação do solo e da água, bem como de sementes e mudas;
- XI - instruir processos administrativos decorrentes de infração aos dispositivos legais;
- XII - elaborar Plano Operativo Anual de Desenvolvimento Agropecuário, conforme diretrizes da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo e orientações técnicas da SDC/MAPA;
- XIII - executar, bem como orientar e acompanhar a execução, quando for o caso, em articulação com as cadeias produtivas e conforme diretrizes específicas, atividades de promoção do agronegócio brasileiro com vistas à divulgação internacional;
- XIV - gerenciar as programações orçamentárias e as execuções físicas das ações específicas;
- XV - promover e propor a organização, bem como coordenar, apoiar e subsidiar a participação da SFA/MAPA em eventos e colegiados, inclusive fóruns e comissões regionais, estaduais e municipais relacionados às atividades de competência;
- XVI - consolidar dados específicos e emitir relatórios das atividades de política, produção e desenvolvimento agropecuários desempenhadas e subsidiar a elaboração do Relatório de Gestão da Superintendência Federal;
- XVII - planejar, orientar e acompanhar as atividades desempenhadas pelas Unidades Técnicas Regionais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no que diz respeito às atividades de competência; e
- XVIII - propor, em articulação com o Serviço de Planejamento e Acompanhamento os indicadores de desempenho operacional da produção, política e desenvolvimento agropecuários.
- XIX - Executar as atividades de fiscalização em empresas da agroindústria canavieira e da agroenergia, produtoras de açúcar e biocombustíveis, para obter informações de produção e comercialização quando demandadas pela Secretaria de Produção e Agroenergia.

1.5 Macroprocessos de Apoio





As ações desenvolvidas pelo Apoio Administrativo foram:

I - coordenar a execução das atividades de administração geral e de execução orçamentária e financeira dos recursos alocados à SFA/MAPA, consoante orientações dos órgãos setoriais;

II - orientar e acompanhar:

- a) procedimentos licitatórios;
- b) preparação e formatação de contrato, ajuste e demais instrumentos de parcerias;
- c) alienação de bens móveis;
- d) execução físico-financeira de convênio, ajuste, contrato, e demais instrumentos de parceria, emitindo parecer técnico; e
- e) atividade-meio e de execução orçamentária e financeira, junto às Unidades de Execução Finalística integrantes da SFA/MAPA;

serviço de Planejamento e Acompanhamento, os indicadores administrativa;

IV - programar e promover auditorias das atividades exercidas pelas unidades administrativas hierarquicamente subordinadas ou sob orientação;

V - coordenar os apoios operacionais e administrativos à Comissão Permanente de Licitação - CPL e ao Pregoeiro no âmbito da SFA/MAPA, especialmente de:

- a) providências para publicação de avisos de licitações e de outros eventos previstos em lei;
- b) realização de pesquisas de preços e composição dos respectivos mapas comparativos;
- c) elaboração de minuta de edital de licitação ou equivalente; e
- d) prestação de informações às empresas licitantes sobre andamento de processos;

VI - elaborar atestados de capacidade técnica, solicitados por fornecedores ou prestadores de serviços;

VII - acompanhar:

a) cadastramento e atualização dos dados cadastrais dos fornecedores no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;

b) compra; e

c) formalização, acompanhamento e controle de contratos, convênios ajustes e demais instrumentos de parceria, inclusive das programações físico-financeiras;

VIII - manter os catálogos e as especificações técnicas dos materiais de consumo e permanente, bem como dos serviços prestados;

IX - promover coleta, processamento e manutenção dos dados dos sistemas de informações administrativas e de gestão orçamentária, financeira e patrimonial;

X - instruir processo administrativo decorrente de infração aos dispositivos legais;

XI - prestar apoio administrativo requerido pela participação da SFA/MAPA em comissões regionais, estaduais e municipais; e

XII - elaborar relatórios das atividades desempenhadas e subsidiar a elaboração do Relatório de Gestão da Superintendência Federal.

Para a Comunicação foram desempenhas as ações:

I - promover o processo de gestão estratégica, alinhado à estratégia corporativa do MAPA, quanto a apoiar o titular da SFA/MAPA nas atividades de:

- a) agenda de trabalho, cerimonial, despachos e representação institucional; e
- b) relacionamento com imprensa e promoção institucional;

II - promover atividades de comunicação visual;

III - auxiliar na divulgação de notícias e informações, bem como distribuir publicações e material audiovisual para os parceiros do agronegócio;

IV - receber e adequar as informações das demais unidades administrativas e encaminhá-las ao órgão setorial de comunicação de governo para divulgação;

V - manter atualizado cadastro de autoridades do setor público, em todas as esferas, e de instituições relacionadas às competências da SFA/MAPA;

VI - providenciar a publicação de portarias, instruções, ordens de serviço e outros atos administrativos, observadas as instâncias de competências e orientações normativas dos órgãos específicos singulares e setoriais do MAPA;

VII - consolidar dados e compor o Relatório de Gestão da Superintendência Federal.

VIII - atuar na implementação da lei de acesso, articulação com o Serviço de Informação ao Cidadão ó SIC;

IX - responder as demandas da Ouvidoria, relativas à SFA-MG, encaminhadas pela Ouvidoria do MAPA.

As atividades de Pessoal incluem:

I - promover aplicação da legislação de pessoal no que tange aos direitos e deveres dos servidores públicos e dos empregados lotados na SFA/MAPA;

II - orientar a execução das atividades de:

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

c) concessões de:

1. férias, licenças e aposentadorias;
2. benefícios sociais e assistenciais; e
3. exames médicos periódicos.

III - providenciar a realização de perícia médica;

IV - controlar as atividades dos estagiários;

V - identificar as necessidades de desenvolvimento de competências e de realização de programações e projetos de educação continuada, em articulação com as demais unidades administrativas da SFA/MAPA,

VI - cadastrar e manter atualizados os dados e informações sobre agentes de desenvolvimento de pessoas, consultores, educadores e empresas especializadas;

VII - providenciar inscrição e analisar os processos de participação de servidores em cursos externos e em outros eventos similares;

VIII - prover apoio técnico e operacional na execução do Plano Anual de Desenvolvimento de Pessoas;

IX - coletar, processar e manter os dados específicos dos sistemas de informações administrativas;

X - instruir processo administrativo decorrente de infração aos dispositivos legais; e

XI - elaborar relatório anual das atividades exercidas com vistas a subsidiar a elaboração do Relatório de Gestão anual da Superintendência Federal;

As ações desempenhadas para Orçamento e Finanças foram:

I - processar a execução orçamentária e financeira dos créditos e recursos alocados à Superintendência Federal;

II - efetuar pagamentos de suprimentos de fundos e demais despesas, mediante prévia autorização do Superintendente Federal ou Superintendente e controlar a respectiva prestação de contas;

III - executar inclusões, alterações e exclusões de informações no Sistema SIAFI;

IV - manter documentos e registros financeiros para fins de auditoria;

V - analisar e emitir parecer sobre a execução financeira, processamento contábil e prestação de contas correspondentes aos contratos, convênios, ajustes, acordos e demais instrumentos de parcerias;

VI - coletar, processar e manter os dados específicos dos sistemas de informações administrativas;

VII - verificar e registrar a conformidade de gestão;

VIII - instruir processo administrativo decorrente de infração aos dispositivos legais; e

IX - elaborar relatório anual das atividades exercidas com vistas a subsidiar a elaboração do Relatório de Gestão anual da Superintendência Federal;

1.6 Principais Parceiros

Os principais parceiros são:

- Poder Legislativo: Comissões de Agricultura e de Meio Ambiente, entre outros, da Assembléia Legislativa.

- Governo Federal: Embrapa, CASEMG, CONAB, Ceasa, INMET, Lanagro, Universidades Federais.

- Esferas Públicas Estaduais, como SEAPA e inclui: IMA, Ruralminas, Epamig, Emater, Secretaria da Agricultura.

- Esferas Públicas Municipais: Secretarias de Abastecimento.

- Prefeituras.

agronegócio, em que estão contempladas as Entidades de Classe: Engenharia, Física, Química, Zootecnista, Farmacêutico; as Cooperativas: COOPAGRO, COOPAGROVET, COOPAGROVET, COOPAGROVET; as Federações da Agricultura: FAEMG, FETAEMG; os Sindicatos Rurais; as Fundações: Fundação Zoobotânica.

1 PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU 127/2013

2.1 Planejamento da unidade

A Missão do Mapa foi delineada no sentido de promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira, ou seja, a missão do Ministério, em última análise, representa a razão de ser de sua existência, mas de suma importância para que ele possa cumprir suas responsabilidades institucionais perante a sociedade brasileira.

Na busca de atendimento de sua missão é imprescindível que o MAPA estabeleça sua visão de futuro no intuito de demonstrar aquilo que ele quer ser, sua idealização de um futuro desejado. Essa visão, para o período de 2006-2015 foi definida como ser reconhecido pela qualidade e agilidade na implementação de políticas e na prestação de serviços para o desenvolvimento sustentável do agronegócio.

Para a consecução dos objetivos estratégicos do MAPA é preciso que estejam alinhados à visão de futuro e ao cumprimento da missão. Tais objetivos focam os desafios do Ministério e são distribuídos em quatro perspectivas.

Perspectiva da sociedade, retrata que o MAPA pretende atingir mediante o olhar do Poder Executivo e da sociedade com um todo. Os objetivos são: Aumentar a produção de produtos agropecuários não-alimentares e não-energéticos; Impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio; Ampliar a participação da agroenergia na matriz energética e Garantir a segurança alimentar.

Perspectiva do agronegócio e parceiros, para ter o reconhecimento dos parceiros e do agronegócio brasileiro. Os objetivos são: Ser referência em informações estratégicas para o agronegócio; Ser excelente na implementação de políticas e na prestação de serviços para o agronegócio e Ser agente de fortalecimento e harmonização do agronegócio.

Perspectiva de processos internos foca os desafios relativos aos processos da organização em que terá de ter excelência para garantir a satisfação dos públicos de interesse e, conseqüentemente seu reconhecimento. Os objetivos são: Melhorar a qualidade e o acesso às informações para o agronegócio; Aprofundar o conhecimento sobre o agronegócio; Ampliar a oferta de estudos de prospecção e avaliação; Garantir a inocuidade e a qualidade dos alimentos; Desenvolver e garantir o acesso a tecnologias; Estimular a agregação de valor na produção agropecuária; Aprimorar a articulação do agronegócio e sua participação nas ações do MAPA; Promover o agronegócio e a imagem do MAPA; Promover a organização e a integração das cadeias produtivas; Fortalecer o processo de gestão estratégica no MAPA; Ter eficiência e transparência na execução orçamentária e financeira; Melhorar continuamente a infra-estrutura e os processos de trabalho.

Perspectiva de pessoas, aprendizado e crescimento, focando o desenvolvimento das pessoas, a estruturação da instituição, assim como suas tecnologias que servem de base à execução dos processos organizacionais. Os objetivos são: Melhorar a gestão da informação e do conhecimento; Valorizar e motivar as pessoas e fortalecer o trabalho em equipes interdisciplinares; Desenvolver cultura orientada a resultados; Desenvolver comunicação interna ágil e eficaz e Desenvolver e reter competências do corpo funcional.

O impacto dos resultados das ações da SFA-MG, nos objetivos estratégicos estão explicitados neste Relatório, bem como os objetivos alcançados com os produtos e serviços prestados à sociedade.

O Plano Estratégico está alinhado com dois tradicionais instrumentos de gestão do Governo Federal: o Plano Plurianual ou PPA e a Lei Orçamentária Anual ou LDO, por meio dos quais são

em liberados para atendimento dos programas e ações dos seus objetivos estratégicos, traçados por meio de seu Plano Estratégico.

O PPA do MAPA dispõe de Programas com Participação Intensiva como: Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização; Defesa Agropecuária e Inovações para a Agropecuária. Possui os Programas com Participação Pontual: Agricultura Irrigada; Segurança Alimentar e Nutricional; Agricultura Familiar; Agricultura Familiar e o Programa de Gestão e Manutenção Setorial: Gestão e Manutenção do Mapa.

Na SFA-MG, as ações desenvolvidas pelos técnicos e equipe de apoio garantem à sociedade, qualidade nos alimentos e nos insumos utilizados pela cadeia produtiva do agronegócio. Por sua vocação agrícola, o estado de Minas Gerais contribui sobremaneira, para o crescimento desse setor que, nos últimos anos bate recorde de exportação e é o maior responsável pelo superávit da balança comercial.

Entretanto houve limitação interna para o pleno exercício das atividades da UJ. Dentro do contexto econômico podemos citar que houve grande contingenciamento de recursos financeiros destinados anualmente à SFA-MG como ao custeio de suas despesas o que representou cortes significativos em algumas ações. Acrescenta-se ainda que no ano de 2013 teve-se o contingenciamento de recursos destinados ao Ministério, como parte do plano de ajuste fiscal do Governo Federal através do Decreto Presencial Nº 8056, de 25/07/2013 que dispõe sobre a limitação de despesas para contratação de bens e serviços, no exercício de 2013. Além das Portarias MPOG 267 e 268 que são complementares ao Decreto sobre o contingenciamento.

O Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas destacou que a vigência do citado Decreto, através do qual se estabeleceu a emissão de apenas 40 (quarenta) diárias anuais por servidor, continua a se configurar como o maior empecilho para o pleno desenvolvimento das ações de fiscalização levadas a termo através do PI FISAGROTOX. Além disso, a programação de trabalho foi fortemente impactada pela súbita e total supressão dos recursos programados para os meses de agosto e setembro. É oportuno salientar que indicadores de desempenho devem necessariamente traduzir com total confiabilidade a qualidade dos insumos fiscalizados. Assim sendo, a não implementação, ainda que parcial, das ações destinadas à fiscalização desses insumos conforme programação originalmente concebida compromete de modo significativo o grau de confiabilidade veiculado através dos mesmos.

Ressalva deve ser feita em relação à fiscalização programada para a coleta de amostras de produtos agrotóxicos, visto ter sido a mesma contemplada em 0,00% da programação original. Salienta-se que referida ocorrência se deve exclusivamente ao fato do convênio com o respectivo laboratório para a realização de análises químicas não ter sido celebrado no decorrer de 2013, o que impossibilitou a realização de coletas de amostras.

Algumas das estratégias planejadas pelo SIPOA/DDA/SFA-MG também não puderam ser concretizadas, tais como: treinamento/capacitação de pessoal, aquisição de material permanente e ações de fiscalização devido a problemas ocorridos no decorrer do ano de 2013, dentre eles, o contingenciamento provocado pelo Decreto nº 7689 de março de 2012 e Ofício Circular 34 2013 SE MAPA que estabeleceu no âmbito do poder executivo federal, limites e instâncias de governança para contratação de bens e serviços. Foram necessárias adequações nas estruturas de pessoal e tecnológica para buscar o desenvolvimento dos objetivos estratégicos planejados pelo serviço.

A DPDAG/SFA-MG, como responsável pela importante atividade de fomento, estabeleceu, revitalizou e concretizou destacadas parcerias interinstitucionais para a consecução dos objetivos e metas propostas, mesmo com as dificuldades decorrentes da limitada estrutura física disponível, do insuficiente aporte de recursos descentralizados, do baixo efetivo de recursos humanos (fiscais federais agropecuários e colaboradores) e das limitações impostas para deslocamentos (diárias e passagens).

Os objetivos finalísticos da vigilância agropecuária executada pelas Unidades de Vigilância Agropecuária localizadas em Minas Gerais foram alcançados, uma vez que todas as demandas foram atendidas plenamente. Tendo como fato relevante a interceptação de três partidas importadas

feito pela UVAGRO-Betim contendo a praga quarentenária: n embalagem de madeira, que foi imediatamente fumigada e

mencionada.

Para o Serviço de Fiscalização de Insumos Pecuários o SEFIP é importante mencionar alguns fatores que limitaram a execução das atividades do Serviço de Fiscalização de Insumos Pecuários. Temos um quadro reduzido de Fiscais Federais Agropecuários atuando na atividade dentre os fiscais lotados nas Unidades Regionais da SFA-MG, que muitas vezes atendem a diversos Programas/Ações, comprometendo assim a disponibilidade de dedicação. Outro fator limitante à execução das atividades de fiscalização de Insumos Pecuários foi a publicação do Decreto 7.689/2013 que limitou em 40 o número máximo de diárias a serem concedidas por fiscal por ano e ainda restringiu o número deslocamentos de fiscais para um mesmo evento em no máximo 10 pessoas, inviabilizando a realização de reunião técnica, importante para harmonização de procedimentos e atualização na legislação vigente.

Apesar disso, os números foram bastante favoráveis, destacando-se, sobretudo, a arrecadação resultante da aplicação da penalidade multa da ordem de R\$1.093.393,20 do SEFIP no exercício de 2013, dos quais R\$ 828.693,27 pelo PI FISCINAN e R\$ 264.700,00 pelo PI FISPROVET.

Outra questão é o iminente esvaziamento do quadro de pessoal que atualmente se verifica em toda a SFA-MG, tanto de FFA's quanto de servidores administrativos.

Quanto ao atendimento das demandas dos serviços da Tecnologia da Informação, a Unidade tem como gargalo à não disponibilização por parte do Ministério, de servidores da área, mas sim a terceirização da mão de obra, o que tem causado dificuldade em virtude da rotatividade dos trabalhadores gerando descontinuidade do serviço prestado.

2.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados

2.2.1 Ações

2.2.1.1 Ações/Subtítulos o OFSS

QUADRO A.2.2.3.2 o AÇÃO/SUBTÍTULOS o OFSS

Identificação da Ação							
Código	2179		Tipo: Atividade				
Descrição	Fiscalização de Sementes e Mudas						
Iniciativa	Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos agrícolas. Código: 013E						
Objetivo	Promover a qualidade dos insumos agropecuários visando à melhoria da produtividade e competitividade da produção agropecuária com sustentabilidade ambiental. Código: 0368						
Programa	Código: 2028		Tipo: Temático				
Unidade Orçamentária	22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
	524.907,84	524.907,84	523.052,45	523.052,45	0,00	90.830,88	432.221,57
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	

Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features

zada	Unidade	2563	2563	1704		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
	-	-	-	-	-	-

OBS.: A coluna Nº do subtítulo/ Localizador está em branco porque a Ação é aprovada de forma nacional e não por localização.

Identificação da Ação							
Código	2179 Tipo: Atividade						
Descrição	Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos, Inoculantes e Biofertilizantes						
Iniciativa	Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos agrícolas. Código: 013E						
Objetivo	Promover a qualidade dos insumos agropecuários visando à melhoria da produtividade e competitividade da produção agropecuária com sustentabilidade ambiental. Código: 0368						
Programa	Código: 2028 Tipo: Temático						
Unidade Orçamentária	22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
	337.383,45	337.383,45	333.399,64	333.399,64	0,00	63.407,54	269.992,10
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
	Fiscalização realizada			Unidade	900	900	670
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

OBS.: A coluna Nº do subtítulo/ Localizador está em branco porque a Ação é aprovada de forma nacional e não por localização.: A Ação é aprovada de forma nacional e não por localização.

Identificação da Ação							
Código	2179 Tipo: Atividade						
Descrição	Fiscalização de Agrotóxicos e Afins						
Iniciativa	Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos agrícolas. Código: 013E						
Objetivo	Promover a qualidade dos insumos agropecuários visando à melhoria da produtividade e competitividade da produção agropecuária com sustentabilidade ambiental. Código: 0368						
Programa	Código: 2028 Tipo: Temático						
Unidade Orçamentária	22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados

Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features

		Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
		106.207,49	106.207,49	0,00	55.111,73	51.095,76
Execução Física da Ação - Metas						
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
	Fiscalização realizada	Unidade	90	90	81	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
	-	-	-	-	-	-

OBS.: A coluna Nº do subtítulo/ Localizador está em branco porque a Ação é aprovada de forma nacional e não por localização

Identificação da Ação						
Código	2140					
Descrição	Fiscalização de produtos de uso veterinário - FISPROVET					
Iniciativa	013F- Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos pecuários					
Unidade Responsável	SFA MG- Superintendência Federal da Agricultura no estado de Minas Gerais					
Unidade Orçamentária	22101 ó Ministério da Agricultura. Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a pagar		Valores pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
50.322,24	50,322,24	49.005,87	49.005,87	-	4.060,00	44.945,87
Metas do exercício para a ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Fiscalização Realizada	Unidade	79	95	42.972,16	44.945,87

OBS.: A coluna Nº do subtítulo/ Localizador está em branco porque a Ação é aprovada de forma nacional e não por localização

Identificação da Ação						
Código	2019					
Descrição	Fiscalização de material genético animal - FISCGENE					
Iniciativa	013F- Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos pecuários					
Unidade Responsável	SFA MG- Superintendência Federal da Agricultura no estado de Minas Gerais					
Unidade Orçamentária	22101 ó Ministério da Agricultura. Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a pagar		Valores pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
10.038,53	10.038,53	10.038,53	10.038,53	-	-	10.038,53
Metas do exercício para a ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Fiscalização Realizada	Unidade	65	62	10.030,53	10.030,53

OBS.: A coluna Nº do subtítulo/ Localizador está em branco porque a Ação é aprovada de forma nacional e não por localização

Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features

Identificação da Ação

Descrição	FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS DESTINADOS À ALIMENTAÇÃO ANIMAL - FISCINAN					
Iniciativa	013F- Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos pecuários					
Unidade Responsável	SFA MG- Superintendência Federal da Agricultura no estado de Minas Gerais					
Unidade Orçamentária	22101 ó Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a pagar		Valores pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
118.023,58	118.023,58	111.765,16	111.765,16	-	4.700,00	107.065,16
Metas do exercício para a ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Fiscalização Realizada	Unidade	385	412	260.000,00	107.065,16
2	Amostras colhidas	Amostra	347	304	Montante compreendido nos valores acima	

OBS.: A coluna Nº do subtítulo/ Localizador está em branco porque a Ação é aprovada de forma nacional e não por localização

Identificação da Ação

Código	20 QZ	Tipo: Atividade
Descrição	Combate à Clandestinidade em Produtos de Origem Animal	
Iniciativa	Código 0276 - Combate á clandestinidade em produtos de origem animal	
Código	8938	Tipo: Finalística
Descrição	Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal	
Iniciativa	Código 0276 - Combate á clandestinidade em produtos de origem animal	
Objetivo	Código 0570 - Assegurar a qualidade dos alimentos e bebidas por meio do aprimoramento dos mecanismos de controle de produtos e processos visando a oferta de alimentos seguros	
Programa	Defesa Agropecuária	Código: 2028 Tipo: Temático
Unidade Orçamentária	SDA	
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria	

Lei Orçamentária Anual - 2013

Execução Orçamentária e Financeira

Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
	572.234,47	572.234,47	569.432,22	569.432,22	496.701,24	756,76	71.974,22

Execução Física da Ação - Metas

Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
	Ações de fiscalização em estabelecimentos com e sem ônus	UN	1200	715	715

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores

Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
	-	-	-	-	-	-

OBS.: A coluna Nº do subtítulo/ Localizador está em branco porque a Ação é aprovada de forma nacional e não por localização

Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features

Identificação da Ação						
Tipo: Atividade						
Título	Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais					
Iniciativa	027ª					
Objetivo	Assegurar a qualidade de alimentos e bebidas por meio do aprimoramento do controle de produtos e processos visando a oferta de alimentos seguros Código: 570					
Programa	Defesa Agropecuária		Código: 2028		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
R\$109.978,70	R\$118321,59	R\$116039,00	R\$116039,00	R\$99663,81	---	R\$ 16.405,19
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Fiscalização de Estabelecimentos		unidade	200	240	291	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
	-	-	-	-	-	-

OBS.: A coluna Nº do subtítulo/ Localizador está em branco porque a Ação é aprovada de forma nacional e não por localização

Identificação da Ação						
Tipo: Atividade						
Código	8939					
Título	Inspeção e fiscalização de produtos de origem vegetal					
Iniciativa	0279 ó Inspeção e fiscalização de produtos de origem vegetal					
Objetivo	Código: 0364 - Promover a sanidade na agropecuária, mantendo a situação das zonas livres de pragas doenças e fortalecendo as ações de prevenção e controle.					
Programa	Defesa Agropecuária		Código: 2028		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	22101 ó Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
226.411,00	208.874,14	208.728,85	208.728,85	179.284,81	-----	29.444,04
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Estabelecimentos inspecionados		Estabelecimento Inspeccionado	570	570	607	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
1	-	-	-	-	-	-

OBS.: A coluna Nº do subtítulo/ Localizador está em branco porque a Ação é aprovada de forma nacional e não por localização

Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features

Identificação da Ação							
							Tipo: Atividade
a Febre Aftosa							
Iniciativa	012I ó Prevenção, Controle e erradicação de doenças dos animais						
Objetivo	0364 - Promover a sanidade na agropecuária, mantendo a situação das zonas livres de pragas doenças e fortalecendo as ações de prevenção e controle.						
Programa	Defesa Agropecuária			Código: 2028	Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	22101 ó Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
	21.796,68	21.796,57	21.510,57	21.510,57	19.010,57	2500,00	
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
	Adquirir material de consumo- Botas de Borracha	pares	10		0		
	Adquirir material de consumo -Capas de chuva	Unidade	50		0		
	Adquirir material de consumo - Fita de Lacre	Caixa com 500 rolos	1		0		
	Adquirir material de consumo - Macacão descartável	Unidade	100		0		
	Adquirir material permanente - 4 Computadores, 1 impressora Laser e 1 ar condicionado	Unidade	6		0		
	Desenvolver, implantar e manter sistema de informação - Acompanhar e manter atualizados os sistemas SIPLAN e SIVCONT	Acompanhamento SIVCONT realizado	48		48		
	Desenvolver, implantar e manter sistema de informação - Acompanhar e manter atualizados os sistemas SIPLAN e SIVCONT	Atualizações no SIPLAN	12		12		
	Fiscalizar convênio	Fiscalização realizada	13		2		
	Supervisionar a execução das atividades de prevenção e erradicação da Febre Aftosa no âmbito do PNEFA (supervisão em CR do IMA envolvendo de 2 a 3 UVL's)	supervisão realizada	18		7		
	Vistoria tecnica engenheiro para elaboração projeto obra SSA	vistoria	0		1		
	Participar de videoconferência com CFA	Videoconferencia	0		1		
	Acompanhar atendimento de suspeita enfermidade vesicular	acompanhamentos	0		4		
	Atender convocação da CFA para realizar supervisão do PNEFA em outro estado da Federação - Roraima	supervisão realizada	0		2		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física ó Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	-	-	-	-	-	-	

OBS.: A coluna Nº do subtítulo/ Localizador está em branco porque a Ação é aprovada de forma nacional e não por localização

Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features

Identificação da Ação

Tipo: Atividade

e erradicação de doenças dos animais

Iniciativa	012I ó Prevenção, Controle e erradicação de doenças dos animais
Objetivo	Código: 0364 - Promover a sanidade na agropecuária, mantendo a situação das zonas livres de pragas doenças e fortalecendo as ações de prevenção e controle.
Programa	Defesa Agropecuária Código: 2028 Tipo: Temático
Unidade Orçamentária	22101 ó Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria

Lei Orçamentária Anual - 2013

Execução Orçamentária e Financeira

Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
	923.327,77	923.327,77	919.493,89	919.493,89	244.779,18	2.495,15	672,219,56

Execução Física da Ação - Metas

Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
	Adquirir frascos de coleta de amostras	frascos	200,00	250,00	
	certificar granja de suínos	granja de suínos certificada	62,00	55,00	
	Certificar granjas avícolas	granjas de aves certificada	60,00	60,00	
	Desenvolver, implantar e manter sistema de informação - Acompanhar e manter atualizados os sistemas SIPLAN e SIVCONT	Acompanhamento SIVCONT realizado	48,00	48,00	
	Desenvolver, implantar e manter sistema de informação - Acompanhar e manter atualizados os sistemas SIPLAN e SIVCONT	Atualizações no SIPLAN	12,00	12,00	
	Analisar relatório (plano de trabalho do convênio e prestação de contas), emitir parecer técnico e jurídico	parecer elaborado	2,00	12,00	
	Elaborar parecer (viabilidade técnica do convênio)	parecer emitido	1,00	2,00	
	Emissão de relatórios de acompanhamento no SICONV	Documento emitido	6,00	11,00	
	Fiscalizar convênio	Fiscalização realizada	34,00	25,00	
	Fiscalizar produto/ Coletar amostra para análise de fiscalização: Coletar urina em bovinos vivos no âmbito do PNCRC	amostra coletada	146,00	80,00	
	Encaminhar amostras para vigilância ativa de EEB coletadas pelo SIF	amostra encaminhada	120,00	36,00	
	Supervisionar execução do PNCEBT no órgão executor estadual	supervisão realizada	2,00	4,00	
	Supervisionar execução do PNSA no órgão executor estadual	supervisão realizada	4,00	2,00	
	Supervisionar execução do PNCRH no órgão executor estadual	supervisão realizada	2,00	2,00	
	Supervisionar execução do PNSS no órgão executor estadual	supervisão realizada	2,00	0,00	
	Supervisionar execução do PNSE no órgão	supervisão	4,00	0,00	

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

	realizada			
habilitado no	Fiscalizaçã o realizada	10,00	40,00	
Supervisionar execução do PNSAp no órgão executor estadual *(supervisões canceladas/recurso previsto POA/SGI)	supervisão realizada	0,00	0,00	
Supervisionar isntituições de ensino reconhecidas para ministrar cursos de capacitação do PNCEBT	supervisão realizada	1,00	0,00	
Supervisionar MV credenciado para emissão de CIS-E	supervisão realizada	22,00	0,00	
Supervisionar a distribuição de insumos para diagnósticos de brucelose e tuberculose	supervisão realizada	2,00	2,00	
Inspecionar- fiscalizar estabelecimento quarentenário	Fiscalizaçã o realizada	0,00	22,00	
Inspecionar- Supervisionar embarque de animais vivos para exportação	supervisão realizada	0,00	3,00	
Inspecionar- Fiscalizar criadores de abelhas para o PNSAp	Fiscalizaçã o realizada	2,00	0,00	
Reuniões técnicas PNSA	reunião realizada	4,00	9,00	
Reuniões técnicas PNSS	reunião realizada	4,00	4,00	
Reuniões técnicas PNSE	reunião realizada	2,00	1,00	
Reuniões técnicas PNCEBT	reunião realizada	5,00	10,00	
Reuniões técnicas PNCRH	reunião realizada	2,00	2,00	
Reuniões técnicas PNSAp	reunião realizada	2,00	0,00	
Reuniões técnicas trânsito nacional/internacional	reunião realizada	1,00	0,00	
Reuniões técnicas convênio MAPA/Órgão Estadual Executor de Defesa Sanitária Animal	reunião realizada	2,00	3,00	
Reunião técnica PNCRC	reunião realizada	1,00	0,00	
Promover curso/treinamento (curso SANIDADE APICOLA)	curso realizado	1,00	0,00	
Analisar e enviar informes epidemiológicos mensais - PNCEBT	análises realizadas	26,00	22,00	
Analisar e enviar informes epidemiológicos mensais - PNSS	análises realizadas	14,00	13,00	
Analisar e enviar informes epidemiológicos mensais - PNSA	análises realizadas	16,00	16,00	
Analisar e enviar informes epidemiológicos mensais - PNCRH	análises realizadas	12,00	12,00	
Analisar e enviar informes epidemiológicos mensais - PNSE	análises realizadas	24,00	22,00	
Enviar cadastro atualizado de Med. Vet. habilitados e credenciados para a CTQA	listagem enviada	4,00	4,00	
Promover reuniões técnicas com FFA's vinculados à Defesa Sanitária Animal)	reunião realizada	2,00	2,00	
Analisar, emitir parecer e concluir processos de habilitação de MV no PNCEBT	processos analisados	36,00	44,00	
Analisar processos e emitir pareceres para certificação/renovação de certificação para granjas GRSC	processos analisados	62,00	57,00	
Analisar, emitir pareceres e concluir processos para autorização de importação/exportação	processos analisados	96,00	116,00	

Click Here to upgrade to Unlimited Pages and Expanded Features

	recerces para ificação para	processos analisados	60,00	49,00	
	Analisar, emitir parecer e concluir processo de certificação de propriedade livre no PNCEBT	processos analisados	60,00	50,00	
	Realizar avaliação zootécnica	avaliações realizadas.	6,00	28,00	
	Acompanhar teste de maleina	Testes	0,00	2,00	
	Acompanhamento do tac	Acomp. realizado	0	8,00	
	Acompanhamento de bovinos importados	Acomp. realizado	0	1,00	
	Participação ENDESA	evento	0	1,00	
	Acompanhar missão russa	Acomp. realizado	0	2,00	
	Execução obra SSA	Obra iniciada	0		
	Participar simposio lanagro	evento	0	1,00	
	Atendimento a suspeitas suinos	atendimentos	0	2,00	
	Atendimento a suspeitas aves	atendimentos	0	1,00	
	Pagamento recepcionista	Pag. realizado	0	10	
	Manutenção equipamento/ gêneros de alimentação	eventos	0	2	
	Indenizações	Indenizações	Indeterminado	*	
	Restituições - abate de animal	Restituições	Indeterminado	*	
	Publicação DOU	Publicações	Indeterminado	*	

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores

Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0		1750,00		Pag. Pessoa Jurídica	Pag.	1
0		3644,58		Publicação DOU	Publicações	1
0		666.824,98		Execução Obra SSA	Obra	1

OBS.: A coluna Nº do subtítulo/ Localizador está em branco porque a Ação é aprovada de forma nacional e não por localização

Identificação da Ação							
Código	8592			Tipo: Atividade			
Descrição	Desenvolvimento e monitoramento de sistemas de Rastreabilidade Agroalimentar						
Iniciativa	012I ó Prevenção, Controle e erradicação de doenças dos animais						
Objetivo	Código: 0364 - Promover a sanidade na agropecuária, mantendo a situação das zonas livres de pragas doenças e fortalecendo as ações de prevenção e controle.						
Programa	Defesa Agropecuária			Código: 2028 Tipo: Temático			
Unidade Orçamentária	22101 ó Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
	4214,00	4.214,00	3036,02	3036,02	2.136,02		900
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do	Descrição da meta			Unidade de medida		Montante	

Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features

		Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
	auditoria					
	Auditoria em ERAS	auditoria				
	Acompanhar missão europeia	auditoria				
	Treinamentos	treinamento				
	Auditorias em Certificadoras	auditoria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
		900,00		Pag. Pessoa Jurídica	Pag.	1

OBS.: A coluna Nº do subtítulo/ Localizador está em branco porque a Ação é aprovada de forma nacional e não por localização

Identificação da Ação						
Código	20ZW		Tipo: Atividade			
Título	Promoção da Defesa Agropecuária					
Iniciativa	04BQ - Promoção da Defesa Agropecuária					
Objetivo	Reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional. Código: 0366					
Programa	Defesa Agropecuária		Código: 2028		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	22101 ó Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
50.310,68	50.310,68	50.310,68	50.310,68	50.310,68	-	-
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Supervisão realizada			nº	122	-	89
Levantamento fitossanitário			nº	91	-	84
Área controlada			ha	609.436	-	609.436
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
-	-	-	-		-	-

Identificação da Ação						
Código	20ZW		Tipo: Atividade			
Título	Promoção da Defesa Agropecuária					
Iniciativa	04BQ - Promoção da Defesa Agropecuária					
Objetivo	Reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional. Código: 0366					
Programa	Defesa Agropecuária		Código: 2028		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	22101 ó Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						

Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features

Orçamento Orçamentária e Financeira						
Despesa					Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
-	-	-	-	-	-	-
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Inspeção realizada			unidade	260	260	260
Relatório emitido			unidade	120	120	120
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

Identificação da Ação						
Código	20ZX		Tipo: Atividade			
Título	Fiscalização de Atividades Agropecuárias					
Iniciativa	04D4 - Fiscalização das Atividades Agropecuárias					
Objetivo	Reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional. Código: 0366					
Programa	Defesa Agropecuária		Código: 2028		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	22101 ó Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
53.735,24	53.735,24	50.998,63	50.998,63	41.714,81		9.283,82
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Fiscalização Realizada			Número	150	-	128
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

Identificação da Ação						
Código	8593		Tipo: Atividade			
Descrição	Apoio ao Desenvolvimento de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono - ABC					
Iniciativa	Código 02WU - Promoção da substituição da agricultura tradicional por outra de base sustentável, conservacionista, tecnificada, de baixa emissão de gases de efeito estufa e elevada fixação de carbono no solo e nas plantas (Plano ABC).					
Objetivo	Implementar e monitorar as ações do Plano de Desenvolvimento da Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (Plano ABC) visando a mitigação dos gases de efeito estufa e adaptação aos efeitos diretos e indiretos das mudanças climáticas. Código: 0743					
Programa	Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização		Código: 2014		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária Anual - 2013						

Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features

Ação Orçamentária e Financeira							
			Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Localizador	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
	*	*	5.838,78	5.838,78	5.838,78	---	---
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
	*		*	Capacitar 570 produtores rurais e técnicos	---	(**)	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	-	-	-	-	-	-	

OBS.: A coluna Nº do subtítulo/ Localizador está em branco porque a Ação é aprovada de forma nacional e não por localização

(*) Não se aplica, desenvolvido pela Coordenação: CMSSP/DEPROS/SDC/MAPA

(**) 600 produtores beneficiados por meio do Grupo Gestor do Plano ABC- MG/ Coordenação DPDAG-MG

Identificação da Ação							
Código	20ZV			Tipo: Atividade			
Descrição	Fomento ao Setor Agropecuário						
Iniciativa	02XH 6 Apoio a projetos de desenvolvimento e fomento do setor agropecuário						
Objetivo	Fortalecer o associativismo e cooperativismo rural e promover a implantação e modernização da infraestrutura de apoio à produção agropecuária, incluindo medidas estruturantes de aperfeiçoamento dos serviços concernentes ao desenvolvimento agropecuário, visando à redução de custos e perdas. Código: 0747						
Programa	Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização			Código: 2014	Tipo:		
Unidade Orçamentária	22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
	1,349,07	1,349,07	947,07	947,07	947,07	---	---
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
	*		*	---	---	(**)	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	-	-	-	-	-	-	

OBS.: A coluna Nº do subtítulo/ Localizador está em branco porque a Ação é aprovada de forma nacional e não por localização

(*) Não se aplica, desenvolvido pela Coordenação: CFIP/DEPROS/SDC/MAPA

Identificação da Ação	
Código	8606 Tipo: Atividade
Descrição	Apoio ao Desenvolvimento e Controle da Agricultura Orgânica - Pró-Orgânico

Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features

do desenvolvimento da agricultura orgânica e controle da garantia da

Objetivo	Incentivar o desenvolvimento da agricultura orgânica e de outros sistemas sustentáveis, de forma a agregar valores ambientais, sociais e econômicos aos sistemas produtivos, melhorando a sua eficiência, a qualidade e competitividade dos produtos e a equidade na distribuição dos benefícios e renda. Código: 0744						
Programa	Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização Código: 2014 Tipo: Temático						
Unidade Orçamentária	22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento						
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
	*	*	39.878,15	39.878,15	39.878,15	---	---
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
	Unidades de produção cadastradas			unid	87	---	81(**)
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	-	-	-	-	-	-	

OBS.: A coluna Nº do subtítulo/ Localizador está em branco porque a Ação é aprovada de forma nacional e não por localização

(*) Não se aplica, desenvolvido pela Coordenação

(**) Destaca-se que 22 unidades de produção são vinculadas ao primeiro OPAC credenciado em MG

Identificação da Ação							
Código	8606			Tipo: Atividade			
Descrição	Apoio ao Desenvolvimento e Controle da Agricultura Orgânica - Pró-Orgânico						
Iniciativa	02XB ó Promoção do desenvolvimento da agricultura orgânica e controle da garantia da qualidade orgânica						
Objetivo	Incentivar o desenvolvimento da agricultura orgânica e de outros sistemas sustentáveis, de forma a agregar valores ambientais, sociais e econômicos aos sistemas produtivos, melhorando a sua eficiência, a qualidade e competitividade dos produtos e a equidade na distribuição dos benefícios e renda. Código: 0744						
Programa	Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização Código: 2014 Tipo: Temático						
Unidade Orçamentária	22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento						
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
	*	*	20.254,80	20.254,80	20.254,80	---	---
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
	Pessoas beneficiadas			unid	2.220	---	6.285(**)
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							

Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features

			e Financeira	Execução Física - Metas		
			Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
	-	-	-	-	-	-

OBS.: A coluna Nº do subtítulo/ Localizador está em branco porque a Ação é aprovada de forma nacional e não por localização

(*) Não se aplica, desenvolvido pela Coordenação

(**) Destaca-se que o alcance da meta foi possível pelo apoio financeiro e de recursos humanos das instituições parceiras e componentes da CPOrg-MG.

Identificação da Ação							
Código	20ZX			Tipo: Atividade			
Descrição	Fiscalização de Atividades Agropecuárias						
Iniciativa	04D4 ó Fiscalização das Atividades Agropecuárias						
Objetivo	Reestruturar, implementar e coordenar o SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional. Código 0366						
Programa	Defesa Agropecuária			Código: 2028 Tipo: Temático			
Unidade Orçamentária	22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
	*	*	4.544,32	4.544,32	4.544,32	---	---
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
	Unidades fiscalizadas			unid	21	---	8
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	-	-	-	-	-	-	

OBS.: A coluna Nº do subtítulo/ Localizador está em branco porque a Ação é aprovada de forma nacional e não por localização

(*) Não se aplica, desenvolvido pela Coordenação: DMAA/CGLOG/DIEL/SDC/MAPA

(**) Empresas registradas a operar Aviação Agrícola em MG.

Identificação da Ação							
Código	20ZX			Tipo: Atividade			
Descrição	Fiscalização de Atividades Agropecuárias						
Iniciativa	04D4 ó Fiscalização das Atividades Agropecuárias						
Objetivo	Reestruturar, implementar e coordenar o SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional. Código 0366						
Programa	Defesa Agropecuária			Código: 2028 Tipo: Temático			
Unidade Orçamentária	22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados

Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features

	17.727,37	17.727,37	17.489,87	237,50	---	
Ação Física da Ação - Metas						
subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
	*	---	---	---	---	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
	-	-	-	-	-	-

OBS.: A coluna Nº do subtítulo/ Localizador está em branco porque a Ação é aprovada de forma nacional e não por localização

(*) Não se aplica, desenvolvido pela Coordenação: CPIP/DEPROS/SDC/MAPA

Identificação da Ação							
Código	20ZV			Tipo: Atividade			
Descrição	Fomento ao Setor Agropecuário						
Iniciativa	02XH ó Apoio a projetos de desenvolvimento e fomento do setor agropecuário						
Objetivo	Fortalecer o associativismo e cooperativismo rural e promover a implantação e modernização da infraestrutura de apoio à produção agropecuária, incluindo medidas estruturantes de aperfeiçoamento dos serviços concernentes ao desenvolvimento agropecuário, visando à redução de custos e perdas. Código: 0747						
Programa	Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização			Código: 2014 Tipo: Temático			
Unidade Orçamentária	22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
	*	*	4.071,00	3.886,62	3.886,62	---	---
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
	*	*	---	---	(**)		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	-	-	-	-	-	-	

OBS.: A coluna Nº do subtítulo/ Localizador está em branco porque a Ação é aprovada de forma nacional e não por localização

(*) Não se aplica, desenvolvido pelo Departamento: DIEL/SDC/MAPA

Identificação da Ação							
Código	20ZV			Tipo: Atividade			
Descrição	Fomento ao Setor Agropecuário						
Iniciativa	02XH ó Apoio a projetos de desenvolvimento e fomento do setor agropecuário						
Objetivo	Fortalecer o associativismo e cooperativismo rural e promover a implantação e modernização da infraestrutura de apoio à produção agropecuária, incluindo medidas estruturantes de aperfeiçoamento dos serviços concernentes ao desenvolvimento agropecuário, visando à redução de custos e perdas.						

Click Here to upgrade to Unlimited Pages and Expanded Features

entável, Abastecimento e Comercialização	Código: 2014	Tipo:
--	---------------------	--------------

Unidade Orçamentária	22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
	*	*	10.242,53	10.242,53	10.242,53	---	---
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante			Realizado	
			Previsto	Reprogramado (*)	o		
	*	*	---	---	(**)		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	-	-	-	-	-	-	

OBS.: A coluna Nº do subtítulo/ Localizador está em branco porque a Ação é aprovada de forma nacional e não por localização

(*) Não se aplica, desenvolvido pelo Departamento: CIG/DEPTA/SDC/MAPA

Identificação da Ação							
Código	20ZV			Tipo: Atividade			
Descrição	Fomento ao Setor Agropecuário						
Iniciativa	02XH ó Apoio a projetos de desenvolvimento e fomento do setor agropecuário						
Objetivo	Fortalecer o associativismo e cooperativismo rural e promover a implantação e modernização da infraestrutura de apoio à produção agropecuária, incluindo medidas estruturantes de aperfeiçoamento dos serviços concernentes ao desenvolvimento agropecuário, visando à redução de custos e perdas. Código: 0747						
Programa	Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização			Código: 2014 Tipo: Temático			
Unidade Orçamentária	22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
	*	*	1.365,79	1.365,79	806,73	559,06	---
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante			Realizado	
			Previsto	Reprogramado (*)	o		
	*	*	---	---	(**)		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	-	-	-	-	-	-	

OBS.: A coluna Nº do subtítulo/ Localizador está em branco porque a Ação é aprovada de forma nacional e não por localização

(*) Não se aplica, desenvolvido pelo Departamento: DIPTA/CAPTA/DEPTA/SDC/MAPA

Coordenação

Identificação da Ação							
Código	20ZV					Tipo: Atividade	
Descrição	Fomento ao Setor Agropecuário						
Iniciativa	02XH ó Apoio a projetos de desenvolvimento e fomento do setor agropecuário						
Objetivo	Fortalecer o associativismo e cooperativismo rural e promover a implantação e modernização da infraestrutura de apoio à produção agropecuária, incluindo medidas estruturantes de aperfeiçoamento dos serviços concernentes ao desenvolvimento agropecuário, visando à redução de custos e perdas. Código: 0747						
Programa	Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização					Código: 2014	Tipo:
Unidade Orçamentária	22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
	*	*	8.164,52	8.164,52	8.164,52	---	---
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
	*			*	---	---	(**)
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	-	-	-	-	-	-	

OBS.: A coluna Nº do subtítulo/ Localizador está em branco porque a Ação é aprovada de forma nacional e não por localização

(*) Não se aplica, desenvolvido pelo Departamento: DENACOOOP/SDC/MAPA

Identificação da Ação							
Código	20Y8					Tipo: Atividade	
Descrição	Desenvolvimento da Cafeicultura						
Iniciativa	02GN ó Promoção e fomento ao setor cafeeiro						
Objetivo	Promover a elaboração, execução e acompanhamento de políticas públicas do agronegócio café, de forma a possibilitar o desenvolvimento socioeconômico desse setor. Código: 0661						
Programa	Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização					Código: 2014	Tipo:
Unidade Orçamentária	22905 ó Fundo de Defesa da Economia Cafeeira						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
	*	*	147.000,00	147.000,0	147.000,0	---	---

Click Here to upgrade to Unlimited Pages and Expanded Features

		0	0			
Execução Física da Ação - Metas						
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
	*	*	---	---	(**)	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
	-	-	-	-	-	-

OBS.: A coluna Nº do subtítulo/ Localizador está em branco porque a Ação é aprovada de forma nacional e não por localização

(*) Não se aplica, desenvolvido pelo Departamento: DCAF/SPAE/MAPA

Observação: No período de 09 a 13 de setembro de 2013 foram realizadas a Semana Internacional do Café e a Reunião Comemorativa de 50 anos da Organização Internacional do Café ó OIC, em Belo Horizonte/MG, cuja participação do MAPA e da SFA-MG aconteceu por meio dos recursos descentralizados pelo PI GESTAODCAF. Os eventos contaram com representantes dos países membros da organização sendo a primeira vez que essa reunião aconteceu fora do continente Europeu, tendo sido realizado no Brasil por sua importância no segmento e em Minas Gerais em virtude de ser o maior produtor de café do Brasil.

Identificação da Ação							
Código	20ZV			Tipo: Atividade			
Descrição	Fomento ao Setor Agropecuário						
Iniciativa	02XH ó Apoio a projetos de desenvolvimento e fomento do setor agropecuário						
Objetivo	Fortalecer o associativismo e cooperativismo rural e promover a implantação e modernização da infraestrutura de apoio à produção agropecuária, incluindo medidas estruturantes de aperfeiçoamento dos serviços concernentes ao desenvolvimento agropecuário, visando à redução de custos e perdas. Código: 0747						
Programa	Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização			Código: 2014			
Unidade Orçamentária	22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
	*	*	10.242,53	10.242,53	10.242,53	---	---
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
	*	*	---	---	(**)		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	-	-	-	-	-	-	

tá em branco porque a Ação é aprovada de forma nacional e não por

documento: CIG/DEPTA/SDC/MAPA

Identificação da Ação							
Código	20ZX			Tipo: Atividade			
Descrição	Fiscalização de Atividades Agropecuárias						
Iniciativa	012-J ó Vigilância e Fiscalização do Trânsito de Animais, Vegetais, seus produtos e Insumos Agropecuários.						
Objetivo	Promover a sanidade na agropecuária, mantendo a situação das zonas livres de pragas doenças e fortalecendo as ações de prevenção e controle. Código: 0364						
Programa	Defesa Agropecuária		Código: 2028		Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	Secretaria de Defesa Agropecuária ó SDA / MAPA						
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
	55.841,63	55.841,63	55.841,63	55.841,63	54.224,99	1.616,64	
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
	Partida Fiscalizada (Área Animal)		Unidade	7.000		6.830	
	Partida Fiscalizada (Área Vegetal)		Unidade	30.000		32.300	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	-	-	-	-	-	-	

OBS.: A coluna Nº do subtítulo/ Localizador está em branco porque a Ação é aprovada de forma nacional e não por localização

Identificação da Ação							
Código	4723			Tipo: Atividade			
Descrição	Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal e Animal						
Código	0277 Tipo: Finalística						
Descrição	Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal e Animal						
Iniciativa	Código 0277 - Controle de resíduos e contaminantes em produtos de origem vegetal e animal.						
Objetivo	0570 - Assegurar a qualidade dos alimentos e bebidas por meio do aprimoramento dos mecanismos de controle de produtos e processos visando a oferta de alimentos seguros.						
Programa	Defesa Agropecuária		Código: 2028		Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	22101 ó Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento						
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
	15.238,11	15.238,11	13.171,71	13.171,71	12.471,71	700,00	
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do	Descrição da meta		Unidade de	Montante			

				medida	Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
-	-	-	-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			Realizada
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida		
-	-	-	-	-	-	-	-

2.3 Informações sobre outros resultados da gestão

Os Serviços da SFA-MG apresentaram resultados significativos no decorrer da gestão de 2013, como são mostrados a seguir, iniciado pelo SEFIA. As ações desenvolvidas no PI FISCALSEM envolvem a fiscalização da produção e a utilização de sementes e mudas. Estas ações têm um impacto determinante na produção agrícola, pois o produtor rural terá à disposição insumos de qualidade, possibilitando maior produtividade e rentabilidade e conseqüentemente melhoria de sua renda.

No ano de 2013, a fiscalização de estabelecimentos que trabalham com sementes e mudas ficou prejudicada, devido às limitações orçamentárias impostas ao Ministério da Agricultura no segundo semestre, período que concentra a amostragem de sementes e fiscalização de viveiros de mudas.

A Fiscalização da Produção e do Comércio de Fertilizantes, Corretivos, Inoculantes e Biofertilizantes (FISFECOI) tem como objetivo assegurar níveis satisfatórios de conformidade e qualidade aos fertilizantes, corretivos, inoculantes e biofertilizantes disponibilizados para a agricultura nacional. A partir do alcance desses objetivos, produtividades mais elevadas poderão ser alcançadas contribuindo decisivamente para a competitividade e a sustentabilidade do agronegócio brasileiro, refletindo também no grau de oferta de gêneros alimentícios com elevado padrão de qualidade a custos mais acessíveis.

Os resultados alcançados através das ações desenvolvidas ao longo do ano de 2013 apontam para níveis de conformidade e qualidade nos insumos agrícolas da ordem de: i) 84% em fertilizantes minerais simples; ii) 38% para fertilizantes minerais complexos; e iii) 83% para fertilizantes minerais mistos. Para fertilizantes minerais fluidos os indicadores alcançados para os níveis de conformidade apresentaram similaridade ao ano anterior, na casa dos 86%. Acompanhando a mesma tendência, os fertilizantes orgânicos/organominerais fluidos apresentaram incremento de 30 pontos percentuais, passando de 64% para 94% em 2013. Por fim, os índices de conformidade apurados para corretivos (calcário agrícola) e condicionadores de solo foram de 92% e 100%, respectivamente, e para os fertilizantes orgânicos e organominerais sólidos o índice de conformidade foi de 94% em 2013. Com relação aos substratos para plantas, cumpre salientar que a adoção de ações mais intensas na sua fiscalização surtiu o efeito desejado, possibilitando o alcance de índice de conformidade de 100%.

As linhas de ação executadas através do PI FISAGROTOX encontram-se relacionadas à:

i) fiscalização dos estabelecimentos produtores de agrotóxicos e afins, com foco em produtos e processos produtivos;

ii) coleta de produtos agrotóxicos para aferição de garantias através de análise laboratorial, através da participação de laboratórios credenciados junto ao MAPA para essa finalidade; e

iii) credenciamento e fiscalização de entidades para a realização de pesquisas e ensaios experimentais com agrotóxicos, sendo a vistoria prévia nesses estabelecimentos parte do processo de credenciamento.

O universo de trabalho é composto por 3 (três) estabelecimentos produtores e 15 (quinze) estabelecimentos de pesquisa e experimentação com agrotóxicos instalados em Minas Gerais.

Os resultados alcançados através das ações desenvolvidas ao longo do ano de 2013, relativamente à programação originalmente concebida para o PI, apontam para o atendimento de:

- 106,67% da fiscalização programada para estabelecimentos produtores de agrotóxicos;

- 100,0% da fiscalização programada para estabelecimentos de pesquisa e experimentação com agrotóxicos; e
- 90,91% da fiscalização programada para pesquisas e experimentações com agrotóxicos.

Constata-se, portanto que os resultados anteriormente apresentados traduzem o efetivo atendimento a 90,0% de todas as ações originalmente programadas para o PI FISAGROTOX no exercício de 2013.

Por fim salienta-se o pronto atendimento ofertado à todas as denúncias encaminhadas a CGAA/DFIA/SDA/MAPA ao longo de 2013, que resultou na interdição de estabelecimentos clandestinos e de linhas de produção irregulares, assim como na autuação dos respectivos responsáveis pelas irregularidades apuradas.

Dentro do âmbito das atividades do Serviço de Fiscalização de Insumos Pecuários ó SEFIP/DDA/SFA-MG, existem três grandes áreas de atuação, compreendendo: Ação 2140 ó Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário ó FISPROVET; Ação 2019 ó Fiscalização de Material Genético Animal ó FISCGENE e Ação 2124 - Fiscalização de Insumos destinados à Alimentação Animal ó FISCINAN.

As atividades relacionadas ao FISPROVET são resumidamente: o registro e fiscalização de indústrias de produtos de uso veterinário, a colheita de vacinas para testes oficiais de qualidade, as análises para autorizações de fabricação de vacinas autógenas. Importante destacar ainda a supervisão da atividade de fiscalização do órgão estadual dos cerca de 4.000 comerciantes de produtos veterinários, o que em 2013, atingiu o montante de 364 julgamentos em primeira instância de infrações realizados pelo SEFIP. A fiscalização dos estabelecimentos fabricantes de produtos de uso veterinário contribui para melhoria da qualidade dos medicamentos, vacinas e soros destinados aos animais, o que é de grande importância para a saúde animal, e contribui ainda com a melhoria da saúde da população que convive com animais domésticos e que consome produtos de origem animal, visto que os insumos em questão representam um elo relevante entre a saúde humana e animal.

A Ação FISCGENE consiste, basicamente, no registro e na fiscalização dos estabelecimentos produtores, comerciantes e prestadores de serviços de material genético de multiplicação animal, a saber: Centrais de Produção Sêmen (CCPS), Centros de Fertilização In Vitro de Embriões (CPIV) e de Transferência de Embriões *in vivo* (TE) e de Clonagens e as granjas avícolas: Bisavoseiras, Avoseiras, Matrizadeiras e SPF (granjas livres de patógenos específicos) em todo Estado de Minas Gerais. O setor de Material Genético e de Multiplicação Animal contribui para a qualidade genética do material de multiplicação animal comercializado no Brasil (rastreadabilidade) fiscalizando e controlando a qualidade dos produtos e dos serviços de multiplicação animal ofertados aos produtores, com vistas ao aumento da produção e produtividade da pecuária nacional. Ao controlar o registro dos animais doadores de material genético, contribui para melhorar o desempenho da pecuária, da avicultura e da suinocultura.

A Ação FISCINAN compreende a fiscalização de insumos destinados à alimentação animal e abrange o registro e fiscalização dos estabelecimentos fabricantes, importadores, e fracionadores, através da verificação e acompanhamento da tecnologia de fabricação e condições de produção, bem como o registro e fiscalização da conformidade e inocuidade de produtos destinados à alimentação animal. Para tanto, são realizadas fiscalizações e auditorias dos estabelecimentos fabricantes de alimentos para animais, e realizadas colheitas de amostras para verificação da conformidade, presença de ingredientes, substâncias ou contaminantes proibidos ou microrganismos patogênicos em produtos destinados à alimentação animal. Destaca-se o programa de pesquisa de subprodutos de origem animal (PSOA) em alimentos para ruminantes, que é uma ferramenta essencial no programa para a redução dos riscos de ocorrência da Encefalopatia Espongiforme Bovina. O Estado de Minas Gerais possui 342 estabelecimentos registrados no setor de alimentação animal, constituindo-se desta forma, em um dos maiores parques industriais do país relativos a este segmento da economia, sendo a sua fiscalização responsabilidade do SEFIP.

ção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal, de da pelo SIPOA/DDA/SFA-MG foi cumprida em 59,58%, onde vale ressaltar, que a ação 20QZ-Combate à Clandestinidade em Produtos de Origem Animal está embutida na ação 8938-Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal. Os Recursos utilizados pelo INSPANIMAL 3 da ação 8938 também foram utilizados para executar a ação 20QZ.

Ao contabilizar as conquistas do agronegócio brasileiro, com os seus sucessivos aumentos na produtividade, não se pode deixar de afirmar que, nada disto seria alcançado e não teria a sustentabilidade que possuem hoje, sem a fiscalização da produção, da pesquisa e a execução destas ações, pelo MAPA.

O Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal possui a responsabilidade de prevenir e controlar doenças animais de interesse econômico e de saúde pública, assim como de assegurar a origem e a conformidade dos produtos de origem animal. A atuação do Serviço de Inspeção Federal ó SIF assegura a oferta de alimentos seguros para os mercados interno e externo.

Para atingir os objetivos estratégicos, as ações são focadas no combate à fraude em produtos de origem animal, com a realização de fiscalizações, inspeções e auditorias, bem como a aproximação do Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal com outros órgãos de defesa do consumidor.

A atuação do Serviço de Inspeção Federal ó SIF é importante para assegurar a oferta de alimentos seguros para os mercados interno e externo. A qualidade destes produtos e de seus insumos depende da aplicação de procedimentos que garantam o cumprimento de normas e padrões referentes aos aspectos higiênico-sanitários, tecnológicos e de identificação das características dos produtos, com o objetivo de evitar riscos à saúde do consumidor e fraudes econômicas.

Como resultado das ações planejadas, concluímos que apesar dos obstáculos de contingenciamento financeiro e carência de pessoal, os objetivos gerais traçados foram atingidos, com ações de inspeção e fiscalização de rotina, e ações no combate à fraude em produtos de origem animal tais como: fraude no leite, fraude da adição de água em carcaças de frango, fraude do ôglazeö (capa de gelo) no pescado e fraude por adição de coadjuvantes de tecnologia em carnes e derivados.

O Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal ó SIPOV/DDA/SFA-MG, como unidade central de execução finalística da SFA, dentre outras incumbências, tem por objetivo assegurar a qualidade dos alimentos e bebidas através de inspeção e fiscalização higiênico-sanitária e tecnológica nos estabelecimentos que produzem, fabricam, padronizam, acondicionam, engarrafam, importam e exportam produtos de origem vegetal, subprodutos, derivados e resíduos de valor econômico, tais como vinhos, derivados da uva e do vinho, bebidas e fermentado acético, grãos, farináceos, óleos vegetais, frutas e hortaliças.

Dentro desse escopo de atuação, o SIPOV/DDA/SFA-MG exerce o controle higiênico-sanitário dos produtos vegetais oriundos da produção interna, da importação e também os destinados à exportação, o monitoramento e investigação de violações referentes ao controle de resíduos e contaminantes, o controle qualitativo de produtos, subprodutos, derivados e resíduos de valor econômico de origem vegetal e de pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado, envolvidas na classificação vegetal.

Como metas prioritárias, o SIPOV elege as ações de inspeção/fiscalização em estabelecimentos e coleta de amostras de fiscalização. Essas metas são estipuladas não em função do número de estabelecimentos existentes, mas sim da capacidade de atuação do Fiscal, uma vez que nosso efetivo é muito aquém do universo a ser fiscalizado. Desta forma, trabalha-se por prioridade, levando em consideração a atividade desenvolvida pelo estabelecimento e o seu histórico cadastral de infrator.

No exercício de 2013 o SIPOV atingiu 110% das ações programadas, com emissão de 898 Termos de Fiscalização/Inspeção, verificando-se um incremento substancial na Atividade de Vinhos e Bebidas, em função do número de apuração de denúncias de consumidores, onde foram lavrados 607 Termos de Inspeção, resultando em 426 produtos analisados, totalizando 5.985.818

Além de um incremento na importação de vinhos e bebidas em 2013, também houve um aumento nos pedidos de Inspeção de Importação.

Além dos esforços para atendimento às metas estabelecidas, acrescentam-se também os aqueles voltados para atender às solicitações da Coordenação Geral de Qualidade Vegetal/CGQV/DIPOV/SDA-MAPA, como o cumprimento do Programa Nacional de Qualidade Vegetal e Programa Estadual de Qualidade Vegetal, Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes, resultando na realização de 291 ações de fiscalização em 2013 com coleta de 341 amostras de produtos, totalizando 14.793,57 toneladas de produtos fiscalizados.

O SSV teve várias realizações ao longo do ano de 2013. As atividades realizadas no âmbito do VIGIFITO incluíram: certificação fitossanitária; controle do trânsito de vegetais, pareceres fitossanitários para importação e exportação, fiscalização de material em depósito e/ou quarentena, supervisão do processo de certificação fitossanitária e controle do trânsito de vegetais, além da fiscalização de empresas de tratamento fitossanitário com fins quarentenários.

As atividades realizadas no âmbito do PCEVEGETAL incluíram: supervisão das atividades de prevenção e controle de pragas regulamentadas e de outras pragas que demandaram atenção por parte dos órgãos de Defesa Agropecuária e fiscalização de convênio com o Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA); As sub-ações relacionadas foram as seguintes:

- Sistema Nacional de Alertas Fitosanitários (Estações de Avisos) na Cultura do Cafeeiro
- Prevenção e Controle de Sigatoka Negra
- Prevenção e Controle de Pragas da Madeira
- Prevenção e Controle da Ferrugem Asiática da Soja
- Prevenção e Controle de Pragas do Algodoeiro
- Prevenção e Controle de Pragas dos Citros (cancro cítrico, huanglongbing, pinta preta, morte súbita dos citros)
- Prevenção e Controle de Pragas da Videira
- Educação Sanitária

Impactos Positivos:

- Controle eficiente das pragas quarentenárias presentes no Estado (Mosca negra dos citros, vespa da madeira, pinta preta dos citros, sigatoka-negra, cancro cítrico).
- Prevenção da introdução de pragas quarentenárias presentes em outros estados brasileiros mas ausentes no Estado de Minas Gerais (mosca da carambola, *Cydia pomonella*, moko da bananeira, cancro da videira).
- Prevenção da introdução de pragas quarentenárias ausentes no Brasil, que, devido ao incremento do mercado internacional, principalmente de material de multiplicação, representam grande risco para a agricultura brasileira.
- Atendimento às exigências fitossanitárias no Comércio Internacional de Produtos Vegetais, possibilitando acesso a novos mercados, a exemplo do Programa de Exportação de citros para a Europa.
- Aprimoramento do manejo das pragas do cafeeiro e conseqüente redução do custo da produção, com ganhos sócio-econômico e ambiental, em consequência da emissão mensal de boletins de avisos fitossanitários nas estações de varginha, carmo de minas, boa esperança, patrocínio e araxá, muzambinho e araguari, abrangendo mais de 60% da área cultivada.
- Manutenção e aplicação das áreas livres e aplicação do Sistema de Mitigação de Risco de Sigatoka Negra, bem como a aplicação de demais medidas fitossanitárias, possibilitando o comércio de banana para locais onde não ocorre a praga. Em 2013 não houve detecção de nenhum foco da praga no Estado de Minas, tendo sido mantidas 245 Unidades de Produção cadastradas no Sistema de mitigação de Risco de Sigatoka-negra.
- Manutenção do Sistema de Mitigação de Risco de *Anastrepha grandis* em cultivos de cucurbitáceas, possibilitando o comércio de frutos frescos de abóbora para a Argentina e Uruguai, países onde a praga não ocorre. Em 2013 foram cadastradas 4 unidades de produção, que, em conjunto, exportaram 470 toneladas de abóbora.

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

tuto Mineiro de Agropecuária, por meio de convênio, ão do trânsito interestadual de vegetais, seus produtos e insumos, bem como a prevenção e controle de pragas quarentenárias presentes e pragas de importância para a UF.

- Controle de pragas de grande importância econômica, como a ferrugem asiática da soja, bicudo do algodoeiro e pragas do cafeeiro, o que foi fundamental para o resultado econômico das lavouras cultivadas.

As atividades realizadas no âmbito do ERRADMOSCA incluíram: levantamento de detecção da praga por meio de dez armadilhas instaladas em locais de maior risco de introdução da praga; fiscalização e controle de trânsito de material potencialmente veiculador da praga oriundo da região de ocorrência.

Impactos Positivos:

- A Ação alcançou o Objetivo proposto, contribuindo para evitar a disseminação da mosca da carambola ao País, mantendo o estado de Minas Gerais na condição de unidade da federação sem ocorrência da praga, favorecendo o desenvolvimento da fruticultura pela abertura de novos mercados que tem restrição fitossanitária quanto à mosca da carambola.

➤ **Fiscalização De Atividades Com Organismos Geneticamente Modificados (Fiscorgen)**

Impactos Positivos:

- Das 150 fiscalizações previstas, foram realizadas 128 (85,33%). São poucos os FFA que compõe a equipe executora das ações do PI FISCORGEN; assim, no terceiro trimestre a grande maioria dos FFAø já havia ultrapassado o limite de 40 diárias, precisando, portanto, de autorização da SE do MAPA. Aconteceu que algumas viagens programadas para o terceiro semestre, não foram autorizadas, impedindo assim que fosse alcançada a meta.

- Foram realizadas 86 fiscalizações em experimentos de plantas transgênicas liberadas em campo e mais 37 em lavouras comerciais plantadas com milho geneticamente modificado para verificação do cumprimento da norma de coexistência determinada pela Resolução Normativa CTNBIO 04/07. Pela primeira vez nessa SFA, foram realizadas cinco fiscalizações em lavouras de batata e tomate, para prospecção de OGMø não autorizados; nas amostras colhidas, não foi dedetcada presença de OGMø.

Para o SSA ó Serviço de Saúde Animal, em 2013 não houve recurso do convênio plurianual celebrado entre o MAPA e o Instituto Mineiro de Agropecuária ó IMA, para o desenvolvimento das atividades previstas para serem executadas pelo IMA no plano de trabalho para 2013. O que ocorreu, foi a prorrogação de prazo para cumprimento das metas acordadas no plano de trabalho de 2012 até julho de 2013, atividades que foram supervisionadas por fiscais federais agropecuários ó FFA do SSA. Foram realizadas 27 supervisões in loco, sendo 25 delas pagas pelo PI PCEANIMAL e duas pagas pelo PI FEBREAFTOSA. OS FFA do SSA através dessas supervisões puderam ter uma visão detalhada do andamento do convênio e tiveram a oportunidade de maior integração com os técnicos do órgão de defesa sanitária animal do estado de Minas Gerais, IMA. Tal integração foi fundamental para o bom andamento dos trabalhos de defesa animal em nosso estado. O convênio plurianual previsto para os anos de 2011 a 2015 foi revogado, tendo sido elaborado outro convênio que inclui metas relacionadas à defesa sanitária animal, para o período de dezembro de 2013 a dezembro de 2014. Os fiscais do SSA participaram ativamente da confecção do plano de trabalho desse novo convênio, podendo definir as principais atividades a serem desempenhadas no estado de Minas Gerais na área da defesa animal.

Uma ação importante desempenhada por fiscais do SSA no ano de 2013 foi o acompanhamento em atendimento a suspeitas de enfermidades sob programa. Dentre elas destacamos as suspeitas de enfermidade vesicular nos municípios de Tombos, Engenheiro Navarro, Lassance, Delta e no frigorífico Santa Vitória em Contagem, que tiveram maior envolvimento dos fiscais federais em virtude do tipo de ocorrência encontrada. As notificações de ocorrência de enfermidades de controle oficial em granjas avícolas de reprodução, também geraram uma demanda relevante de trabalho dos FFA no ano de 2013, principalmente nas regiões sob jurisdição das UTRAS de Uberlândia e

continua demandando atenção especial do Serviço de Saúde
vos para Laringotraqueíte Aviária na região das Terras Altas

Ressaltamos que o número reduzido de fiscais ligados ao SSA, na sede da SFA e principalmente nas regiões de Uberlândia, Patos de Minas e Uberaba está sendo insuficiente para atender o número de demandas que vem surgindo, onde seria fundamental a atuação do fiscal federal agropecuário. Um dos princípios básicos das recomendações da Organização Mundial de Saúde Animal ó OIE para os países signatários do Acordo sobre Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias da Organização Mundial de Comércio ó Acordo SPS/OMC é a resposta rápida a emergências sanitárias. Para tanto, a estruturação e coordenação dos serviços de saúde animal é questão central. Uma vez que o MAPA é o órgão que coordena as atividades de saúde animal no país, a existência de funcionários em número e qualificação adequados é essencial para que o país, e conseqüentemente Minas Gerais com toda a sua representatividade na agropecuária, mantenham e melhorem a sua condição sanitária e acesso ao mercado externo. No ano de 2013, devido a falta de recursos, houve pouca participação dos FFA em treinamentos e reuniões técnicas para padronização e atualização, o que não é desejável.

Diante do número reduzido de fiscais, do contingenciamento de recursos e do número de atividades que foram executadas em 2013, as supervisões dos programas sanitários não puderam ser realizadas na quantidade programada, o que esperamos poder reverter no próximo ano, tendo em vista a importância desta atividade. Neste contexto, evidenciamos nossa preocupação quanto ao desenvolvimento a contento das atividades inerentes ao Serviço de Saúde Animal de Minas Gerais em função carência de Fiscais Federais Agropecuários.

Para o ano de 2014 o SSA espera poder aumentar o número de fiscais para exercer a defesa sanitária animal do estado de Minas Gerais, ter sua equipe continuamente treinada através de reuniões e atualizações técnicas promovidas pelo Departamento de Saúde Animal e através de participação em eventos técnicos, bem como continuar mantendo uma boa relação com o IMA.

As aplicações financeiras do Programa ABC (Plano Interno APOIOABC) representam ação interinstitucional da DPDAG/SFA-MG que culminaram na publicação do Plano Estadual de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas na Agricultura para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono de Minas Gerais (Plano ABC-MG), Resolução SEAPA n.º 1.233, de 09 de janeiro de 2013. Para a consolidação da agricultura de baixo carbono em Minas Gerais, destaca-se a participação da DPDAG/SFA-MG coordenando o Grupo Gestor do Plano ABC e atuando na elaboração do anteprojeto de Lei nº 3607/2012, que dispõe sobre a instituição da Política de Mudança do Clima do Estado de Minas Gerais - PMCE.

Em 2013 foi constituído o primeiro Organismo Participativo da Avaliação da Conformidade ó OPAC, denominado õOPAC Sul de Minasö, congregando diversos produtores da região, com o apoio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais ó campus Inconfidentes, técnicos da EMATER-MG e da DPDAG/SFA/MG. A criação de um organismo dessa magnitude na região proporciona autonomia aos produtores, além de um ganho organizacional e profissional, uma vez que os grupos de agricultores se reúnem e por meio do controle social e da responsabilidade solidária, garantindo mutuamente, a qualidade orgânica perante a sociedade.

No contexto do desenvolvimento rural sustentável, a DPDAG, representando a SFA-MG, integra como membro nato (titular) o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável ó CEDRAF-MG, instituído pelo Decreto 45.962/2012, que tem como finalidade õarticular os diferentes níveis de governo e as organizações da sociedade civil, tendo em vista a proposição, a análise e o monitoramento das políticas públicas e ações inerentes ao desenvolvimento sustentável da agricultura familiar e da reforma agráriaö.

As ações de incentivo ao uso de signos distintivos de qualidade vinculada à origem geográfica dos produtos, indicações geográficas e marcas coletivas, ambas registradas e protegidas como propriedade intelectual (Plano Interno INDIGRAF), tiveram expressiva importância em 2013 com os novos trabalhos de prospecção, sensibilização e diagnóstico junto aos produtores de Pequi e

Minas, do Café Vulcânico de poços de Caldas e Região, de
naíba e de Araxá, de Banana do Alto Sapucaí, de Azeite dos
Contratores da Manipuleira e de Frutas da Região do Jaíba.

Em 2013, a análise e a aprovação de contratos de repasse por meio de emendas parlamentares atingiram um montante de 611 emendas com um valor de R\$147.687.384,75. No período, servidores da DPDAG também foram designados pela SDC/MAPA para realizar vistorias e acompanhamentos *in loco* em outros 15 convênios/contratos de repasse.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Ação 2179: Fiscalização de Sementes e Mudanças FISCALSEM1

Eficácia

Atividades Desenvolvidas <i>Metas</i>	Unid.	Exec. 2011	Exec. 2012	Prog. 2013	Exec. 2013	Eficácia (%)	Prog. 2014
INSCRIÇÃO / CREDENCIAMENTO NO RENASEM							
Produtor de Sementes	Nº	77	133	-	136	-	-
Armazenador de Sementes	Nº	25	44	-	38	-	-
Beneficiador de Sementes	Nº	24	42	-	01	-	-
Reembalador de Sementes	Nº	28	38	-	39	-	-
Produtor de Mudanças	Nº	451	576	-	567	-	-
Reembalador de Mudanças	Nº	01	0	-	0	-	-
Responsável técnico	Nº	209	250	-	259	-	-
Comerciante de Sementes	Nº	17	33	-	27	-	-
Comerciante de Mudanças	Nº	2	2	-	7	-	-
Entidade de Certificação	Nº	1	2	-	0	-	-
Certificador da Própria Produção	Nº	3	7	-	4	-	-
Laboratório de Análise de Sementes	Nº	15	10	-	2	-	-
Laboratório de Análise de Mudanças	Nº	0	1	-	0	-	-
Amostrador	Nº	5	7	-	11	-	-
Vistoria Prévia - RENASEM	Nº	11	11	-	09	-	-
FISCALIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTO / ENTIDADE							
Produtor de Sementes	Nº	239	224	232	138	59	186
Produtor de Mudanças	Nº	425	671	684	468	68	620
Armazenador de Sementes	Nº	5	8	26	05	19	40
Beneficiador de Sementes	Nº	7	5	12	06	50	0
Reembalador de Sementes	Nº	24	32	27	16	59	30
Reembalador de Mudanças	Nº	0	0	0	0	-	16
Comerciante de Sementes	Nº	8	7	0	1	-	0
Comerciante de Mudanças	Nº	0	0	0	1	-	0
Usuário de Sementes	Nº	60	46	32	13	41	30
Usuário de Mudanças	Nº	36	53	45	23	51	50
Entidade Certificadora de Sementes	Nº	2	0	4	0	0	2
Entidade Certificadora de Mudanças	Nº	0	0	0	0	-	5
Certificadora da Própria Produção de Sementes	Nº	1	3	10	6	60	3
Certificadora da Própria Produção de Mudanças	Nº	0	0	0	0	-	0
Laboratório de Análise de Sementes	Nº	0	0	0	2	-	0
Laboratório de Análise de Mudanças	Nº	0	3	0	0	-	0
Responsável Técnico	Nº	18	30	14	30	214	10
Amostrador	Nº	0	6	0	0	-	0
Coletor	Nº	-	0	0	0	-	0

Click Here to upgrade to Unlimited Pages and Expanded Features

AÇÃO DE CAMPOS DE SEMENTES

	506	438	449	381	85	359
	25312,35	24.010,24	23.614	16.544,44	70	20.913

FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS, VIVEIROS, E UNIDADES DE PROPAGAÇÃO IN VITRO

	Nº	550	523	627	438	70	637
TOTAL	Und (x1000)	74.066	86.559	84.275	43.996	52	42.700

COLETA DE AMOSTRA DE SEMENTES

Total de Sementes Amostradas	Nº	613	484	400	176	44	440
	t	4.934	4.559	4.356	825	19	5.120

COLETA DE AMOSTRAS DE MUDAS

Total de Mudanças Amostradas	Nº	0	0	0	0	-	20
	Nº de Mudanças	0	0	0	0	-	950.000

TOTAL DE FISCALIZAÇÕES REALIZADAS + COLETAS DE AMOSTRAS

Unidade	Nº DE AÇÕES	2438	2543	2563	1704	66	2477
---------	-------------	------	------	------	------	----	------

OBS:

1. No Campo inscrição/credenciamento no RENASEM, não é feito o indicador eficácia devido ao fato das atividades não serem programadas, haja vista tratar-se de atividades eventuais, servindo como dados comparativos de inscrições durante os exercícios anteriores.

2. Programações de parâmetros por estimativa são passivas de lançamento, considerando variação nos valores a programar levando em conta exercícios anteriores, fatores como comportamento do mercado sementeiro quanto a sementes certificadas e, ou, não certificadas, o consecutivo aumento ou redução de área para produção de sementes, lançamento de novas cultivares no mercado, produtividade, aumento de certificadora da própria produção e entidade de certificação, condições climáticas.

3. Nos campos fiscalização de estabelecimento/entidade, fiscalização de campos de sementes, fiscalização de áreas, viveiros, unidades de propagação in vitro e coleta de amostra de sementes, a restrição na concessão de diárias devido à publicação do Decreto 7.446/2011, que limitou o número de diárias por servidor e à redução orçamentária imposta ao Ministério da Agricultura no segundo semestre, contribuíram para o cumprimento parcial desta programação.

4. No presente quadro o Índice de Eficácia foi dimensionado sobre as atividades desenvolvidas de acordo com a programação do Plano Operativo Anual 2013 e sua interface com as ações estabelecidas no Plano Plurianual 6 PPA 2012-2015.

Eficiência

Valor Executado (R\$)	Nº. de Ações	Atividades	Custo Individualizado da Ação (R\$)
280.709,46	1704	Fiscalização em Estabelecimentos Produtores de Sementes e de Mudanças e de Certificação para Obtenção de Inscrição e Credenciamento no RENASEM	164,73
		Fiscalização de Estabelecimentos	
		Produtores de: Sementes 741 Mudanças 963	

OBS: O Custo Individualizado da Ação reduziu em relação ao exercício 2012, podendo observar que, no levantamento do montante de recursos a serem utilizados nos cálculos desse indicador, foram utilizados valores dentro de Elementos

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

computo final desse custo e foram realizadas fiscalizações na sede das

Fonte dos Recursos: 150015058 (Elemento Despesa = ED) (Indicador de Desempenho = ID)

1. Recursos destinados ao SEFIA/DDA/SFA-MG para atender despesas para custeio para execução das atividades de fiscalização de sementes e mudas, com pagamento de diárias, aquisição bens de consumo/expediente, passagens, serviços e ressarcimento; ainda para pagamento de despesas com colaborador eventual, dentre outras compatíveis à finalidade, sendo que valores de equivalência serão utilizados nos cálculos do Indicador de Desempenho, Eficiência.

1.1. Gastos no **ED 339014.14** ó Diárias no País: Diárias para Fiscalização, para participação em Cursos, Treinamentos, Reuniões Técnicas, outros eventos: R\$169.649,76 (cento e sessenta e nove mil e seiscentos quarenta e nove reais e setenta e seis centavos).

1.2. Gastos no **ED 3390.30** (Material de Consumo): Valor Total: R\$ 22.776,25 (vinte dois mil, setecentos e setenta e seis reais e vinte cinco centavos), com pagamento de:

1.2.1. Gastos com Combustíveis e Lubrificantes Automotivos: Valor R\$ 6.710,52 (seis mil e setecentos e dez reais e cinquenta e dois centavos).

1.2.2. Gastos com Material de Processamento de Dados. Valor: R\$ 9.300,00 (Nove mil e trezentos reais)

1.2.3. Gastos com Material de Expediente. Valor: R\$ 3.000,00 (três mil reais).

1.2.4. Manutenção de Veículos. Valor: R\$ 3.465,73 (três mil e quatrocentos e sessenta e cinco reais e setenta e três centavos).

1.2.5. Material para utilização em gráfica. Valor: R\$ 300,00 (trezentos reais)

1.3. Despesas no **ED 3390.33** (Passagens/deslocamento): Valor R\$ 16.682,05 (dezesesseis e mil, seiscentos oitenta e dois reais e cinco centavos).

1.4. Gastos no **ED 3390.39** (Serviços de Terceiros): Valor Total: R\$ 66.487,00 (sessenta e seis mil e quatrocentos e oitenta e sete reais), com pagamento de:

1.4.1. Manutenção de Veículos. Valor R\$ 1.919,17(Hum mil novecentos dezanove reais e dezessete reais).

1.4.2. Serviços de Comunicação em Geral. Valor R\$ 24.480,86(Vinte quatro mil e quatrocentos e oitenta reais e oitenta e seis centavos).

1.4.3. Combustíveis. Valor R\$ 21.855,70(Vinte e um mil oitocentos cinquenta e cinco reais e setenta centavos).

1.4.4. Serviços de Telecomunicações. Valor R\$ 18.231,27(Dezoito mil duzentos trinta e um reais e vinte sete centavos).

1.5. Gastos no **ED 3390.93** (Ressarcimento para despesas de pronto pagamento). Valor R\$ 5.114,40 (cinco mil e cento e quatorze reais e quarenta centavos).

Valor de Custeio para Cálculo do Indicador Eficiência:

ED: 339014	R\$	169.649,76
ED: 3390.30	R\$	22.776,25
ED: 3390.33	R\$	16.682,05
ED: 3390.39	R\$	66.487,00
ED: 3390.93	R\$	5,114,40
TOTAL:	R\$	280.709,46

2. Gastos no **ED 449052** (Investimento). Valor R\$ 192.463,04 para aquisição de bens (eletroeletrônicos, mobiliário), de modo a incrementar a Infra-estrutura do PI na Sede e em Unidades Descentralizadas.

3. Outros tipos de despesas necessárias ao regular andamento das atividades do Serviço foram compartilhadas com a SFA/MG, nos Elementos Despesas 3390.30 e 3390.39.

4. Serviços Terceirizados (Recepcionista, Publicidade, Vigilância, Limpeza e Conservação, Tecnologia da Informação, Energia Elétrica, Água e Esgoto, dentre outros), não incorrem em despesas de custeio para a atividade de fiscalização.

Efetividade

A atividade de Fiscalização de Sementes e Mudanças vem sofrendo modificações estruturais desde o exercício 2005, com reflexo imediato nas ações das SFA's nos Estados, em detrimento da edição das normas vigentes e complementos, agindo especificamente nas atividades de produção e uso de

te na certificação, em inscrições e respectivas fiscalizações a parte burocrática, assim como inscrições de produtores e credenciamento de responsáveis técnicos, entidades de certificação e certificadoras de produção própria, no Registro Nacional de Sementes e Mudas ó RENASEM, culminando com as coletas de amostras de sementes prontas para a comercialização.

Com relação aos lotes de sementes analisados, verificou-se que nas grandes culturas (soja, milho, feijão, sorgo) 100 % estão em conformidade com padrões oficiais.

Nas sementes de forrageiras 26% dos lotes de sementes estavam em desacordo com os padrões oficiais. Em comparação com o ano de 2012, em que o índice de não conformidade para este grupo de espécies foi de 32% verificou-se uma pequena melhoria na qualidade.

A fiscalização avançou nas ações contra a produção clandestina de sementes de forrageiras nas principais regiões produtoras, entretanto vários fatores contribuem para esta prática irregular, porque a própria legislação criou uma exceção para este grupo de sementes, permitindo a transferência da produção bruta, a reembalagem das sementes, um índice de pureza muito baixo (60% nas principais cultivares), a realização do teste de tetrazólio para avaliar a viabilidade das sementes, cujo resultado em poucas horas, faz com que não existam lotes prontos nas unidades de beneficiamento, dificultando a amostragem pela fiscalização. A área inscrita para produção destas sementes em Minas Gerais é muito representativa (45.000 ha), com produção de 66.000 t, sendo que uma quantidade significativa é comercializada para vários estados do Brasil, o que pode de certa forma estar contribuindo para a degradação das pastagens e baixo rendimento da pecuária nacional. Assim, torna-se crucial encontrar novas estratégias junto à Coordenação e Secretaria de Defesa Agropecuária visando minimizar a comercialização destes produtos para os produtores rurais.

Dessa forma acreditamos que o foco principal da fiscalização devem ser os produtores, reembaladores e comerciantes de sementes deste grupo de espécies e a estratégia de coletar amostras nos usuários deve continuar. Além disso, parcerias com o Instituto Mineiro de Agropecuária e Secretaria Estadual da Fazenda em Minas Gerais na fiscalização do comércio de sementes podem contribuir para a melhorar a fiscalização do MAPA.

Nas fiscalizações dos viveiros, verificou-se o cumprimento das normas básicas da produção de mudas, apesar da aferição da qualidade das mesmas não ter sido verificada por falta de laboratório credenciado.

No desenvolvimento das atividades inerentes ao Plano Interno ó FISCALSEM 1, existem dificuldades de Infra-estrutura Técnico Operacional e Logística como, necessidade de equipamentos e programas de informática suficientes e atualizados e mais fiscais lotados nas diversas regiões produtoras destes insumos.

Informamos que muitas vezes Fiscais da equipe da atividade de sementes e mudas são solicitados a prestarem serviços externos ao SEFIA/DDA/SFA-MG, junto às Coordenações da Secretaria de Defesa Agropecuária do MAPA, dessa forma diminuindo a capacidade de ações de fiscalização, em contrapartida às necessidades demandadas de fiscalização no Estado, além de participarem ativamente da Comissão Estadual de Sementes e Mudas/MG e participação relevante em eventos ligados ao segmento. Além disso, vários Fiscais Federais Agropecuários atuam em um ou mais Planos Internos em Unidades Descentralizadas da SFA/MG.

Ação 2141: Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes ó FISFECOI

	de	Exec. 2011	Exec. 2012	Prog. 2013	Exec. 2013	Eficiência (%)	Prog. 2014
I Fiscalizações realizadas (Fiscalização + Coleta de Amostras)	Fiscaliza- ção	1.019	1.042	900	670	74,44	900
II Amostras coletadas	Amostra	815	811	640	484	75,63	640

Eficiência

Valor Executado (R\$)	Nº. de Ações	Atividade	Custo Individualizado da Ação (R\$)
Sub-ação I			
248.972,74	670	Fiscalizações realizadas (186) + Amostras Coletadas (484)	371,60

Obs.: Conforme disposto no Plano Operativo Anual - POA 2013 encontra-se programada a realização de 900 fiscalizações, sendo 260 fiscalizações em estabelecimentos e 640 fiscalizações em produtos (coleta de amostras), número de Unidades de Fiscalização justificado através da opção em se adotar um modelo de fiscalização que se caracterize pela adoção de ações mais pontuais, mais eficientes e de maior alcance regulatório. A essa estratégia denominou-se fiscalização inteligente, e estima-se que seus resultados venham a se traduzir no alcance de maior eficiência, juntamente com significativa melhoria nos índices de conformidade dos produtos fiscalizados.

Fonte dos Recursos: 150013038 (Elemento Despesa = ED)

1. Recursos destinados ao SEFIA/DDA/SFA-MG para atender despesas para custeio para execução das atividades de fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes, com pagamento de diárias, aquisição bens de consumo/expediente, passagens, serviços e ressarcimento; ainda para pagamento de despesas com investimento, dentre outras compatíveis à finalidade, sendo que valores de equivalência serão utilizados nos cálculos do Indicador de Desempenho, Eficiência.

1.1. Gastos no ED 3390.14, para pagamento de diárias para Fiscalização, Cursos, Treinamentos, Reuniões Técnicas, Força Tarefa em outras UF, outros eventos ligados à atividade de fiscalização. Valor: R\$ 134.364,17 (cento e trinta e quatro mil trezentos e sessenta e quatro reais e dezessete centavos).

1.2. Gastos no ED 3390.30 (Material de Consumo). Valor R\$ 20.703,65 (vinte mil setecentos e três reais e sessenta e cinco centavos), com pagamento de:

1.2.1. Material de Processamento de Dados. Valor R\$ 5.025,12 (cinco mil e vinte e cinco reais e doze centavos).

1.2.2. Material para Manutenção de Veículos. Valor: R\$ 11.248,43 (onze mil duzentos e quarenta e oito reais e quarenta e três centavos).

1.2.3. Material de Expediente. Valor R\$ 4.430,10 (quatro mil quatrocentos e trinta reais e dez centavos).

1.3. Despesas no ED 3390.33 Passagens para deslocamento com fins de participação em Fiscalização, Cursos, Treinamentos, Reuniões Técnicas, Forças Tarefas. Valor R\$ 24.606,47 (vinte e quatro mil seiscentos e seis reais e quarenta e sete centavos).

1.4. Gastos no ED 3390.39 (Serviços de Terceiros). Valor R\$ 67.100,00 (sessenta e sete mil e cem reais), com pagamento de:

1.4.1. Serviços de Comunicação em Geral: Valor R\$ 14.826,25 (quatorze mil oitocentos e vinte e seis reais e vinte e cinco centavos).

1.4.2. Combustíveis. Valor R\$ 34.054,26 (trinta e quatro mil cinqüenta e quatro reais e vinte e seis centavos).

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

éculos. Valor R\$ 6.914,36 (seis mil novecentos e quatorze

1.4.4. Serviços de Telecomunicações. Valor R\$ 11.305,13 (onze mil trezentos e cinco reais e treze centavos).

1.5. Gastos no ED 3390.93 (Ressarcimento com despesas de pronto pagamento). Valor R\$ 2.198,45 (dois mil cento e noventa e oito reais e quarenta e cinco centavos).

*Valor de Custeio para Cálculo do Indicador Eficiência:

ED: 3390.14 R\$ 134.364,17

ED: 3390.30 R\$ 20.703,65

ED: 3390.33 R\$ 24.606,47

ED: 3390.39 R\$ 67.100,00

ED: 3390.93 R\$ 2.198,45

TOTAL: R\$ 248.972,74

2. Outros tipos de despesas necessárias ao regular andamento das atividades do Serviço foram compartilhadas com a SFA/MG, nos Elementos Despesas 3390.30 e 3390.39.

3. Serviços Terceirizados (Recepcionista, Publicidade, Vigilância, Limpeza e Conservação, Tecnologia da Informação, Energia Elétrica, Água e Esgoto, outros), não incorrem em despesas de custeio para a atividade de fiscalização. Unidades Descentralizadas.

Efetividade Sub-ação I e II

Ação / Sub-ação	Unid	Eficácia (%) 2011	Eficácia (%) 2012	Eficácia (%) 2013	Exec. 2011	Exec. 2012	Exec. 2013	Prog. 2014
I Fiscalizações realizadas	Fiscalizações	78,38	102,25	74,44	1.019	1.042	670	900
II Amostras coletadas	Amostras	116,42	99,50	75,63	815	811	484	640

De todo o exposto não é possível afirmar que foram alcançados resultados que expressam a melhoria dos níveis de conformidade e qualidade dos produtos disponibilizados para o mercado agrícola nacional, relativamente à produção e ao comércio de fertilizantes, corretivos e inoculantes.

É oportuno frisar que os quantitativos alcançados não se apresentam em patamares satisfatórios, quando comparados aos exercícios anteriores, tendo em vista as restrições impostas ao PI FISFECOI para o desenvolvimento das ações de fiscalização, em especial à total supressão dos recursos programados para os meses de Agosto e Setembro. Assim sendo, é oportuno salientar que os indicadores de desempenho alcançados ao longo de 2013 não traduzem com confiabilidade a qualidade dos insumos fiscalizados, resultado da não implementação parcial das ações destinadas a promover o comércio responsável desses insumos agrícolas, conforme programação originalmente concebida.

Por fim, salienta-se a necessidade da regularização na condução no planejamento fiscal, através da disponibilização tempestiva de recursos orçamentários destinados a execução dessas ações, com o objetivo de tornar a sua realização célere, eficaz e oportuna.

Ação 2909: Fiscalização de Agrotóxicos e Afins ó FISAGROTOX

Eficácia

PI	Atividade	Exec.	Exec.	Prog.	Exec.	Eficácia	Prog. 2014
----	-----------	-------	-------	-------	-------	----------	------------

Click Here to upgrade to Unlimited Pages and Expanded Features

			2012	2013	2013	2013	
Produtor Fiscalizado			21	15	16	106,66	15
F I S A G R O T O X I C O S	Produtos Fiscalizados /Lote*	43	96	35	44	125,71	90
	Amostras de agrotóxicos coletadas	27	1	18	0	0	18
	Empresas de Pesquisa Fiscalizadas	5	10	11	11	100	16
	Pesquisas Fiscalizadas	3	25	11	10	90,90	32

Eficiência

Valor Executado (R\$)	Nº. de Ações	Atividade		Custo individualizado da ação (R\$)
		Descrição	Quantidade	
47.765,08	81	Estabelecimento Produtor Fiscalizado	16	589,69
		Produtos Fiscalizados /Lote	44	
		Amostras de agrotóxicos coletadas	0	
		Empresas de Pesquisa Fiscalizadas	11	
		Pesquisas Fiscalizadas	10	

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

despesa = ED)

MG para atender despesas para custeio para execução das atividades de
ento de diárias, aquisição bens de consumo/expediente, passagens, serviços

e ressarcimento e outras compatíveis à finalidade, sendo que valores equivalentes serão utilizados nos cálculos do
Indicador de Desempenho / EFICIÊNCIA.

1.1. Gastos no **ED 3390.14**, para pagamento de Diárias para Fiscalização, para participação de Cursos, Treinamentos, Reuniões Técnicas, outros eventos, tudo com finalidade da atividade de fiscalização: R\$ 18.675,14 (dezoito mil seiscentos e setenta e cinco reais e quatorze centavos).

1.2. Gastos no **ED 3390.30** (Material de Consumo). Valor R\$ 9.150,00 (nove mil cento e cinquenta reais).

1.2.1. Combustíveis e Lubrificantes Automotivos. Valor: R\$ 3.315,07 (três mil trezentos e quinze reais e sete centavos).

1.2.2. Material de Processamento de Dados. Valor R\$ 2.790,00 (dois mil setecentos e noventa reais).

1.2.2. Material para Manutenção de Veículos. Valor R\$ 3.044,93 (três mil quarenta e quatro reais e noventa e três centavos).

1.3. Despesas no **ED 3390.33** Passagens/Deslocamento para Fiscalização, participação em Cursos, Treinamentos, Reuniões Técnicas, outros eventos). Valor R\$ 13.709,94 (treze mil setecentos e nove reais e noventa e quatro centavos).

1.5. Gastos no **ED 3390.39** (Serviços de Terceiros) Valor R\$ 6.100,00 (seis mil e cem reais), com pagamento de:

1.5.1. Aquisição de Combustíveis. Valor R\$ 5.356,53 (cinco mil trezentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e três centavos).

1.5.2. Manutenção e Conservação de Veículos: Valor R\$ 743,47 (setecentos e quarenta e três reais e quarenta e sete centavos).

1.6. Gastos no **ED 3390.93** Ressarcimento de despesas de pronto pagamento. Valor R\$ 130,00 (cento e trinta reais).

***Valor de Custeio para Cálculo do Indicador Eficiência:**

ED: 3390.14 R\$ 18.675,14

ED: 3390.30 R\$ 9.150,00

ED: 3390.33 R\$ 13.709,94

ED: 3390.39 R\$ 6.100,00

ED: 3390.93 R\$ 130,00

TOTAL: R\$ 47.765,08

2. Outros tipos de despesas necessárias ao regular andamento das atividades do Serviço foram compartilhadas com a SFA/MG, nos Elementos Despesas 3390.30 e 3390.39.

3. Serviços Terceirizados (Recepcionista, Publicidade, Vigilância, Limpeza e Conservação, Tecnologia da Informação, Energia Elétrica, Água e Esgoto, outros), não incorrem em despesas de custeio para a atividade de fiscalização.

Efetividade

As ações desenvolvidas através do PI FISAGROTOX relacionam-se a fiscalização de empresas produtoras de agrotóxicos e seus produtos, bem como de entidades credenciadas para efetuar pesquisas e ensaios experimentais com agrotóxicos. Essas ações se revestem de especial importância tendo em vista apresentarem impacto na saúde humana e animal, e em especial na atividade agrícola, em decorrência da necessidade de disponibilizar insumos de qualidade, com maior eficiência produtiva e melhor custo-benefício. Ressalta-se que se tratam também de ações de elevada importância no cenário internacional, pois se encontram diretamente relacionadas à possibilidade de rechaço de partidas exportadas em virtude da eventual ocorrência de resíduos de agrotóxicos. Convém lembrar que barreiras fitossanitárias, bem como rechaços decorrentes da constatação de limites de resíduos de agrotóxicos acima dos permitidos, são os argumentos mais comumente utilizados como impeditivos ao regular comércio internacional bilateral.

Da análise dos resultados apresentados não se pode afirmar que através das ações desenvolvidas verificou-se o alcance de melhoria nos níveis de conformidade e qualidade nos agrotóxicos. É oportuno frisar que mesmo diante das restrições a que o PI FISAGROTOX foi submetido no decorrer de 2013, os quantitativos alcançados apresentam-se em patamares satisfatórios, corroborando para o entendimento de que, não havendo restrições ao pleno desenvolvimento da atividade, saberá esta ofertar os resultados almejados para o alcance de indicadores que

los níveis de conformidade e qualidade dos produtos a nacional.

Cumprido ressaltar que devido a súbita paralisação na descentralização de recursos, a qual perdurou por todo o 2º semestre de 2013, o PI FISAGROTOX foi severamente prejudicado em virtude da necessidade de também arcar com despesas inerentes aos demais PI's que compõem o SEFIA/DDA/SFA-MG. Desse modo, o cálculo do custo individualizado das ações empreendidas através do PI FISAGROTOX encontra-se em patamares superestimados, que não traduzem a realidade da fiscalização de agrotóxicos e afins. Diante disso, é imperioso salientar urgente necessidade de regularização na execução do planejamento fiscal, através da disponibilização tempestiva de recursos orçamentários suficientes para a execução dessas ações, com o objetivo de tornar a sua realização célere, eficaz e oportuna.

Finalizando, para a prossecução dos objetivos a alcançar, sob a ótica dos ditames do Plano Plurianual, é necessário que a Organização se encontre com o seu ordenamento humano e financeiro devidamente investido para tal finalidade, de modo que a qualidade da sua gestão apresenta-se como o fator mais significativo na determinação do seu desempenho e do seu sucesso.

Dentro do âmbito das atividades do SEFIP/DDA/SFA-MG, existem três grandes áreas de atuação, compreendendo:

- Ação 2140 ó FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE USO VETERINÁRIO - FISPROVET
- Ação 2019 - FISCALIZAÇÃO DE MATERIAL GENÉTICO ANIMAL ó FISCGENE
- Ação 2124 - FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS DESTINADOS À ALIMENTAÇÃO ANIMAL ó FISCINAN

Ação 2140 ó Fiscalização de produtos de uso veterinário - FISPROVET

Eficácia

FÓRMULA: $N^{\circ} \text{ REALIZADO} / N^{\circ} \text{ PROGRAMADO} \times 100$

Metas	Unidade de medida	Programado 2013	Executado 2013	Eficácia (%)
Fiscalização Realizada	und	79	95	120%

Eficiência

FÓRMULA: $\text{RECURSO FINANCEIRO EXECUTADO} / N^{\circ} \text{ REALIZADO}$

Valor Aplicado (R\$)	Nº de Ações	Atividade	Custo Individualizado da Ação (R\$)
R\$ 44.945,87	95	Fiscalização Realizada	R\$ 473,11

A fiscalização dos estabelecimentos fabricantes de produtos de uso veterinário garante a qualidade dos medicamentos, vacinas e soros destinados aos animais, o que é de grande importância para a saúde animal, bem como para a melhoria e segurança da saúde da população que convive com animais domésticos e que consome produtos de origem animal, visto que, os insumos em questão são indubitavelmente relevantes tanto para a saúde animal como humana, sob o ponto de vista da saúde pública.

Outras ações relacionadas ao PI FISPROVET executadas em 2013 estão relacionadas no Anexo.

Ação 2019 - Fiscalização De Material Genético Animal ó FISCGENE

Eficácia

FÓRMULA: N° REALIZADO/ N° PROGRAMADO X 100

Metas	Unidade de medida	Programado 2013	Executado 2013	Eficácia (%)
Fiscalização Realizada	und	65	62	95,38%

Eficiência

FÓRMULA: RECURSO FINANCEIRO EXECUTADO/ N° REALIZADO

Valor Aplicado (R\$)	Nº de Ações	Atividade	Custo Individualizado da Ação (R\$)
R\$ 10.038,53	62	Fiscalização Realizada	161,91

Efetividade

O Brasil é atualmente exportador de leite e carne. a melhoria da produtividade e aumento da produção de leite, carne, ovos, com a diminuição dos custos de produção dependem muito do ganho genético do material utilizado, além dos aspectos sanitários, de manejo e nutrição. a demanda de genética de alta qualidade, na área bovina, suína, ovina e de outras espécies domésticas advém dos testes de progênie, dos programas nacionais de melhoramento das raças no Brasil e do controle da importação de material genético de alta performance sob responsabilidade da fiscalização federal agropecuária.

Outras ações relacionadas ao PI FISCGENE executadas em 2013 estão relacionadas no Anexo.

Ação 2124 - fiscalização de insumos destinados à alimentação animal ó FISCINAN

RAMADO X 100

Metas	Unidade de medida	Programado 2013	Executado 2013	Eficácia (%)
Fiscalização Realizada	und	385	412	107,01%
Amostras Colhidas	amostra	347	304	87,60%

Eficiência

FÓRMULA: RECURSO FINANCEIRO EXECUTADO/Nº REALIZADO

Valor Aplicado (R\$)	Nº de Ações	Atividade	Custo Individualizado da Ação (R\$)
R\$ 107.065,16	412	Fiscalização Realizada	R\$ 259,86

Não foi efetuado cálculo da Eficiência da subação Amostras Colhidas, uma vez que não é possível distinguir os recursos utilizados especificamente para essa finalidade.

Efetividade

SUB-AÇÃO I ó Fiscalização Realizada

A fiscalização dos estabelecimentos fabricantes de produtos para alimentação animal contribui para aumento da produtividade e saúde animal, e para a inocuidade desses insumos e melhoria da sua qualidade, o que é de grande importância para o aumento da produção pecuária e a segurança alimentar dos consumidores de produtos de origem animal, visto que, os insumos em questão, representam um elo relevante na cadeia produtiva dos alimentos para consumo humano.

SUB-AÇÃO II ó Amostras Colhidas

A colheita de amostras possibilita a verificação da conformidade dos níveis de garantia, da presença de microrganismos patogênicos, contaminantes ou ingredientes proibidos. Desta forma, contribui para a melhoria da qualidade e para a inocuidade dos produtos destinados à alimentação animal, o que é de grande importância para os animais de produção e dos animais de companhia e dos consumidores de produtos de origem animal. O Programa de Pesquisa de Subprodutos de Origem Animal (PSOA) em alimentos para ruminantes auxilia no monitoramento da ocorrência da Encefalopatia Espongiforme Bovina (Doença da Vaca Louca), no país, essencial para a manutenção e o crescimento das exportações de carne bovina brasileira.

Outras ações relacionadas ao PI FISCINAN executadas em 2013 estão relacionadas no Anexo.

Informações sobre indicadores utilizados pelo SIPOA/DDA/SFA-MG

Índice de Conformidade de produtos sob SIF = $\frac{\text{N}^\circ \text{ de estabelecimentos Conformes} \times 100}{\text{N}^\circ \text{ total de Fiscalizações realizadas}}$

Índice de Conformidade de produtos sob SIF = $\frac{\text{N}^\circ \text{ de Produtos analisados Conformes} \times 100}{\text{N}^\circ \text{ total de análises laboratoriais realizadas}}$

Eficácia

(alcance das metas) por ação

Fórmula utilizada: $\frac{\text{n}^\circ \text{ realizado}}{\text{n}^\circ \text{ programado}} \times 100 = \text{eficácia em \%}$

Atividade	Executado o 2012	Programado do 2013	Executado 2013	Eficácia % 2013	Programado o 2014
Ações de Fiscalização em estabelecimentos com e sem ônus (Auditorias, Supervisões, Fiscalizações, Laudos etc.)	751	1200	715	59,58%	700

Comentários:

No ano de 2013 o SIPOA/MG atingiu 57,83 % das metas traçadas para suas ações finalísticas de fiscalização. Podemos dizer que a meta foi ousada, acreditando que no ano de 2013 todo recurso solicitado seria descentralizado. Com o a manutenção do contingenciamento financeiro, não foi possível o atendimento pleno, diminuindo a eficácia.

Eficiência

(Custo/benefício)

Fórmula utilizada: $\frac{\text{recurso executado 2013}}{\text{metas executadas 2013}} = \text{custo em R\$}$

Atividade	Valor Executado 2013	Nº Ações Executadas 2013	Custo Individualizado da Ação R\$
Fiscalizações, auditorias, supervisões, inspeções, laudos e vistorias técnicas em estabelecimentos	496.701,24	715	R\$ 694,68

Comentários:

O custo individual da ação inspanimal 3 foi aumentado no ano de 2013 se comparado com 2012. Neste ano foram menos ações físicas apesar de o contingenciamento financeiro ter sido um pouco menor que 2012.

Efetividade

Execução financeira (Impacto social dos Programas do Governo)

Fórmula utilizada: $\frac{\text{recurso executado 2013}}{\text{executado 2012}} \times 100 - 100 = \text{execução em \%}$

Atividade	Executado 2012	Executado 2013	Variação%
-----------	----------------	----------------	-----------

Click Here to upgrade to Unlimited Pages and Expanded Features

inspeções, laudos e vistorias técnicas em estabelecimentos	12.957,19	496.701,24	+20,28
--	-----------	------------	--------

No ano de 2013 foi mantido o contingenciamento já existente em 2012, apesar do incremento de 20.28% nos recursos disponibilizados, ficou bem abaixo do solicitado. Dentro desta realidade, o SIPOA fez adequações necessárias nas estruturas de pessoal e tecnológica para buscar o desenvolvimento dos objetivos estratégicos planejados pelo serviço.

A atuação do Serviço de Inspeção Federal ó SIF é importante para assegurar a oferta de alimentos seguros para os mercados interno e externo. A qualidade destes produtos e de seus insumos depende da aplicação de procedimentos que garantam o cumprimento de normas e padrões referentes aos aspectos higiênico-sanitários, tecnológicos e de identificação das características dos produtos, com o objetivo de evitar riscos à saúde do consumidor e fraudes econômicas.

As informações sobre indicadores utilizados pelo DIPOA/SDA/MAPA encontram-se no Anexo.

Indicador de desempenho SIPOV- MG = Índice de conformidade de produtos de origem vegetal

$$IV = ((0,5 * (0,7 * (\text{Inspeções Conforme} / \text{Inspeções realizadas} - \text{vinhos e bebidas}) + 0,3 * (\text{produtos conforme} / \text{produtos analisados} - \text{vinhos e bebidas}))) + (0,5 * (\text{n}^\circ \text{ de amostras de produtos em conformidade coletadas em monitoramento} - \text{qualidade vegetal} / \text{n}^\circ \text{ total de amostras analisadas no monitoramento} - \text{qualidade vegetal})))$$

$$\begin{aligned}
 IV \ 2013 &= 0,5 * ((0,7 * (168 / 193)) + 0,3 * (404 / 472) + 0,5 * (117 / 142)) \\
 &+ 0,5 * ((0,7 * 0,87) + 0,3 * 0,85) + 0,5 * (117 / 142) \\
 &+ 0,5 * (0,609 + 0,255) + 0,5 * 0,82 \\
 &+ 0,5 * 0,86 + 0,41 \\
 &+ 0,43 + 0,41 = \mathbf{0,84}
 \end{aligned}$$

De acordo com a aplicação da fórmula, e dos resultados das fiscalizações obtidas pelo SIPOV-MG em todo o ano de 2013, podemos inferir que aproximadamente 84% de produtos de origem vegetal colocados à disposição da população mineira está em conformidade com os padrões estabelecidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Indicadores da Ação 4746: Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais ó PADCLASSIF

Parâmetro	Descrição	Montante		
		Realizado	Programado	Eficácia
Eficácia	nº de ações realizadas / nº programado x 100 = eficácia em %	291	240	121,25%

Parâmetro	Descrição	Montante		
		Recurso utilizado	Meta realizada	Custo/ação

executadas = custo em R\$	R\$99.633,81	291	R\$ 342,38
---------------------------	--------------	------------	-------------------

Parâmetro	Descrição	Montante		
		Amostras Conformes	Amostras monitoramento	Conformidade
Efetividade	Índice de conformidade de produtos de origem vegetal (nº de amostras de produtos em conformidade coletadas em monitoramento- qualidade vegetal/nº total de amostras analisadas no monitoramento - qualidade vegetal)	117	142	82%

Indicadores da Ação 8939: Inspeção e fiscalização de produtos de origem vegetal ó IPVEGETAL

Parâmetro	Descrição	Montante		
		Realizado	Programado	Eficácia
Eficácia	nº de ações realizadas / nº programado x 100 = eficácia em %	607	570	106,49%

Parâmetro	Descrição	Montante		
		Recurso utilizado	Meta realizada	Custo/ação
Eficiência	Recurso executado / metas executadas = custo em R\$	R\$179.284,81	607	R\$ 295,36

Parâmetro	Descrição	Montante				
		Inspecões Conformes	Inspecões Realizadas	Produtos Conformes	Produtos analisados	Conformidade
Efetividade	Índice de conformidade de produtos de origem vegetal $100 * (0,7 * (\text{Inspecões Conforme} / \text{Inspecões realizadas - vinhos e bebidas}) + 0,3 * (\text{produtos conforme} / \text{produtos analisados - vinhos e bebidas}))$	168	193	404	426	89%

AÇÃO 4842 ó ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA ó FEBREAFTOSA

Indicador: área reconhecida pela organização mundial da saúde animal (oie) como livre de febre aftosa com vacinação

Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features

Atividade Produto	Programado 2013	Executado 2013	Eficácia (%)	Programado 2014
Área Livre (Km ²)	586.528	586.528	100	586.528

Eficiência

Valor Executado (R\$)	Nº de Ações	Atividade	Custo Individualizado da Ação (R\$)
19.010,57	586.528	Km ² de Área Livre	0,0032

Efetividade

A manutenção da condição de zona livre de febre aftosa com vacinação é de fundamental importância na manutenção e para a conquista de novos mercados consumidores de produtos de origem animal e vegetal, tanto para o Estado de Minas Gerais como também para todo o país. A ocorrência de focos de Febre Aftosa em qualquer Estado do País afeta as relações comerciais de toda a Zona considerada Livre.

Para dar cumprimento à ação ó Erradicação da Febre Aftosa ó foram realizadas atividades que foram programadas e realizadas. As informações encontram-se em anexo.

AÇÃO 8658 ó Prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais - PCEANIMAL

Indicador: Número de Propriedades Atendidas

Eficácia

Produto Propriedades Atendidas	Programado 2013	Executado 2013	Eficácia (%)	Programado 2014
TOTAL	50.000	45945	91,89	50.000

Eficiência

Valor Executado (R\$)	Nº de Ações	Atividade	Custo Individualizado da Ação (R\$)
244.779,18	45945	Propriedade Atendida	R\$5,32

Efetividade

Para atingir o produto da ação óPrevenção, Controle e Erradicação das Doenças dos Animaisö, as atividades de campo são executadas em sua maior pelo órgão executor estadual de defesa animal, acompanhadas pela equipe do SSA. Na sede, 08 ffas atuaram neste trabalho e nas Unidades Técnicas Regionais da SFA/MG localizadas no interior, 09 ffas médicos veterinários.

respondem apenas aos custos da execução realizada pelo SSA,

Existem subações, da Ação 8058 - Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais, as quais se encontram em Anexos.

AÇÃO 2181 E 2139 ó Vigilância e fiscalização do trânsito internacional e do trânsito interestadual de animais, seus produtos e insumos

Indicador: taxa de inspeção de produtos agropecuários no trânsito internacional (inspecionados/programado).

Eficácia

Atividade	Programado 2013	Realizado 2013	Eficácia %	Programado 2013
Análises e despacho requerimento Importação realizadas	Indeterminado	216	100	Indeterminado
Análises de requerimento de Exportação realizadas	Indeterminado	87	100	Indeterminado
Fiscalização de Quarentenário de Animais Importados	Indeterminado	22	100	Indeterminado
Auditorias em barreiras sanitárias	Indeterminado	1	2	Indeterminado
Méd. Veterinário Habilitado GTA*	Indeterminado	16	100	Indeterminado
Méd. Veterinário Credenciado Cis E*	Indeterminado	0	100	Indeterminado
Méd. Veterinário com Habilitação Cancelada*	Indeterminado	0	100	Indeterminado
Cis E Fiscalizados *	Indeterminado	2873	100	Indeterminado
Supervisionar MV credenciado para emissão de CIS-E *	22	00	00	Indeterminado

Efetividade

No que se refere à legislação zoossanitária básica relativa à importação e exportação de animais vivos, produtos de multiplicação animal, produtos de origem animal de consumo humano, produtos de origem animal não comestíveis, produtos de origem animal utilizados em ração animal, produtos biológicos, materiais científicos (microorganismos etc) pode ser sintetizada da seguinte forma:

I) LEGISLAÇÃO ZOOSSANITÁRIA DE IMPORTAÇÃO: são documentos básicos:

A) Decreto 24548 de 1934

1, DE 14 DE JANEIRO DE 2004. GABINETE DO
ortação de animais vivos e produtos de multiplicação animal

II) LEGISLAÇÃO ZOOSSANITÁRIA DE EXPORTAÇÃO - Leis e acordos estabelecidos com os diversos países importadores ou bloco de países, sendo os requisitos zoossanitários estabelecidos pelos parceiros comerciais importadores dos animais/produtos do Brasil.

Documentos básicos emitidos:

- 1) CERTIFICADO ZOOSSANITÁRIO INTERNACIONAL ou
- 2) CERTIFICADO DE ORIGEM.

As ações do programa de vigilância e fiscalização do trânsito interestadual de animais e seus produtos objetivam a redução dos riscos de introdução e disseminação de doenças animais em minas gerais, além da manutenção de um sistema de vigilância epidemiológica, capaz de dar suporte a todos os programas relacionados e garantir a sanidade dos rebanhos.

Os cursos de treinamentos de médicos veterinários visando novas habilitações capacitaram 16 profissionais para emissão de gta para saída de eventos

A meta de supervisionar mv credenciado para emissão de cis-eõ havia sido planejada em 2012, ocasião em que o ssa contava com 5 fiscais federais a mais. Não foi possível de ser realizada em virtude do grande número de atividades a serem realizadas e diante do pequeno número de fiscais ligados ao ssa para atender a uma expressiva demanda.

Para dar cumprimento à ação foram realizadas atividades que foram programadas e realizadas. As informações encontram-se em anexo.

AÇÃO: 8592 - Desenvolvimento e Monitoramento de Sistemas de Rastreabilidade Agroalimentar Nacional

Eficácia

5.5.1.1) Número de certificadoras auditadas:

Nº programado: 1

Nº realizado: 1

Eficácia: 100%

Justificativa:

O planejamento das auditorias em certificadoras é sempre feito sempre pela Coordenação de Sistemas de Rastreabilidade ó CSR. No ano de 2013 houve apenas uma demanda que necessitou de participação da FFA da SFA/MG:

Uma auditoria na sede da certificadora TRACER em Uberlândia ó MG. A auditoria foi realizada nos dias 26 e 27 de setembro e contou com a participação da FFA Juliana Oliveira Laender lotada no SSA/SFA-MG e do FFA Pedro Henrique Salgado Bueno, lotado na UTRA-Varginha/SFA-MG. Nesta auditoria foram verificados alguns procedimentos do processo de certificação realizado pelo TRACER, foi conferida documentação relacionada aos supervisores de campo da certificadora, bem como documentos das filiais da empresa e outros necessários à conclusão do processo de auditoria técnica de conformidade. Para esse fim, foi elaborado relatório de vistoria técnica que foi anexado ao processo de nº 21028.007709/2011-69.

5.5.1.2) Número de Estabelecimentos Rurais Aprovados no SISBOV ó ERAS -auditados de Janeiro a Dezembro de 2013

Nº programado: 150

Nº realizado: 151

DOS 151 ERAS auditados EM MINAS GERAIS, neste período foi obtido o seguinte resultado:

- 128 foram considerados conformes para exportação para a União Européia - UE;
- 23 foram considerados não conformes para exportação para a UE.

Justificativa:

A realização de auditoria oficial continua sendo condição essencial para que um estabelecimento rural seja considerado apto a fornecer bovinos para produção de carne a ser exportada para a EU.

Porém, a adesão ao SISBOV é voluntária e a demanda por novas auditorias oficiais no ano de 2013 foi menor do que a meta planejada corrigida.

Ressalta-se que as auditorias realizadas por fiscais estaduais do IMA foram feitas com recurso daquela autarquia. Coube a SFA/MG coordenar e supervisionar os trabalhos desenvolvidos pelo IMA, atendendo a metodologia traçada pela CSR.

Das 151 auditorias realizadas, 117 se referem a reauditorias (auditorias que foram realizadas em ERAS que já estavam aptos a exportar para a União Européia) e 34 se referem a auditorias em ERAS que ainda não se encontravam aptos a exportar para a União Européia - UE. A execução de auditorias em ERAS não aptos a exportar para a EU ocorre por demanda, enquanto que as reauditorias são programadas de acordo com percentual estabelecido pela CSR. No Plano Operativo Anual de 2013 haviam sido programadas 100 reauditorias e 50 auditorias. A meta de reauditorias foi superada, para que a meta global fosse atingida, tendo em vista que não houve muita demanda de novos ERAS.

5.5.1.3) Número de treinamentos realizados pela SFA/MG

Nº programado: 1

Nº realizado: 0

Eficácia: 0 %

Por falta de recurso não pode ser realizado treinamento para auditores no ano de 2013. É muito importante que se tenha pelo menos um encontro anual dos gestores do SISBOV no estado com todos os auditores, para reciclagem, troca de informações entre auditores e coordenação, discussão dos principais problemas encontrados e busca de soluções e também para motivação da equipe. Tendo em vista a falta de recurso que já foi sinalizada pelo órgão estadual também para 2014, será novamente incluído no POA 2014 os recursos necessários para realização de um treinamento no próximo ano.

5.5.1.4 ó Acompanhamento de Missão Européia:

Nº programado: 1

Nº realizado: 1

Eficácia: 100%

No dia 18 de outubro de 2013, uma equipe da FVO realizou auditoria no estado de Minas Gerais. A missão no estado de Minas Gerais foi acompanhada pelo FFA Alexandre Orio Bastos, da CSR/Brasília, e também por um FFA da SFA/MG, Juliana Oliveira Laender. A equipe da FVO era composta pelos seguintes técnicos: Andre Evers e Pauline Stanley da DGSANCO.

A auditoria da missão européia aconteceu no ERAS 49428, Fazenda Boa Vista, localizado no município de Estrela do Sul. O sistema de rastreabilidade bovina brasileiro ó SISBOV, pôde ser demonstrado aos auditores da DGSANCO, que o consideraram satisfatório, bem documentado, fácil de ser demonstrado e claro para checagem. Os auditores da DGSANCO ressaltaram que pôde ser verificado que a propriedade e a certificadora trabalham em intensa cooperação, o que traz benefícios para o sistema.

de Assessoramento ao SISBOV ó CEAS/MG

O Comitê Estadual de Assessoramento ao SISBOV ó CEAS/MG tem os seguintes objetivos:

- a. Analisar os relatórios de auditoria de propriedades ERAS, ratificando ou retificando o resultado da avaliação das propriedades;
- b. Instruir os processos de apuração de irregularidades nas propriedades ERAS, dando subsídios à elaboração da relatoria do processo e propondo penalidades aos autores de irregularidades;
- c. Dar suporte técnico ao Responsável pelo SISBOV no estado para definições de estratégias de atuação nas atividades pertinentes ao SISBOV no estado.
- d. Avaliar os auditores, identificando a necessidade de treinamentos.

A análise de 100% dos Relatórios de Auditoria com resultado conforme do ano de 2013 foi realizada pelos membros do Comitê, sendo que para cada relatório sempre havia um parecer emitido por um membro da SFA/MG e outro parecer emitido por um membro do IMA. Após análise criteriosa dos relatórios de auditoria com parecer conforme, foram emitidos 128 pareceres de relatório de auditoria oficial em ERAS por FFA lotado no SSA/SFA-MG. Após a posse de dois pareceres conformes (um do IMA e outro da SFA) os relatórios e documentos anexos foram escaneados pela SFA/MG e incluídos no FTP para envio para a União Européia.

No caso de detecção de alguma pendência no relatório de auditoria, os membros do CEAS foram responsáveis por entrar em contato com os auditores, certificadora e/ou produtores envolvidos, no sentido de anexar os esclarecimentos e/ou documentos necessários ao melhor entendimento dos pontos que poderiam gerar dúvidas na análise dos mesmos por técnicos da União Européia.

Para os relatórios de auditoria com resultado não conforme não foi emitido parecer da SFA-MG, seguindo orientações repassadas pela CSR, e nestes casos foram instaurados processos administrativos para apuração de responsabilidade das certificadoras responsáveis pelos ERAS auditados.

5.5.1.6-Número de Processos Administrativos para apuração de responsabilidade pelas ão conformidadesõ encontrados nos ERAS em auditorias oficiais.

Para os relatórios de auditoria com resultado não conforme não é emitido parecer pelos membros do CEAS. Nestes casos, são abertos processos administrativos para apuração de responsabilidade das certificadoras. Diante disso, foram instruídos 15 processos administrativos para apuração de ão conformidadesõ encontradas em 23 ERAS que foram considerados ão conformesõ em auditorias oficiais . Os processos foram instruídos e analisados por FFA lotado na SFA-MG . Os Autos de Infração e as relatorias em primeira instância dos processos foram realizadas por FFA lotado no SSA, para posterior julgamento pelo Divisão de Defesa Agropecuária ó DDA/SFA-MG, notificação e envio a CSR para julgamento em 2ª instância. Diversos processos abertos no ano de 2012 foram analisados em 2013, sendo necessária a participação de FFA do Serviço de Saúde Animal para instrução, relatoria e emissão de pareceres relacionados a esses processos. Além dos 15 processos para apuração de ão conformidades em ERASõ , em 2013 foram emitidos pareceres técnicos relacionados a processos que levaram à suspensão de certificadoras em anos anteriores. Nestes processos, as empresas enviam nova documentação para a SFA/MG para que seja analisada e para emissão de parecer favorável ou não para que cessem os efeitos da suspensão. Também foram emitidos pareceres para instrução de processo relacionado à auditoria de conformidade realizada na certificadora TRACER que ocorreu em dezembro de 2011, que foi novamente auditada em 2013, dando continuidade a este processo.

5.5.1.7-Atendimento a convocações da CSR

da CSR para nenhum evento ou reunião.

5.6 ó Eficiência:

Recurso executado: 2.136,02

Nº de ações executadas: **02** (excluiu-se desse item as ações realizadas com recurso e pessoal do IMA). Para o cálculo do custo unitário, considerou-se apenas 2 ações: 1 acompanhamento de Missão Européia e 1 auditoria em certificadora que contou com 2 fiscais da SFA/MG.

Custo unitário: R\$1.068,01

5.7 ó Efetividade:

A atuação do estado, através do órgão executor de defesa sanitária no estado, continua sendo imprescindível para o êxito do SISBOV, tendo em vista a continuidade da obrigatoriedade da auditoria oficial para inclusão de um ERAS na lista de aptos a exportar para a União Européia. O comprometimento dos fiscais estaduais do IMA e dos fiscais federais da SFA/MG com o programa de rastreabilidade refletiu no resultado obtido pelo estado, que conseguiu atender às demandas por novas auditorias em tempo hábil como também cumpriu a meta de reauditorias por certificadora estabelecida pela CSR através do Ofício Circular nº 06/2012/CSR/SDA.

Para garantir o êxito do SISBOV em Minas Gerais, pretende-se para o ano de 2014 manter o número de auditores do órgão estadual para realizar auditoria em ERAS, bem como garantir a participação do MAPA nos processos de auditagem de certificadoras e acompanhamento das ações de campo realizadas pelo IMA.

5.8- Tabelas PI Rastreab:

Metas Físicas/Eficácia

Atividade	Programado 2013	Executado 2013	Eficácia (%)	Programado 2014
Número de certificadoras auditadas	1	1	100	1
Número de ERAS auditados pela SFA ou pelo IMA com acompanhamento da SFA-MG *	150	151	100,6	100
Número de treinamentos realizados pela SFA/MG	1	0	0	1
Acompanhar Missão Européia	1	1	100	1
Atender demandas da CSR	0	0	0	0
TOTAL	153	153	109,1	153

As metas planejadas para 2014 partem do princípio de que ainda será necessária a auditoria oficial em 100% dos ERAS para que possam ser incluídos na lista de aptos a exportação para a EU. Caso esse requisito deixe de ser necessário, haverá mudança nas atividades executadas em 2014. O número de reauditorias estimado pela CSR é calculado tendo como base o número de ERAS aptos no estado. Tendo em vista que o número de ERAS aptos em Minas Gerais diminuiu, a meta a ser executada em 2014 também decresceu.

Metas Físicas/ Eficiência

PI	Valor Executado R\$	Nº de Ações	Atividade	Custo Individualizado da Ação
----	---------------------	-------------	-----------	-------------------------------

			Acompanhar missão européia e realizar auditoria em certificadora	R\$ 1.068,01
--	--	--	--	--------------

*Excluiu-se desse item as ações realizadas com recurso e pessoal do órgão executor de Sanidade Animal do Estado de Minas Gerais. Para este cálculo considerou-se apenas as duas atividades para as quais foi descentralizado recurso para a SFA/MG: Acompanhamento de Missão Européia e auditoria na certificadora TRACER.

Metas e resultados da ação exercício 2013

META	Previsão*	Execução	Execução/Previsão
Financeira	2.136,02	2.136,02	1
Física	153	153	1

* Não houve previsão de recurso pelo CAE. A previsão foi feita de acordo com solicitação de cada estado, conforme demanda surgida ao longo do ano.

Plano Interno CERTORGAN

Eficácia: 93,1%

Fórmula: n° realizado/ n° programado*100

Nº realizado: 81 unidades de produção cadastradas

Nº programado: 87 unidades de produção cadastradas

Eficiência: R\$ 492,32/unidade cadastrada (*)

Fórmula: recurso financeiro executado/ n° realizado

Recurso financeiro executado: R\$39.878,15

Nº realizado: 81 unidades de produção cadastradas

(*) Para considerar o baixo custo unitário descrito anteriormente, reiteramos o significativo apoio financeiro dos parceiros e de projetos correlatos.

Efetividade

Houve restrição orçamentária do Governo Federal, imposta, especialmente, no primeiro semestre do ano. A indefinição nacional dos recursos financeiros disponíveis, que sejam efetivamente significativos para o bom cumprimento da atividade, a intempestividade de descentralização e a limitação anual imposta de deslocamento por servidor (40 diárias/servidor) prejudicaram o planejamento anual eficiente, a execução das metas propostas e o atendimento de demandas do setor, além de fragilizar as parcerias estabelecidas.

Plano Interno DESENORG

Eficácia: 283,1%

Fórmula: n° realizado/ n° programado*100

Nº realizado: 6.285 pessoas beneficiadas

Nº programado: 2.220 pessoas beneficiadas

Eficiência: R\$ 3,22/pessoa beneficiada (*)

Fórmula: recurso financeiro executado/ n° realizado

Recurso financeiro executado: R\$20.254,80

Nº realizado: 6.285 pessoas beneficiadas

(*) Para considerar o baixo custo unitário descrito anteriormente, reiteramos o significativo apoio financeiro dos parceiros e de projetos correlatos.

Efetividade

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

governo Federal, imposta, especialmente, no primeiro semestre recursos financeiros disponíveis, que sejam efetivamente significativos para o bom cumprimento da atividade, a intempestividade de descentralização e a limitação anual imposta de deslocamento por servidor (40 diárias/servidor) prejudicaram o planejamento anual eficiente, a execução das metas propostas e o atendimento de demandas do setor, além de fragilizar as parcerias estabelecidas.

Plano Interno FISCAGRIC

Eficácia: 38,1%

Fórmula: nº realizado/nº programado*100

Nº realizado: 08 unidades fiscalizadas

Nº programado: 21 unidades fiscalizadas

Eficiência: R\$ 568,04/unidade fiscalizada

Fórmula: recurso financeiro executado/nº realizado

Recurso financeiro executado: R\$4.544,32

Nº realizado: 08 unidades fiscalizadas

Efetividade

Pela natureza da atividade Aero Agrícola há uma maior concentração das ações durante a safra agrícola, compreendida nos meses de outubro a março, principalmente nas culturas do milho e da soja, as quais demandam fortemente os serviços aéreos, cabendo a descentralização de recursos no início do ano, garantindo uma maior presença da fiscalização no período em que ela é mais necessária. Em função das restrições severas no orçamento e a continuidade das restrições de concessão de diárias com relação às atividades fiscalizadoras, além do fato de terem ocorrido ao longo do período aposentadoria de fiscais que desenvolviam atividade fiscalizadora na área, houve dificuldade para que a atividade atingisse a meta estabelecida. Diante do exposto, faz-se necessário investir no aumento do efetivo e no treinamento de FFAs para recompor a equipe de trabalho.

Ação 2180: Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos e Ação 2181: Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus Produtos e Insumos

Eficácia Ação 2180

Número de partidas fiscalizadas em relação à meta física programada.

Fórmula de cálculo: $(32.300 : 30.000) \times 100 = 107,66\%$

Responsável pelo cálculo: DDA/SFA-MG

Eficácia Ação 2181

Número de partidas inspecionadas em relação à meta física programada.

Fórmula de cálculo: $(6.830 : 7.000) \times 100 = 97,57\%$

Responsável pelo cálculo: DDA/SFA-MG

Eficiência

Custo de uma partida fiscalizada em relação ao recurso financeiro aplicado.

**Não foi possível efetivar o cálculo uma vez que o recurso financeiro descentralizado através do PI VIGIAGRO13 foi utilizado na execução das atividades das duas ações 2180 e 2181 conjuntamente.*

Efetividade

lização do Trânsito de Animais, Vegetais, Seus Produtos e pelas Unidades de Vigilância Agropecuária localizadas em Minas Gerais. Em 2013 ocorreram de forma normal no ano de 2013 e todas as demandas atendidas, consolidando a importância das Aduanas de Interior e Recintos Alfandegados na agilização dos processos de Importação e Exportação pelo estado de Minas Gerais com aumento significativo nas exportações de Café desonerando o atendimento nos portos brasileiros cuja capacidade está aquém da demanda, confirmando a efetividade das ações desenvolvidas pelas Unidades de Vigilância localizadas em Minas Gerais.

Ação 2134: Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos

Eficácia

Metas	Unidade	Programado 2013	Executado 2013	Eficácia (%)
Supervisão do processo CFO/CFOC e Fiscalização do trânsito de vegetais	nº	14	19	135
Acompanhamento e Fiscalização de Convênios	nº	05	05	100
Fiscalização de Material em depósito e/ou quarentena	nº	18	26	144
Partida certificada na origem no trânsito internacional(SMR Anastrepha grandis)	nº	-	09	100
Emissão de Parecer Fitossanitário	nº	288	293	101
Análise de Processo	nº	600	742	123
Fiscalização de Empresas de Tratamento Fitossanitário	nº	36	17	47,2
Partida inspecionada no trânsito interestadual	nº	80.000	73.056	91,32

Eficiência

Valor Aplicado (R\$)	Nº de Ações	Atividade	105,11
38.786,91	369	Fiscalização Realizada	107,44

Ação do Trânsito Interestadual de Produtos de Origem

$$\text{Indicador de desempenho} = \frac{\text{N}^\circ \text{ de partidas fiscalizadas} \times 100}{\text{N}^\circ \text{ de partidas programadas}}$$

$$\text{Indicador de Desempenho} = \frac{73.056}{80.000} \times 100 = 91,32 \%$$

Efetividade

A fiscalização e controle de trânsito internacional e interestadual de vegetais e produtos vegetais são as principais medidas de prevenção e controle de pragas regulamentadas visando garantir a sanidade das populações vegetais. Destacamos o trabalho como uma das principais medidas fitossanitárias na prevenção e controle das pragas Sigatoka-Negra, Cancro Cítrico, Greening, Cancro da videira, Moko da Bananeira, Vespa da Madeira, Mosca da Carambola e outras pragas regulamentadas. O trabalho também foi muito importante na prevenção das pragas quarentenárias ausentes, que devido o incremento do mercado internacional, principalmente de material de multiplicação, representam grande risco para a agricultura brasileira. Destacamos também a importância da atividade no atendimento as exigências fitossanitárias no Comércio Internacional de Produtos Vegetais, possibilitando acesso a novos mercados, a exemplo do Programa de Exportação de Cucurbitáceas para a Argentina e de citros para a Europa. Foi alcançado o objetivo do Plano de Ação de garantir a Sanidade Vegetal no Estado evitando a entrada de novas pragas, controlando as pragas regulamentadas presentes e contribuindo dessa forma para a expansão do Agronegócio Brasileiro.

ANÁLISE QUALITATIVA/INDICADOR DE DESEMPENHO

Indicador de Desempenho na Fiscalização do Trânsito Interestadual de Produtos de Origem Vegetal.

$$\text{Indicador de Desempenho} = \frac{\text{N}^\circ \text{ de partidas fiscalizadas} \times 100}{\text{N}^\circ \text{ de partidas programadas}}$$

$$\text{Indicador de Desempenho} = \frac{73.056 \times 100}{80.000} = 91,32\%$$

Ação 8572: Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais

Eficácia

Meta	Unidade	Programado 2013	Executado 2013	Eficácia %

Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features

		122	89	72,95
Levantamento fitossanitário	it	91	84	92,31
Área controlada	ha	609.436	609.436	100,00

OBSERVAÇÃO:

Foram realizadas apenas 27 supervisões de convênio, em função do rescisão do convênio plurianual MAPA/IMA 2011-755856, o que reduziu a eficácia da meta de supervisão realizada.

Eficiência

Valor Executado (R\$)	Nº de Ações	Atividade	Custo Individualizado da Ação (R\$)
50.310,68	609.436	Área Controlada (ha)	0,08

Efetividade

Na ação de Prevenção, controle e erradicação de pragas dos Vegetais, foram realizadas as sub-ações de prevenção e controle das seguintes pragas: Sigatoka-Negra, Cancro Cítrico, Huanglongbing (Greening), Mancha Negra dos citros, Morte Súbita dos Citrus, Ferrugem Asiática da Soja, Bicudo do Algodoeiro, Cancro da Videira, Vespa da Madeira, Mosca-das-frutas e pragas do cafeeiro no Sistema de Avisos Fitossanitários. Foram realizados trabalhos de Educação Sanitária com o objetivo de conscientizar e educar a todos os envolvidos no processo de controle e prevenção ao Greening. Os resultados da ação são demonstrados no detalhamento das sub-ações. Destacamos a manutenção do Estado na condição de Unidade da Federação sem ocorrência das pragas Moko-da-bananeira, Mosca da Carambola e Cancro da Videira e manutenção de áreas livres de Sigatoka-Negra. A praga Cancro Cítrico ocorre em apenas um município, está em processo de erradicação, o que possibilitará o reconhecimento do Estado como área livre. Os trabalhos realizados permitiram o controle de pragas de grande importância econômica, como a Ferrugem Asiática da Soja, Bicudo do Algodoeiro e pragas do cafeeiro, o que foi fundamental para o resultado econômico das lavouras cultivadas.

Ação 4738: Erradicação da Mosca da Carambola

Eficácia

Metas	Unidade	Programado 2012	Executado 2012	Eficácia (%)
Manutenção de armadilhas	und	10	10	100
Inspeção de armadilhas	nº	240	21	8,75

58.652,82	58.652,82	100
-----------	-----------	-----

Eficiência

Valor Executado (R\$)	Nº de Ações	Atividade	Custo Individualizado da Ação (R\$)
(*)	58.652,82	Área Prevenida	...

(*) A PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA É FEITA PELA COORDENAÇÃO CENTRAL.

Efetividade

A ação alcançou o objetivo proposto contribuindo para evitar a disseminação da mosca da carambola no País, mantendo o Estado de Minas Gerais na condição de Unidade da Federação sem ocorrência da praga, favorecendo o desenvolvimento da fruticultura pela abertura de novos mercados que tem restrição fitossanitária quanto à mosca da carambola.

Indicador de Desempenho = $\frac{\text{Nº de municípios com registros de focos} \times 100}{\text{Nº de municípios do Estado}}$

(% de ocorrência da praga)

Indicador de desempenho = $\frac{0 \times 100}{863} = 0\%$ (% de ocorrência da praga)

Ação 4745: Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados ó FISCORGEN

Eficácia

Metas	Unidade	Programado 2013	Executado 2013	Eficácia (%)	Programado 2014
Fiscalização	nº	150	128	85,33	150

Eficiência

Valor Aplicado (R\$)	Nº de Ações	Atividade	Custo Individualizado da Ação (R\$)
41.714,81	128	Número de Fiscalizações	325,89

Efetividade

No ano de 2013 foram realizadas 86 fiscalizações de liberações planejadas no meio-ambiente de

tais, ligadas a cinco diferentes empresas de pesquisas foram realizadas em lavouras comerciais plantadas com mínimo geneticamente modificado, para verificação do cumprimento da norma de coexistência determinada pela Resolução Normativa CTNBio 04/07. Outras cinco fiscalizações foram realizadas em lavouras comerciais de tomate e de batata, com a finalidade de verificar possível utilização de OGM não autorizado, não sendo detectado nenhum OGM irregular. Assim, foram realizadas, no total, 128 fiscalizações, não atingindo a meta programada para o ano, pelos motivos anteriormente expostos.

3 PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.

3.1 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

QUADRO A.3.1 6 AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					X
Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco					
Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X

Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features

Procedimentos de Controle					
	1	2	3	4	5
Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação					
	1	2	3	4	5
A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento					
	1	2	3	4	5
O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
<p>Análise Crítica: Realizada reunião de consenso das afirmativas constantes no quadro com o envolvimento dos representantes das áreas estratégicas (gerencial, administrativa e técnica) da SFA-MG: Superintendente Federal; Chefe da Divisão Administrativa; Chefe da Divisão de Defesa Agropecuária; Chefe do Serviço de Planejamento e Acompanhamento; Chefe do Serviço de Execução Orçamentária e Financeira e Responsável pela área de Comunicação Social, Ouvidoria e SIC.</p> <p>O item 6 foi avaliado de forma neutra, pois não há a participação de servidores da UJ na elaboração dos procedimentos, como o Código de Conduta, em que foi feito no âmbito no Serviço Público.</p>					

3.2 Sistema de Correição

De início, temos que a correição é um ato que visa apurar as condutas administrativas disciplinares; de sorte, que está ligada diretamente ao exercício do poder disciplinar, pois tem o condão de punir as eventuais infrações disciplinares dos servidores, bem como, orientar, preservar e aperfeiçoar o serviço público.

Portanto, consiste nas atividades relacionadas à apuração de possíveis irregularidades cometidas por servidores públicos e à aplicação das devidas penalidades e até na recuperação de danos patrimoniais, por exemplo: em caso de sinistro envolvendo veículo oficial desta SFA-MG.

Pode-se afirmar que o sistema de correição no âmbito desta UJ, está suficientemente bem estruturado e capacitado para prestar e subsidiar a CGU/MG, de todas as informações acerca dos processos administrativos disciplinares e conta com excelentes instrumentos e ferramentas que

ções processuais, e em função disso, tem alcançado os seus
ressalta, por derradeiro, que esta UJ executa todo o procedimento administrativo disciplinar com fundamento na Portaria nº 335, de 30/05/06 que regulamentou o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal e que, em síntese, definiu os instrumentos a serem utilizados nas atividades relacionadas ao sistema de correição.

3.3 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

Em cumprimento ao estatuído nos arts. 4º e 5º da Portaria nº 1.043/2007, cabe referir que o controle dos procedimentos administrativos disciplinares nesta vem sendo regularmente efetuado pela UJ através do lançamento das informações pertinentes no sistema CGU/PAD, por servidor habilitado junto ao sistema.

Ademais, são observadas todas as normas que regulam os Procedimentos Administrativos Disciplinares e que sempre pauta pelo respeito aos servidores com a preservação das informações administrativas disciplinares cadastradas nos sistema no propósito de sempre zelar pela integralidade, disponibilidade e confidencialidade, consoante preceitua o art. 5º da Portaria em tablado e que são fidedignamente gerenciadas no CGU-PAD (Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005.)

RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS POR SITUAÇÃO

Dados do Filtro:

Assunto(s): Nenhum assunto selecionado.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	
Período: 01/01/2013 a 31/12/2013	
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Total de Procedimentos em "Instauração/Instrução"	84
Total de Procedimentos em "Indicamento/Citação"	3
Total de Procedimentos "Encaminhados para Julgamento"	5
Total de Procedimentos "Julgados"	32
Total de Procedimentos "Anulados Administrativamente"	2
Total de Procedimentos "Anulados Judicialmente"	0
Total de Procedimentos em "Revisão"	0
Total de Procedimentos em "Reconsideração/Recurso Hierárquico"	1
Total de Procedimentos em "Decisão Reconsideração/Recurso Hierárquico"	0
Total de Procedimentos em "Avocação/Requisição pela CGU"	0
Total de Procedimentos em "Decisão Revisão do Processo"	0
Total de Procedimentos	127

to e avaliação do modelo de governança e efetividade

É importante manter os controles internos com suas análises de riscos, com constantes avaliações, para o alcance dos objetivos estratégicos. Entretanto, a atual estrutura do Mapa não permite que seja feito, em função da ausência de recursos financeiros para a execução do controle.

Pode-se citar que há um indicador, de Conformidade de Registros de Gestão, analisado no SIAFI, em que durante o exercício de 2013 houve um índice de 100% de conformidade sem restrição nos processos de gestão.

4 PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.

4.1 Execução das despesas

4.1.1 Movimentação de Créditos Interna e Externa

QUADRO A.4.1.1.1 ó MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA EXTERNA POR GRUPO DE DESPESA

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 ó Pessoal e Encargos Sociais	2 ó Juros e Encargos da Dívida	3 ó Outras Despesas Correntes
Concedidos	110008	130056				296.655,20
Recebidos	130137	130056				147.000,00
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 ó Investimentos	5 ó Inversões Financeiras	6 ó Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos						

4.1.2 Realização da Despesa

4.1.2.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação ó Créditos Originários ó Executados Diretamente pela UJ

Quadro A.4.1.2.1 ó Despesas por Modalidade de Contratação ó Créditos Originários ó Valores Executados diretamente pela UJ

Unidade Orçamentária: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento		Código UO: 22101		UGO: 130056	
Modalidade de Contratação		Despesa Liquidada		Despesa paga	
		2013	2012	2013	2012
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)					
a) Convite					
b) Tomada de Preços	666.824,98				
c) Concorrência					
d) Pregão	2.745.956,19	2.704.791,05	2.080.544,74	2.450.889,62	
e) Concurso					
f) Consulta					
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas					
2. Contratações Diretas (h+i)					
h) Dispensa	1.563.182,44	1.488.382,36	1.467.253,35	1.430.910,87	

Click Here to upgrade to Unlimited Pages and Expanded Features

	399.985,36	247.361,82	360.997,33	225.371,38
4. Pagamento de Pessoal (k+l)				
k) Pagamento em Folha (auxílio funeral e INSS patronal)	206.872,34		206.872,34	
l) Diárias e ressarcimentos	1.243.148,65	1.440.045,25	1.240.909,88	1.440.045,25
5. Outros (convênio IMA e indenização de abate de animais)	9.000.509,31	7.762.709,36	47.341,67	7.762.709,36
6. Total (1+2+3+4+5)	15.826.472,27	13.643.289,84	5.403.919,31	13.309.926,48

4.1.2.2 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa ó Créditos Originários ó Valores executados Diretamente pela UJ

Quadro A.4.1.2.2 ó Despesas por Grupo e Elemento de Despesa ó Créditos Originários ó Valores Executados Diretamente pela UJ

Unidade Orçamentária: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento		Código UO: 22101				UGO: 130056			
DESPESAS CORRENTES									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos		
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	
1. Despesas de Pessoal									
Nome 1º elemento de despesa									
2º elemento de despesa									
3º elemento de despesa									
Demais elementos do grupo									
2. Juros e Encargos da Dívida									
1º elemento de despesa									
2º elemento de despesa									
3º elemento de despesa									
Demais elementos do grupo									
3. Outras Despesas Correntes									
339037	2.169.973,27	1.636.590,21	2.169.973,27	1.636.590,21	0,00	0,00	2.169.973,27	1.636.590,21	
339039	1.630.368,73	1.724.924,65	1.630.368,73	1.724.924,65	226.279,36	176.603,75	1.343.727,35	1.548.320,90	
339014	1.076.430,58	1.297.452,44	1.076.430,58	1.297.452,44	0,00	0,00	1.076.430,58	1.297.452,44	
Demais elementos do grupo	984.440,55	1.299.444,87	984.440,55	1.299.444,87	91.727,52	156.579,61	883.334,16	1.142.865,26	
DESPESAS DE CAPITAL									

Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features

		12	Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
			2013	2012	2013	2012	2013	2012
449051	666.824,98	0,00	666.824,98	0,00	666.824,98	0,00	0,00	0,00
449052	583.900,38	193.256,78	583.900,38	193.256,78	400.076,53	62.798,78	146.519,09	130.458,00
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

4.1.2.3 Análise crítica da realização da despesa

Alterações significativas ocorridas no exercício: observa-se que da execução orçamentária e financeira dos recursos recebidos na SFA/MG, 56,86% foram recursos destinados ao convênio com IMA, razão do montante concentrado na modalidade de licitação não se aplica, conforme demonstração no quadro Despesas por modalidade de contratação - Créditos Originários ó Valores executados diretamente pela UJö, sendo a mesma situação do exercício de 2012.

Concentração de contratações realizadas via dispensa e inexigibilidade: As contratações de dispensa de licitação da gestão de 2013 configuram em 70% as aquisições de bens e serviços para atender as UTRAs/UTLAs/VIGIAGROS representadas por 23 regionais no interior de Minas Gerais, regulamentadas sem autonomia orçamentária, financeira e patrimonial, com dependência total da sede da SFA/MG, restrita as particularidades, motivação e necessidades de cada uma. Os bens e serviços comuns a sede e as regionais são adquiridas na modalidade de pregão eletrônico.

Contingenciamento no exercício: O contingenciamento pelas limitações de empenho e movimentação financeira do exercício, restringiu-se a unidade em priorizar a gestão voltada para manutenção básica, assegurando as contratações dos serviços essenciais, o que motivou o grupo de despesas 339037.00 ó locação de mão-de-obra a liderar o maior gasto na categoria despesas correntes, somado a contratação dos serviços de limpeza e conservação para 20 UTRAs/UTLAs em outubro/2012, com impacto relevante no exercício de 2013. As limitações dos recursos financeiros estabelecida no exercício, veio por mais um ano adiar as propostas de melhorias na unidade por insuficiência de recursos, se quer para elaboração dos projetos, retardando ainda mais a

Click Here to upgrade to Unlimited Pages and Expanded Features

o objetivo de reduzir custos a médio e longo prazo, e isto,

Eventos negativos ou positivos sobre a execução orçamentária: tempestividade na liberação de recursos, tanto orçamentário como o financeiro. Os recursos orçamentários de manutenção são recursos pré-autorizados e de caráter essenciais, deveriam ter sua liberação total no ato da aprovação do orçamento, a exemplo destes, ficam os outros recursos que deveriam ter uma liberação única, se não semestral, otimizando o processo burocrático e moroso que antecede aos procedimentos também burocráticos para a execução dos mesmos. As liberações financeiras neste exercício não obedeceram a um cronograma pontual, o que causou pagamentos com atrasos aos fornecedores, que se manifestaram grande insatisfação em suas cobranças telefônicas. O governo vem perdendo credibilidade no mercado com esta postura.

4.2 Transferências de Recursos

4.2.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

QUADRO A.4.2.1 6 CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Posição em 31.12.2013

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento									
CNPJ: 00.396.895/0026-83					UG/GESTÃO: 130056				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
1	791569	IMA	9.961.735,63	1.008.567,99	-	-	02/12/2013	15/02/2015	1*
LEGENDA									
Modalidade:					Situação da Transferência:				
1 - Convênio					1 - Adimplente				
2 - Contrato de Repasse					2 - Inadimplente				
3 - Termo de Cooperação					3 - Inadimplência Suspensa				
4 - Termo de Compromisso					4 - Concluído				
					5 - Excluído				
					6 - Rescindido				
					7 - Arquivado				
Fonte: SICONV									

QUADRO A.2.26 RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
CNPJ:	00.396.895/0026-83					
UG/GESTÃO:	130056					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Convênio	01	-	02	-	7.684.877,67	6.480.284,32
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação						
Termo de Compromisso						
Totais						

Fonte: SICONV

4.2.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

QUADRO A.4.2.3 6 RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE. Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
CNPJ: 00.396.895/0026-83		UG/GESTÃO: 130056			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2013	Contas Prestadas	Quantidade	-		
		Montante Repassado	-		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-		
		Montante Repassado	-		

Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features

		ade	-		
		passado	-		
2012	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-		
		Montante Repassado	-		
2011	Contas Prestadas	Quantidade	1		
		Montante Repassado	2.263.500,00		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-		
		Montante Repassado	-		
Anteriores a 2011	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-		
		Montante Repassado	-		

Fonte: SICONV

4.2.4 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

QUADRO A.4.2.4 6 VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE.

Posição 31/12

em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
CNPJ: 00.396.895/0026-83			UG/GESTÃO: 130056		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2013	Quantidade de Contas Prestadas			-	
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	-	
			Quantidade Reprovada	-	
			Quantidade de TCE	-	
			Montante Repassado (R\$)	-	
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	-		
		Montante Repassado (R\$)	-		
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	-	
			Quantidade Reprovada	-	
			Quantidade de TCE	-	

Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features

		Montante Repassado (R\$)	-	
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	-	
		Montante Repassado (R\$)	-	
2012	Quantidade de contas prestadas		-	
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	-	
		Quantidade Reprovada	-	
		Quantidade de TCE	-	
		Montante repassado	-	
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	-	
Montante repassado (R\$)		-		
2011	Quantidade de Contas Prestadas		1	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	1	
		Quantidade Reprovada	-	
		Quantidade de TCE	-	
		Montante Repassado	2.263.500,00	
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	-	
Montante Repassado		-		
Exercício Anterior a 2011	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	-	
		Montante Repassado	-	
Fonte: SICONV				

4.2.5 Análise Crítica

Houve um aumento significativo dos valores repassados em 2011 (R\$ 6.480.284,32) e 2012 (R\$ 7.684.877,67), uma vez que em 2011 foram celebrados dois convênios com o IMA ó Instituto Mineiro de Agropecuária no montante de R\$ 39.475.622,74, com vigência até dezembro de 2015. Em virtude disso foram repassados até o exercício de 2012 o equivalente a 35,883314% dos valores contratados com aquele Instituto.

Em 2012 foi liberado o equivalente a 19,467400% dos valores contratados, conforme cronograma de desembolso dos Convênios celebrados.

Foram realizadas reuniões ao longo de 2012 com a área financeira do IMA, com o intuito de checar as informações financeiras, bem como análise dos processos licitatórios, dos relatórios de prestações de contas das diárias concedidas com recursos de repasse, bem como com recursos de contra-partidas. Checou-se, também, junto ao IMA, em 2012, os bens adquiridos com recursos liberados naquele exercício.

Em 2011 houve a prestação de contas do Convênio 721465/2009 que foi analisada e aprovada pelo Gestor do Convênio, uma vez que a documentação apresentada foi considerada legal e apresentada nos prazos estipulados.

ção com a finalidade de acompanhar os convênios firmados
res designados para atuar na área técnica, bem como na área
financeira dos convênios acima citados.

Os convênios celebrados em 2011 (755772/2011 - Sanidade Animal e 755856/2011 - Sanidade Vegetal), com vigência até 2015, foram rescindidos em 27 de dezembro de 2013.

No dia 28/11/2013 o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento celebrou o convênio 791569/2013 com o Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA) tendo como objeto o Apoio à Reestruturação e Implementação do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA) e o fortalecimento das ações de defesa agropecuária no Estado de Minas Gerais, com vigência de 02/12/2013 a 15/02/2015. O repasse financeiro no valor de R\$ 8.953.167,64 ficou inscrito em Restos a Pagar Processados em 31/12/2013.

Através da Portaria 284, de 21/10/2013, foi designada a comissão de acompanhamento do presente convênio, com servidores que farão acompanhamento técnico e servidores para fazer o acompanhamento financeiro.

A aplicação dos recursos dos convênios celebrados entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA-MG) na área de Sanidade Vegetal é controlada por meio de acompanhamento e fiscalização *in loco* do cumprimento das metas programadas no plano de trabalho do convênio. Para tanto, são nomeados, por meio de portaria da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Minas Gerais (SFA-MG), conforme determina o Art.º 51 da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGV Nº 127 de 29/05/2008, um servidor responsável pela análise da proposta de convênio e emissão de parecer técnico de viabilidade e um segundo servidor designado para o acompanhamento e fiscalização *in loco* do convênio, bem como seus respectivos substitutos. Os servidores nomeados são Fiscais Federais Agropecuários (FFA) do quadro do Serviço de Sanidade Vegetal da SFA ou que exercem atividades de sanidade vegetal nas Unidades Técnicas Regionais (UTRA). Outros FFAs, lotados no Serviço de Sanidade Vegetal ou em UTRAs, podem também exercer a fiscalização do convênio, sob orientação e supervisão do responsável oficialmente nomeado.

As fiscalizações têm início a partir da liberação dos recursos financeiros pelo Concedente e do início das atividades programadas no Plano de Trabalho. A metodologia consiste em visitas de fiscalização e acompanhamento dos trabalhos nos escritórios seccionais, coordenadorias regionais e postos de fiscalização do trânsito interestadual de vegetais do Conveniente, unidades de produção (propriedades rurais) e outros locais de realização dos trabalhos objeto do Convênio.

A verificação da aquisição do material permanente, bem como de sua correta destinação para cumprimento das ações objeto do convênio é feita por meio da verificação *in loco* dos bens relacionados em planilhas fornecidas pelo conveniente, da conferência dos respectivos registros patrimoniais, além de documentos comprobatórios da utilização desses bens, podendo ser feitos registros fotográficos. A verificação do uso de veículos será feita por meio de documentos que comprovem a saída dos veículos e a sua finalidade.

As atividades previstas no plano de trabalho, relacionadas com a vigilância e fiscalização do trânsito de vegetais, seus produtos e insumos e com a prevenção e controle de pragas quarentenárias e pragas de importância, tais como levantamentos fitossanitários, fiscalizações e capacitações técnicas, são verificadas por meio de análise documental nos escritórios seccionais e regionais do conveniente, complementada por visitas a propriedades rurais e postos de fiscalização.

Para cada visita é elaborado um termo de fiscalização e acompanhamento *in loco* do convênio, com registro das informações obtidas, ocorrências, avaliação e observações.

Todas as informações obtidas objetivam a elaboração do relatório final de acompanhamento com parecer conclusivo sobre a execução das metas programadas e alcance do objetivo do convênio.

A aplicação dos recursos dos convênios celebrados entre o MAPA e o IMA na área de Saúde Animal é controlada por meio de acompanhamento e fiscalização *in loco* do cumprimento das metas programadas no plano de trabalho do convênio. Para tanto, são nomeados, por meio de portaria da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Minas Gerais (SFA-MG), conforme determina o Art.º 51 da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGV Nº 127 de

... pela análise da proposta de convênio e emissão de parecer
... rvidor designado para o acompanhamento e fiscalização ãin
... locoõ do convênio, bem como seus respectivos substitutos. Os servidores nomeados são Fiscais
Federais Agropecuários (FFA) do quadro do Serviço de Saúde Animal da SFA ou que exercem
atividades de sanidade vegetal nas Unidades Técnicas Regionais (UTRA). Outros FFAs, lotados no
Serviço de Saúde Animal ou em UTRAs, podem também exercer a fiscalização do convênio, sob
orientação e supervisão do responsável oficialmente nomeado. As fiscalizações têm início a partir
da liberação dos recursos financeiros pelo Concedente e do início das atividades programadas no
Plano de Trabalho. A metodologia consiste em visitas de fiscalização e acompanhamento dos
trabalhos nos escritórios seccionais, coordenadorias e outros locais de realização dos trabalhos
objeto do Convênio.. As atividades previstas no Plano de Trabalho são verificadas por meio de
análise documental nos escritórios seccionais e regionais do Conveniente, complementada por
visitas a propriedades rurais, estabelecimentos comerciais, propriedades rurais e outros. Para cada
visita é elaborado um relatório de acompanhamento ãin locoõ do convênio, com registro das
informações obtidas, ocorrências, avaliação e observações. Todas as informações obtidas objetivam
a elaboração do relatório final de acompanhamento com parecer conclusivo sobre a execução das
metas programadas e alcance do objetivo do convênio.

A Ação Fiscalização de contratos de Repasse não se aplica, pois o controle é centralizado na
Coordenação Geral de Parcerias Institucionais ó CGPI/DIEL/SDC/MAPA.

PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.

5.1 Estrutura de pessoal da unidade

5.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

5.1.1.1 Lotação

QUADRO A.5.1.1.1 ó FORÇA DE TRABALHO DA UJ ó SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	828	730	2	60
1.1. Membros de poder e agentes políticos	não há	não há	não há	não há
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	828	730	2	60
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	823	725	1	60
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	não há	não há	não há	não há
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	4	4	1	não há
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	1	1	não há	não há
2. Servidores com Contratos Temporários	não há	não há	não há	não há
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	1	1	1	não há
4. Total de Servidores (1+2+3)	829	731	3	60

Fonte: Extrator SIAPE.

5.1.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.5.1.1.2 ó SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação
-----------------------------	--------------------------------------

Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features

	em 31 de Dezembro
	23
	2
1.2. Exercício de Função de Confiança	1
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	20
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	-
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	-
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	-
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	-
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	09
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	03
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	06
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	-
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	-
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	-
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	8
4.1. Doença em Pessoa da Família	8
4.2. Capacitação	0
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	-
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	-
5.2. Serviço Militar	-
5.3. Atividade Política	-
5.4. Interesses Particulares	-
5.5. Mandato Classista	-
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	-
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	40

Fonte: SIAPE/Controle do SGP/DAD/SFA-MG

5.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

5.1.2.1 Estrutura de Cargos e de Funções

QUADRO A.5.1.2.1 6 DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	22	22	4	9
1.1. Cargos Natureza Especial	não há	não há	não há	não há
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	não há	não há	não há	9
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	20	20	3	9
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	não há	não há	não há	não há
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	1	1	não há	não há
1.2.4. Sem Vínculo	1	1	1	não há
1.2.5. Aposentados	não há	não há	não há	não há
2. Funções Gratificadas	65	65	9	3
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	65	65	9	3
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	não há	não há	não há	não há

...ras	não há	não há	não há	não há
e em Função	87	87	13	12
(1+2)				

Fonte: Extrator-SIAPE

5.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

QUADRO A.5.1.2.2 6 QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA
SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	-	-	-	-	-
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	16	84	93	297	153
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
2. Provimento de Cargo em Comissão	1	11	16	46	13
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	3	5	12	2
2.3. Funções Gratificadas	1	8	11	34	11
3. Totais (1+2)	17	95	109	343	166

Fonte: SIAPE/Controle do SGP/DAD/SFA-MG

5.1.2.3 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

QUADRO A.5.1.2.3 6 QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE
SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	7	20	39	216	361	-	-	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Provimento de Cargo em Comissão	-	-	-	7	22	58	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	1	21	-	-	-
2.3. Funções Gratificadas	-	-	-	7	21	37	-	-	-
3. Totais (1+2)	-	7	20	46	238	421	-	-	-

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 ó Mestrado; 9 ó Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIAPE/Controle do SGP/DAD/SFA-MG

Observação: O controle do SGP não estratifica dados de escolaridade acima de nível superior

de Jurisdicionada

QUADRO A.5.1.3 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis							Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	2013	67.828,078,0	-	21.856,417,60	5.494,867,48	3.599,347,07	928.448,70	268,253,82	300,473,46	513,850,65	100.789,736,78
	2012	44.004,395,5	-	50.365,088,03	8.010,055,94	3.261,707,42	764.895,00	613,117,88	11.136,39	16,157,31	107.046,553,48
	2011	43.375,206,3	-	50.135,702,42	8.526,248,91	3.331,140,38	700.889,00	562,571,09	-	79,952,83	106,711,710,93
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2013	112.609,53	-	9.825,09	4.029,50	11.059,70	1.392,78	3.618,32	-	-	142.534,92
	2012	20.933,86	-	-	760,86	1.809,22	168,00	22,48	-	-	23.694,42
	2011	125.223,41	-	10.478,17	4.420,14	10.905,30	1.490,43	134,88	-	-	152.652,33
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2013	2.987,207,40	392.010,00	319.930,00	102,863,36	105.603,32	43.697,58	8.219,64	2.342,36	24.176,71	3.986.050,37
	2012	1.788,18,81	423.224,46	1.689,893,60	218,101,11	96.930,22	40.199,36	3.394,07	-	-	4.259.861,63
	2011	1.765,961,66	381.378,46	1.620,836,62	155,601,09	97.989,15	28.501,01	6.168,32	-	-	4.056.436,31
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2013	5.219,165,21	386.051,64	1.118,098,29	265,040,51	369.061,85	127.314,09	31.009,13	-	54.419,04	7.570.159,76
	2012	3.622,138,80	383.454,82	2.505,742,05	399,829,35	312.324,62	104.605,09	34.905,87	640,59	-	7.363.641,19
	2011	3.587,111,23	379.187,07	2.505,669,37	364,865,07	303.429,24	101.367,91	60.256,38	-	-	7.301.886,27

Fonte: Extrator/SIAPE e DataWarehouse/Siapenet

servidores Inativos e Pensionistas

COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS DA UNIDADE JURISDICIONADA SEGUNDO O REGIME DE PROVENTOS E DE APOSENTADORIA

QUADRO A.5.1.4.1 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	606	60
1.1 Voluntária	551	-
1.2 Compulsória	4	-
1.3 Invalidez Permanente	51	1
1.4 Outras	-	-
2. Proporcional	255	-
2.1 Voluntária	243	-
2.2 Compulsória	6	-
2.3 Invalidez Permanente	6	-
2.4 Outras	0	-
3. Totais (1+2)	861	61

Fonte: SIAPE/Sistema SRH

5.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.5.1.4.2 - INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	447	32
1.1. Integral	300	23
1.2. Proporcional	147	9
2. Em Atividade	1044	2
3. Total (1+2)	1491	34

Fonte: SIAPE e Sistema SRH/MAPA

5.1.5 Cadastramento no SISAC

5.1.5.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC

QUADRO A.5.1.5.1 6 ATOS SUJEITOS AO REGISTRO DO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	-	-	-	-
Concessão de aposentadoria	61	32	61	32
Concessão de pensão civil	34	42	34	42
Concessão de pensão especial a ex-combatente	-	-	-	-
Concessão de reforma	-	-	-	-
Concessão de pensão militar	-	-	-	-
Alteração do fundamento legal de ato concessório	2	11	2	11

5.1.5.2.6 Regularidade do Cadastro dos Atos no Sisac

QUADRO A.5.1.5.2.6 REGULARIDADE DO CADASTRO DOS ATOS NO SISAC

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão	-	-	-	-
Concessão de aposentadoria	61	-	-	-
Concessão de pensão civil	29	2	-	-
Concessão de pensão especial a ex-combatente	-	-	-	-
Concessão de reforma	-	-	-	-
Concessão de pensão militar	-	-	-	-
Alteração do fundamento legal de ato concessório	-	-	-	-
Total	-	-	-	-
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	-	-	-	-
Cancelamento de concessão	-	-	-	-
Cancelamento de desligamento	-	-	-	-
Total	-	-	-	-

5.1.6 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Não há por este Serviço de Gestão de Pessoas controles internos com a finalidade de detectar possível acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos, uma vez que apenas temos acesso aos dados dos servidores relacionados a nossa Unidade Jurisdicionada. Existe ainda, uma declaração do próprio servidor atestando que não acumula cargos.

5.1.7 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

O Serviço de Gestão de Pessoas da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Minas Gerais não possui indicadores para gerenciamento de informações que tratem dos temas elencados, ou outros correlatos. Alguns destes temas são de competência da Coordenação Geral de Administração de Pessoas, na sede, em Brasília, como reposição do quadro e rotatividade, por exemplo, o tema educação continuada é de responsabilidade da Coordenação Geral de Desenvolvimento de Pessoas, o tema disciplina, é de responsabilidade da Coordenação Geral de Procedimentos Administrativos Disciplinares. Quanto ao Absenteísmo dos servidores desta Superintendência, não temos indicadores gerenciais, o que fazemos, é um controle por meio da análise da frequência dos servidores e desconto, dos dias de ausência de acordo com a legislação vigente. Quanto a acidentes de trabalho e doenças ocupacionais, também não há indicadores gerenciais.

Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features

Empregada e Contratação de Estagiários

Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.5.2.1 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Minas Gerais													
UG/Gestão: 130056						CNPJ: 00.396.895/0026-83							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	V	O	13/2012	08.562.228/001-87	29/06/2013	28/06/2014	8	8					P
2011	L	O	20/2011	10.704.092/001-44	01/07/2012	30/06/2013	24	24					E
2012	L	O	15/2012	14.241.107/001-36	15/10/2013	14/10/2014	20	20					P
2012	L	O	03/2012	14.241.107/001-36	01/03/2013	28/02/2014	2	2					P
2013	L	O	27/2013	01.548.339/001-90	01/04/2013	31/03/2013	24	24					A
Observações:													
<p>LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.</p>													

Fonte: SCC/DAD/SFA-MG

Mão de Obra para Atividades não Arangidas pelo

QUADRO A.5.2.2 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante														
Nome: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Minas Gerais														
UG/Gestão: 130056/0001							CNPJ: 00.396.895/0026-83							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2010	5	O	35/2010	10.704.092/001-44	01/01/2013	31/12/2013				17	17			E
2010	3	O	14/2010	10.704.092/001-44	15/03/2012	14/03/2013				4	4			E
2013	3	O	148/2013	00.308.141/001-76	01/10/2013	30/09/2014				3	3			A
2013	5	O	26/2013	04.552.404/001-49	01/04/2013	31/12/2014				17	17			A

Observações:

LEGENDA

Área:

- Segurança;
- Transportes;
- Informática;
- Copeiragem;
- Recepção;
- Reprografia;
- Telecomunicações;
- Manutenção de bens móveis
- Manutenção de bens imóveis
- Brigadistas
- Apoio Administrativo ó Menores Aprendizizes
- Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: SCC/DAD/SFA-MG.

5.2.3 Análise Crítica dos itens 5.2.3 e 5.2.4

Os contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra na SFA-MG recebem adequado acompanhamento por parte dos gestores e fiscais designados para este fim.

Quando identificada alguma irregularidade relacionada à execução de contrato com locação de mão de obra, os gestores e fiscais procedem à imediata aplicação de penalidade de acordo com o fato ocorrido, como a aplicação de advertência, multa, suspensão, e de declaração de inidoneidade, sempre observando o contraditório e ampla defesa exigidos no processo legal; de forma que se manteve um nível satisfatório de prestação destes serviços.

6.1.1 Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO A.5.2.4 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior					
1.1 Área Fim	26	26	26	26	162240,00
1.2 Área Meio	8	8	8	8	49920,00
2. Nível Médio					
2.1 Área Fim	9	9	9	9	31320,00
2.2 Área Meio	5	5	5	5	17400,00
3. Total (1+2)	48	48	48	48	260880,00

Fonte: SIAPE e registro físico do SGP/DAD/SFA-MG

6 PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.

6.1 Gestão da frota de veículos próprios e contratados de terceiros

O STR/DAD/SFA-MG atua de acordo com as seguintes legislações que regulam a constituição e a forma de utilização da frota de veículos: IN n.º 3 de 15 de maio de 2008, IN n.º 183 de 8 de setembro de 1986, IN n.º 9 de 26 de agosto de 1994, Decreto n.º 6.403 de 17 de março de 2008, Portaria 191 de 23 de outubro de 2012 e Lei n.º 9.327 de 9 de dezembro de 1996.

A importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ referem-se principalmente em relação ao deslocamento dos servidores desta SFA-MG com objetivo principal de inspeção e fiscalização nas áreas referentes a esta SFA-MG.

Esta SFA-MG possui um total de 156 veículos, classificados como veículos de serviço comum, de acordo com a IN n.º 3 de 15 de maio de 2008. Estes veículos estão distribuídos da seguinte forma: ativos no total de 143 veículos, cedidos a outros órgãos totalizam 9 veículos e batidos ó sob processo administrativo somando 4 veículos. Ocorreu uma redução de 40 veículos na frota desta SFA-MG, pois foram leiloados 38 veículos e doado 02 veículos.

A média anual de quilômetros rodados dos veículos comuns relativo ao ano de 2013 foram 1.070.000 km rodados.

A idade média da frota, dos veículos de serviços comuns ativos é de 3 anos.

Os custos associados à manutenção da frota relativos ao ano de 2013 foram R\$ 115.744,59 referentes a manutenção e reparo dos veículos, R\$ 375.465,38 referentes a abastecimento de combustíveis e R\$ 20.042,97 referentes ao pagamento de DPVAT.

Em 2013, esta SFA-MG não possui planos para substituição da frota de veículos.

A compra/aquisição de veículos foi realizada em detrimento da locação de veículos devido a disponibilização financeira por parte de Brasília para a aquisição dos mesmos.

Todo o controle da frota desta SFA-MG é feita através do SCVA ó Sistema de Controle de Saída de Veículos Automotores. O SCVA permite o controle das saídas dos veículos, bem como lançamento de abastecimento e manutenção.

A Frota de Veículos Automotores a Serviço da UJ, mas contratada de terceiros ó não é utilizada nesta SFA-MG, sendo utilizada a Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada.

rio

Imóveis de Uso Especial

QUADRO A.6.2.1 6 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	MINAS GERAIS	9	10
	Andradas	1	1
	Barbacena	1	1
	Belo Horizonte	1	1
	Caratinga	1	1
	Caxambu	1	1
	Divinópolis	1	1
	Governador Valadares	0	1
	Juiz de Fora	1	1
	Patos de Minas	1	1
	Uberlândia	1	1
Subtotal Brasil		9	10
EXTERIOR	A SFA-MG não possui imóveis no exterior sob sua jurisdição.	-	-
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		9	10

Fonte: SPIUnet, SMAP/SFA-MG

6.2.2 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional

QUADRO A.6.2.2 6 DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL

UG	RIP Imóvel	RIP Utilização	Regim e	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
					Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
130056	4051.00007.500-7 (Andradas)	4051.00008.500-2	Entrega ó Adm. Federal Direta	Regular	n/d	26/06/2012	R\$ 4.345.075,57	-	-
130056	4111.00060.500-3 (Barbacena)	4111.00061.500-9	Entrega ó Adm. Federal Direta	Bom	n/d	29/12/2011	R\$ 898.829,33	-	-
130056	4123.00280.500-3 (Belo Horizonte)	4123.00081.500-1	Entrega ó Adm. Federal Direta	Bom	n/d	27/09/2012	R\$ 49.338.017,03	R\$ 781.539,02	-
130056	4267.00052.500-1 (Caratinga)	4267.00005.500-5	Entrega ó Adm. Federal Direta	Regular	n/d	29/12/2011	R\$ 3.353.869,91	-	-
		4267.00060.500-5	Vago para uso	Regular	n/d	29/12/2011	R\$ 101.574,95	-	-
		4267.00064.5	Vago	Regular	n/d	29/12/2011	R\$	-	-

Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features

		4267.00065.5 00-2	para uso	Regular	n/d	29/12/20 11	R\$ 28.280,54	-	-
		4267.00066.5 00-8	Vago para uso	Regular	n/d	29/12/20 11	R\$ 80.700,11	-	-
13005 6	4309.00013.5 00-8 (Caxambu)	4309.00019.5 00-0	Entrega ó Adm. Federal Direta	Ruim	n/d	04/12/20 13	R\$ 238.478,95	-	-
13005 6	4445.00007.5 00-8 (Divinópolis)	4445.00006.5 00-2	Entrega ó Adm. Federal Direta	Regular	n/d	04/09/20 13	R\$ 5.453.476,3 3	-	-
		4445 00011.500-0	Entrega ó Adm. Federal Direta	Regular	n/d	04/09/20 13	R\$ 586.161,79	-	-
13005 6	4733.00104.5 00-0 (Juiz de Fora)	4733.00152.5 00-2	Entrega ó Adm. Federal Direta	Muito Bom	n/d	06/09/20 13	R\$ 1.097.268,2 7	-	-
13005 6	4959.00014.5 00-8 (Patos de Minas)	4959 00003.500-8	Entrega ó Adm. Federal Direta	Regular	n/d	29/12/20 11	R\$ 9.933.728,1 5	-	-
13005 6	5403.00426.5 00-6 (Uberlândia)	5403 00427.500-1	Entrega ó Adm. Federal Direta	n/a*	n/d	11/04/20 12	R\$ 300.000,00 **	-	-
Total								R\$ 781.539, 02 ***	

Fonte: SPIUnet, SMAP/SFA-MG, SEOF/SFA-MG

*O imóvel de Uberlândia está em construção.

**O valor aqui registrado é apenas o valor do terreno.

*** Valor empenhado em novembro de 2013 para ser executado a partir de janeiro de 2014.

Análise Crítica:

Atualmente há nove imóveis da União sob responsabilidade da SFA-MG, compreendendo prédios administrativos e um laboratório. No ano de 2013 a SFA-MG reverteu à SPU o imóvel de Governador Valadares, em virtude do fechamento da UTRA Governador Valadares.

O imóvel de Caxambu está desocupado por não ter condições de abrigar a UTLA Caxambu (está em condições precárias e necessita de reforma completa). O imóvel de Uberlândia ainda está em construção.

A maioria dos imóveis é muito antiga e poucos passaram por manutenção ou reformas completas. Há necessidade de maior descentralização de recursos para que sejam feitas reformas nesses imóveis.

imóveis locados de terceiros

QUADRO A.6.3 6 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros dela UJ	
		Exercício 2013	Exercício 2012
BRASIL	MINAS GERAIS	12	12
	Almenara	1	1
	Caxambu	1	1
	Lavras	1	1
	Montes Claros	1	1
	Muriae	1	1
	Paracatu	1	1
	Passos	1	1
	Poços de Caldas	1	1
	Pouso Alegre	1	1
	Uberaba	1	1
	Uberlândia	1	1
	Viçosa	1	1
	Subtotal Brasil		12
EXTERIOR	A SFA-MG não possui imóveis no exterior sob sua jurisdição.	-	-
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		12	12

Fonte: SMAP/SFA-MG

Análise Crítica:

Os doze imóveis listados no Quadro A.6.3 6 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros 6 foram cedidos ao MAPA por meio de parcerias e convênios com 6rg6es e entidades (prefeituras, universidades e associações de produtores). O MAPA n6o tem despesas de aluguel com esses imóveis.

7 PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU N6 127, DE 15/5/2013.

7.1 Gest6o da Tecnologia da Informaça6o

Quadro A.7.1 6 Gest6o Da Tecnologia Da Informaça6o Da Unidade Jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados		
1. Em relaça6o 6 estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administraça6o da Instituic6o:		
1	Aprovou e publicou plano estrat6gico institucional, que est6 em vigor.	
1	1	monitora os indicadores e metas presentes no plano estrat6gico institucional.
1	Responsabiliza-se pela avaliaça6o e pelo estabelecimento das pol6ticas de governança, gest6o e uso corporativos de TI.	
1	1	aprovou e publicou a definiça6o e distribuic6o de pap6is e responsabilidades nas decis6es mais relevantes quanto 6 gest6o e ao uso corporativos de TI.
1	1	aprovou e publicou as diretrizes para a formulaça6o sistem6tica de planos para gest6o e uso corporativos de TI, com foco na obtença6o de resultados de neg6cio institucional.
1	1	aprovou e publicou as diretrizes para gest6o dos riscos aos quais o neg6cio est6 exposto.
1	1	aprovou e publicou as diretrizes para gest6o da segurança da informaça6o corporativa.
1	1	aprovou e publicou as diretrizes de avaliaça6o do desempenho dos serviç6s de TI junto 6s unidades usu6rias em termos de resultado de neg6cio institucional.
1	1	aprovou e publicou as diretrizes para avaliaça6o da conformidade da gest6o e do uso de TI aos requisitos

s diretrizes e políticas externas à instituição.
para **auxiliá-la nas decisões** relativas à gestão e ao uso corporativos de

1	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
1	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
1	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
1	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
1	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
1	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
1	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
1	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
1	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
1	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
1	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
1	Auditoria de governança de TI.
1	Auditoria de sistemas de informação.
1	Auditoria de segurança da informação.
1	Auditoria de contratos de TI.
1	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)?
1	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:	
1	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
1	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
1	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
1	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
1	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
1	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
1	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
1	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
1	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
1	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
1	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI:
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
1	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
1	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
1	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
1	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
1	Classificação da informação para o negócio, nos termos da Lei 12.527/2011 (p.ex. divulgação ostensiva ou classificação sigilosa).
1	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
1	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
(1)	são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
(1)	nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

	...suração de resultados do contrato.
	...ensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
	...as contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
	(1) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
1	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
1	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
1	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
1	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
1	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
1	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
1	Entre 1 e 40%.
1	Entre 41 e 60%.
1	Acima de 60%.
1	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Todo o planejamento (PDTI) e administração da rede estão concentrados na Sede do Órgão, em Brasília, através da Coordenação Geral da Tecnologia da Informação, CGTI.	

7.1.1 Análise Crítica

Esta unidade regional, através de seu departamento de tecnologia da informação, se limita a manter a rede local no que tange à operação desta, auxílio ao usuário da rede, manutenção de equipamentos no nível 1 e 2 e verificação de conformidade de equipamentos adquiridos por esta UJ.

Apesar de mais de 700 usuários, entre sede e unidades avançadas no interior do estado, a UJ não possui profissionais adequados ao gerenciamento da sub-rede existente, assim como para planejamento, projetos e operacionalização eficientes conforme requeridos. Há necessidade de pelo menos um profissional, servidor, Analista de Sistemas na sede (na capital), e disponibilização de recursos à manutenção geral das redes, tanto na sede(capital) quanto nas unidades avançadas.

8 PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.

8.1 Gestão ambiental e licitações sustentáveis

QUADRO A.8.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? Foram substituídas no Edital do Pregão SRP nº 02/2013 - Materiais para manutenção da Sede; as lâmpadas incandescentes por lâmpadas fluorescentes, que são mais econômicas; No Edital do Pregão SRP nº 04/2013 - Materiais para Escritório; exigiu-se a cotação de lápis ecológico, fabricado por madeiras de florestas renováveis. Houve também aumento do quantitativo de aquisição de papel A4 reciclado em substituição do convencional em 30% (trinta por cento) em comparação com o ano anterior ó 2012; No Termo de Referência do Pregão nº 09/2013 ó Desinsetização; foi exigido que o fornecedor vencedor deve recolher as embalagens vazias dos produtos utilizados e destiná-las conforme RDC 52/09 da Anvisa;				x	

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

<p>12/2013 - Materiais Permanentes; exige-se a ra de reflorestamento. Exigi-se também o selo da PROCEL oAö (menor consumo de energia) nos frigobares, geladeiras e fogões que foram adquiridos; e</p> <p>No Edital do Pregão nº 16/2013 - Passeio Tátil, bem como na Tomada de Preços nº 02/2013 ó Reforma do SSA; exigiu-se que a contratada observe as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente ó CONAMA, e IN-SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, do Ministério do Planejamento. Exigiu-se também que em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos domiciliares, áreas de obota foraö, encostas, corpos d'água, lotes vagos e área protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.</p>						
<p>2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.</p>	<table border="1"> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td>X</td> <td></td> </tr> </table>				X	
			X			
<p>3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).</p>	<table border="1"> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td>X</td> <td></td> </tr> </table>				X	
			X			
<p>4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único <i>in fine</i>), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?</p>	<table border="1"> <tr> <td>X</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </table>	X				
X						
<p>5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? Aquisição de lâmpadas econômicas, que colaboram para o menor consumo de energia.</p>	<table border="1"> <tr> <td></td> <td></td> <td>X</td> <td></td> <td></td> </tr> </table>			X		
		X				
<p>6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? Papel A4 reciclado; e Copo biodegradável para água 200 ml.</p>	<table border="1"> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td>X</td> <td></td> </tr> </table>				X	
			X			
<p>7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? Reaproveitamos os carimbos de madeira, trocando somente as borrachas de impressão, quando possível, e reaproveitamos as máquinas ou carcaças dos carimbos automáticos, trocando somente as borrachas de impressão, em parceria com a Empresa Chavek Ltda, contrata através do Pregão nº 09/2012.</p>	<table border="1"> <tr> <td></td> <td></td> <td>X</td> <td></td> <td></td> </tr> </table>			X		
		X				
<p>8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).</p>	<table border="1"> <tr> <td>X</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </table>	X				
X						
<p>9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012. Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade.</p>	<table border="1"> <tr> <td>X</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </table>	X				
X						
<p>10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.</p>	<table border="1"> <tr> <td></td> <td></td> <td>X</td> <td></td> <td></td> </tr> </table>			X		
		X				
<p>11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da</p>	<table border="1"> <tr> <td></td> <td></td> <td>X</td> <td></td> <td></td> </tr> </table>			X		
		X				

Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features

água e à utilização de tecnologias e materiais					
recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X
<p>Considerações Gerais: A análise foi elaborada em conjunto pela Seção de Atividades Gerais, pelo Setor de Compras e Contratos e pela Comissão de Coleta Seletiva Solidária, que prestaram informações pertinentes a suas respectivas áreas de trabalho.</p> <p>LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

8.2 Consumo de papel, energia elétrica e água

A SFA/MG realizou a Semana Nacional do Meio Ambiente entre os dias 04 a 06 de junho de 2013, que contou com a participação de servidores, terceirizados e estagiários. Nela tivemos a oficina de Agenda Reciclada ministrada pelos oficineiros do Centro Mineiro de Referência em Resíduos, que salientaram a utilização de frente e verso de folhas de papel A4 e a utilização de rascunhos, e a impressão de e-mail que seja realmente necessária.

Tivemos também no encerramento do Evento a palestra dos membros da Comissão de Coleta Seletiva Solitária sobre o uso responsável de papel, energia elétrica e água.

QUADRO A.8.2 ó CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa	Ano de Adesão			Resultados		
Não se aplica	Não se aplica			Não se aplica		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel	1.920 resmas	3.450 resmas	900 resmas	16.204,80	29.842,50	8.100,00
Água	10.104 m ³	60.864 m ³	18.871 m ³	117.084,01	150.633,95	99.572,19
Energia Elétrica	518.251 Kwh	544.355 Kwh	501.811 Kwh	228.126,19	269.466,97	236.785,65
			Total	360.692,39	449.943,42	344.457,84

Fonte: SCC/DAD/SFA-MG

PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.

9.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU

9.1.1 Deliberações do TCU atendidas no Exercício

QUADRO A.9.1.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Minas Gerais ó SFA-MG					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1		7245/2012			Acórdão
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Serviço de Gestão de Pessoas da SFA-MG					
Descrição da Deliberação					
Suspensão de Pensão julgada indevida pelo TCU.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Serviço de Gestão de Pessoas da SFA-MG					
Síntese da Providência Adotada					
Comunicamos os interessados da decisão do acórdão, excluímos no sistema SIAPE o pagamento do interessado e encaminhamos ao TCU comprovação do cumprimento do acórdão, por meio do ofício 051/2013/SGP/DAD/SFA-MG.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Atendido					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não houve neste caso, Fatores positivos/Negativos para a adoção de providências.					

de Atendimento ao Final do Exercício

NÃO EXISTEM PENDÊNCIAS

9.2 Tratamento de recomendações do OCI

9.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício

QUADRO A.9.2.1 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Minas Gerais			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	224903	21	Of. 38499/2012/CGU-MG/CGU-MG
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Minas Gerais			
Descrição da Recomendação			
Providenciar o ressarcimento ao erário dos valores pagos indevidamente aos pensionistas dos 51 ex-servidores listados observando-se o direito ao contraditório e a ampla defesa e as condições estabelecidas no artigo 46 da Lei 8.112/90.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Serviço de Gestão de Pessoas da SFA-MG			
Síntese da Providência Adotada			
Foi providenciado o ressarcimento ao erário, observando-se o direito ao contraditório e a ampla defesa, e já foram incluídos os descontos em folha de pagamento das pensionistas. Houve interrupção da reposição ao erário em folha de pagamento de pensionistas devido à impetração de ações judiciais, conforme listado a seguir:			
Matrícula SIAPE Pensionista	Mês de inclusão	Mês de exclusão	Processo Judicial
4718682	Maio/11	Dez/2011	58389-73.20114.01.3800
4600657	Maio/11	Jan/2012	42610-78.2011.4.01.3800
4693884	Maio/11	Fev/2012	63887-53.2011.4.01.3800
4708857	Maio/11	Set/2011	044822-72.2011.4.01.3800
4390521	Maio/11	Jul/2011	033023-32.2011.4.01.3800
4659066	Maio/11	Out/2012	004506-11.2011.4.01.3802
4752856	Maio/11	Mai/2012	03764-47.2011.4.01.3814
4670655	Maio/11	Out/2012	43101-85.2011.4.01.3800
4677498	Maio/11	Jul/2011	09206-33.2011.4.01.3801
4585160	Maio/11	Nov/2011	39738-90.2011.4.01.3800
4877578	Maio/11	Fev/2012	59602-17.2011.4.01.3800
4741374	Maio/11	Fev/2013	01852-20.2012.4.01.3801
4677471	Fev/2011	Dez/2012	*
4743181	Fev/2011	Dez/2012	3903.02.2011.4.01.3813
4863763	Mai/2011	Out/2012	**
4839170	Mar/2011	Dez/2012	*
*Em outubro/2012 houve mudanças no sistema SIAPE com nova rotina de atualização da rubrica de reposição ao erário. O sistema processou a migração e as unidades deveriam incluir o detalhamento da rubrica, o que não ocorreu com as pensionistas assinaladas, excluindo indevidamente a rubrica de reposição ao erário na folha de pagamento das mesmas.Foi novamente incluído a reposição ao erário na folha de pagamento do mês de outubro/2013.			
** A pensionista faleceu em 31/10/2012.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Atendido.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

vos para a adoção de providências.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Minas Gerais			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	224903	31	Of. 38499/2012/CGU-MG/CGU-MG
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Minas Gerais			
Descrição da Recomendação			
Providenciar o ressarcimento ao erário dos valores pagos indevidamente ao servidor matrícula SIAPE nº 0005535, observando-se o direito ao contraditório e a ampla defesa e as condições estabelecidas no artigo 46 da Lei 8.112/90.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Serviço de Gestão de Pessoas da SFA-MG.			
Síntese da Providência Adotada			
Incluído em folha de pagamento do mês de maio/2013 do servidor matrícula SIAPE nº 5535, a reposição ao erário dos valores apurados referentes ao período de julho/2000 a julho/2004, em que o servidor acumulou cargos.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Atendido.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não houve neste caso, Fatores positivos/Negativos para a adoção de providências.			

9.2.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

QUADRO A.9.2.2 - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Descrição da Recomendação			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

estabelecida na LEI N° 8.730/93

Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

QUADRO A.9.3.1 é DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	86		
	Entregaram a DBR	86		
	Não cumpriram a obrigação	0		

Fonte: Serviço de Gestão de Pessoas ó SGP/DAD/SFA-MG

9.3.2 Situação do Cumprimento das Obrigações

Foi solicitado por memorando a todos os servidores obrigados pela lei 8.730/93 em agosto de 2013 que encaminhassem ao Serviço de Gestão de Pessoas - SGP da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Minas Gerais ó SFA-MG suas Declarações de Bens e Rendias ó DBR ou Autorização de Acesso aos Dados de Bens e Rendias das Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física. Após a regularização de todas as DBRs, adotamos a sistemática de sempre solicitar a DBR quando o servidor tomar posse, em cargo ou função comissionada.

Por se tratar de um pequeno número de DBRs (86), não há sistema informatizado para gerenciar a recepção destes documentos, que são recebidos em papel e arquivados no SGP em um local de acesso restrito.

Não há por este SGP análise com o intuito de identificar incompatibilidades de patrimônio com a remuneração recebida, tendo em vista que quase todos os detentores de cargos entregaram a Autorização de Acesso.

9.4 Alimentação SIASG e SICONV

QUADRO A.9.4 é MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO
<p>Eu, HELENA MARIA DA COSTA CHAGAS, CPF nº 374030016-72, Técnico de Contabilidade, exercido no Setor de Compras e Contratos DAD/SFA/MG, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais ó SIASG, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e seus correspondentes em exercícios anteriores.</p> <p style="text-align: center;">Belo Horizonte, 21 de fevereiro de 2014.</p> <p style="text-align: center;">Helena Maria da Costa Chagas CPF: 374.030.016-72 Técnico de Contabilidade</p>

DECLARAÇÃO

Eu, DERMEVAL SILVA NETO, CPF nº **320.258.587-87**, Chefe da DDA/SFA-MG, exercido na Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Minas Gerais, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as **informações referentes convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade** estão disponíveis e atualizadas, no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse ó SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Belo Horizonte, 24 de fevereiro de 2014.

DERMEVAL SILVA NETO
320.258.587-87
CHEFE DDA/SFA-MG

DECLARAÇÃO

Eu, LUIZ FERNANDO FERREIRA LEITE, CPF nº 115.070.476-49, Fiscal Federal Agropecuário, exercido na DPDAG/SFA-MG declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as **informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade** estão disponíveis e atualizadas no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse ó SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Belo Horizonte, 25 de fevereiro de 2014.

Luiz Fernando Ferreira Leite
115.070.476-49
Fiscal Federal Agropecuário
DPDAG/SFA-MG

10 PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.

10.1 Relacionamento com a sociedade

O relacionamento da sociedade com a SFA-MG para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, etc. é realizado através de dois canais de atendimento: a Ouvidoria e o Serviço de Informação ao Cidadão ó SIC ó Atendendo a Lei Federal 12.527/2011, que ratifica o acesso à informação pública, como direito fundamental de todo e qualquer cidadão.

Tanto a Ouvidoria, quanto o SIC, utilizam-se de uma Central de Relacionamento gratuita, sob o nº 0800-704-1995, centralizada em Brasília, onde o cidadão entra em contato com um atendente, que transfere a ligação à Ouvidoria ou ao Serviço de Informação ao Cidadão. Todas as demandas são tratadas por meio do Sistema SDM (Ouvidoria)ó Service Desk Manager, e e-SIC (Sistema eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão). O acesso a esses Sistemas também pode ser através do site do Mapa- www.agricultura.gov.br.

A Ouvidoria recebe reclamações, denúncias, representações, sugestões e até elogios sobre os serviços prestados pelo Mapa. Já o SIC atende às solicitações de informações públicas. Os assuntos de interesse da SFA são enviados ao interlocutor (Ouvidoria ou SIC) na Superintendência, para tratamento. De posse da resposta, através do Sistema ele (interlocutor) encaminha à Ouvidoria, ou ao SIC/Mapa, para informar ao interessado o andamento e o resultado das providências adotadas, em relação às manifestações recebidas.

A Ouvidoria do Mapa é a responsável por organizar e interpretar o conjunto das manifestações recebidas e produzir estatísticas indicativas do nível de satisfação dos agentes envolvidos com as atividades sob a competência dos órgãos e entidades da estrutura do Mapa.

11.1 Mecanismos adotados para adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

Os procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, em especial, nas NBC T 16.9 e NBC T 16 foram observados pela Coordenação de Contabilidade da UJ que, em contato permanente com a Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais - CSG a qual foi a responsável por implantar por software de gestão ASI, módulos de patrimônio mobiliário e almoxarifado onde o motivo maior da contratação da empresa Link Data foi exatamente a implantação do módulo de depreciação/amortização. Porém a empresa até 31/12/2013 não concretizou a parte da Amortização, restando à Contabilidade aplicar restrição contábil neste item. A implantação parcial dos bens quanto a depreciação decorreu durante o exercício de 2013 em algumas unidades gestoras. Diante do exposto, esclarece:

a) A UJ está aplicando os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 (somente depreciação dos bens a partir de 2010), porém não está aplicando os dispositivos da NBC T 16.10 quanto as reavaliações e/ou redução ao valor recuperável anteriores a 2010 e a partir de 2010;

b) A CCONT/SPOA expediu à CSG/SPOA a Mensagem SIAFI n° 2013/1998142, em 27/11/2013 solicitando providências imediatas para o atendimento da NBCT 16.10 que refere-se a implantação da Amortização relativa as aquisições de bens intangíveis;

c) A Macrofunção SIAFI Web 02.03.30 orienta que a metodologia a ser adotada para estimar a vida útil econômica de um ativo deve ser:

(1) a capacidade de geração de benefícios futuros;

(2) o desgaste físico decorrente de fatores operacionais ou não;

(3) a obsolescência tecnológica;

(4) os limites legais ou contratuais sobre o uso ou a exploração do ativo.

Nos casos de bens que passaram por reavaliação ou redução a valor recuperável, durante a vida útil do bem, a depreciação, a amortização ou a exaustão devem ser calculadas e registradas sobre o novo valor. Os procedimentos de reavaliação e redução ao valor recuperável não provocam alteração da capacidade de geração de benefícios futuros de um bem, por isso não causam modificação na tabela de vida útil.

Porém a Unidade CSG que contratou a Link Data para implantar o módulo de depreciação/amortização, não providenciou e nem manifestou cronograma para a ação disposta na NBCT 16.10;

d) A metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão utilizado por toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional é o método das quotas constantes;

e) As taxas de depreciação utilizadas para os cálculos são as estabelecidas na Macrofunção SIAFI Web 02.03.30.

11.2 Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis

A referida declaração consta em ANEXOS.

REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRIC. PEC E ABASTECIMENTO ó SFA/MG			130056
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, relativos ao exercício de 2013, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília	Data	31/12/2013
Contador Responsável	ALBERTO JERONIMO PEREIRA	CRC nº	006624/T-8

12 PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.

12.1 Outras informações consideradas relevantes pela UJ

Ao final das informações prestadas acerca da execução física, financeira e orçamentária do ano de 2013 deve-se também comentar sobre a necessidade de aperfeiçoamento e modernização dos procedimentos de fiscalização que possibilitem o seu contínuo aprimoramento, através de iniciativas que contemplem a gestão e a manutenção dos serviços desenvolvidos nas respectivas unidades finalísticas de execução.

Para seu desenvolvimento, as organizações devem sempre primar pela otimização do seu funcionamento a partir da tomada de decisões racionais, fundamentadas no contínuo recolhimento e tratamento da informação, fato esse que contribui para o alcance de seus objetivos e para a plena satisfação de todos os elementos envolvidos no processo. Torna-se imprescindível, portanto a existência de um conjunto de tarefas que busquem garantir a eficiência plena dos recursos disponibilizados pela organização para o alcance das metas pré-determinadas a partir do planejamento prévio e das ações relacionadas à organização, liderança e controle. A execução desse conjunto de tarefas converge para o desenvolvimento de um processo de Gestão de Pessoas, levado a termo pelos gestores dessas organizações com o objetivo de adequar os anseios e as necessidades das pessoas envolvidas no processo.

Diante do iminente esvaziamento do quadro de pessoal que atualmente se verifica em todos os Serviços da SFA/MG, que pouco se tem conhecimento do futuro em relação à renovação do quadro funcional, em especial de Fiscais Federais Agropecuários.

Devido a preocupação gerada pela relevância do tema é também oportuno fazer menção ao teto de recursos financeiros destinados anualmente à SFA-MG, destinado ao custeio de suas despesas por intermédio do PI MANUTSFAS ó Manutenção de Superintendências e cuja influência incide de forma direta em todas as atividades finalísticas da Superintendência.

Finalizando, para a prossecução dos objetivos a alcançar, sob a ótica dos ditames do Plano Plurianual, é necessário que a Organização se encontre com o seu ordenamento humano e financeiro devidamente investido para tal finalidade, de modo que a qualidade da sua gestão apresenta-se como o fator mais significativo na determinação do seu desempenho e do seu sucesso.



PDF
Complete

*Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.*

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)



PARTE B DO ANEXO II DA 127/20136 CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS

PARTE B, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.

No âmbito da SFA-MG o gerenciamento das atividades e atos referentes às multas são realizadas de maneira descentralizada por cada serviço técnico responsável pela aplicação das mesmas, através da inserção e controle de informações no SICAR ó Sistema de Cadastramento de Acesso Remoto ó e autuação de processos administrativos.

A cobrança das multas também é realizada pelos serviços técnicos e, no caso de inadimplência, as informações são remetidos para Procuradoria Geral da Fazenda Nacional ó PGFN ó para apuração de sua liquidez e certeza e posterior inscrição na Dívida Ativa. O registro dos

MULTAS CANCELADAS SUSPENSAS

ANO	VALOR
2011	0
2012	0
2013	0

Fonte: SICAR/Mapa ó Sistema Integrado de Controle de Arrecadação.
Posição em 31/12/2011, 31/12/2012 e 31/12/2013. Dados não cumulativos

MULTAS RECOLHIDAS ó Pagamento Efetuado

ANO	QUANTIDADE	VALOR
2011	772	R\$ 3.069.284,80
2012	699	R\$ 3.350.893,67
2013	766	R\$ 4.024.176,26

Fonte: SICAR/Mapa ó Sistema Integrado de Controle de Arrecadação.
Posição em 31/12/2011, 31/12/2012 e 31/12/2013. Dados não cumulativos

Pagamento Pendente

ANO	QUANTIDADE	VALOR
2011	444	R\$ 4.365.075,37
2012	527	R\$ 2.853.421,61
2013	805	R\$ 5.075.196,16

Fonte: SICAR/Mapa ó Sistema Integrado de Controle de Arrecadação.
Posição em 31/12/2011, 31/12/2012 e 31/12/2013. Dados não cumulativos

PGFN/DÍVIDA ATIVA

ANO	VALOR
2011	R\$ 1.860.324,16
2012	R\$ 1.472.663,94
2013	R 1.557.052,23

Fonte: SICAR/Mapa ó Sistema Integrado de Controle de Arrecadação.
Posição em 31/12/2011, 31/12/2012 e 31/12/2013. Dados não cumulativos

DADOS E CONCLUSÕES

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, ao longo dos seus 154 anos de existência, tem sido um componente de significativa importância para a agricultura brasileira.

Embora não tenha sido o ator principal, entre aqueles que sempre atuaram ao longo da história econômica brasileira os produtores rurais sempre foram os expoentes e sua participação foi decisiva em diversos e cruciais momentos da economia brasileira.

Nos últimos anos surgiram novos desafios para a agropecuária: a expansão da demanda doméstica capitaneada por um maior crescimento e descontração da renda, que promoveu um maior nível de consumo, mas também por um renascimento do consumo de energia limpa.

Acrescente-se ainda, um significativo aumento da demanda externa por proteínas vegetais e animais, configurando-se que nossa agricultura depende do setor externo, uma que dependemos dele para dar sustentabilidade nos preços dos produtos aqui produzidos, bem como para atendimento de nossa demanda de fertilizantes, agroquímicos e de produtos veterinários.

O estado de Minas Gerais, historicamente, sempre se destacou pela importância de suas atividades primárias, principalmente no âmbito das explorações agropecuária e extrativa mineral. Já há algum tempo, o estado exerce a liderança, em relação ao total da produção nacional, na produção de leite, café, batata-inglesa, alho, bem como nas explorações de avicultura de postura, suínos, eqüinos, cana-de-açúcar, tomate, abacaxi, milho, feijão, laranja e outras, algumas com expressão econômica no contexto da balança comercial do estado e do país.

Conforme levantamento de dados da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais, o Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio mineiro deve ter alcançado o valor de R\$149,2 bilhões. A safra total do Estado em 2012/2013 atingiu 12 milhões de toneladas.

No âmbito de suas atribuições, bem como das competências das unidades de apoio e de execução finalísticas, a SFA procurou atender as metas e objetivos previstos nos planos operacionais, entretanto, devido à restrição orçamentária, bem como à carência de Fiscais Federais em algumas áreas, o nível de efetividade não foi totalmente satisfatório.

Algumas restrições sejam de caráter técnico, administrativo, pessoal ou material para alcance dos objetivos estratégicos, que impactam também o aspecto operacional, podem ser verificadas nos Planos de Ação que cada Unidade Finalística ou de Apoio elaborou.

No contexto de suporte administrativo foi evidenciada a carência de pessoal de apoio, haja vista o grande número de servidores que se aposentam, e o baixo número de vagas disponibilizadas em concursos públicos.

As perspectivas de atuação da SFA-MG para o ano de 2014 estão vinculadas aos objetivos traçados no seu Plano Estratégico e ao Plano Plurianual previsto para o período 2012-2015.

ANEXOS

ANEXO 1

AÇÃO 4842 6 ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA 6 FEBREAFTOSA

Para que dar cumprimento à ação, as seguintes atividades foram programadas e realizadas:

Atividade	Programado 2013	Executado 2013	Eficácia (%)	Programado 2014
1**- Supervisionar as ações de Vigilância e erradicação da Febre Aftosa executadas pela Unidade Central do órgão executor.	Indeterminado	1	100	Indeterminado
2**- Supervisionar ações de Vigilância e erradicação da Febre Aftosa executadas pelas Unidades Regionais do órgão executor.	18	07	39	09
3**- Auditar Unidades Locais (UVL) do órgão executor.	45	36	80	27
4**- Auditar Unidades Municipais (EAC) - do órgão executor.	Indeterminado	4	100	Indeterminado
5-Acompanhamento de Missões Internacionais.	Indeterminado	0	-	Indeterminado
6- Auditar outros Serviços Estaduais por solicitação do Departamento de Saúde Animal.	Indeterminado	2	100	Indeterminado
7-Fiscalização de Convênio	13	2	-	Indeterminado
8-Autorizações de Ingresso em Zona Livre de Febre Aftosa com Vacinação.	Indeterminado	5	100	Indeterminado
9-Reuniões/visitas realizadas com o órgão executor.	Indeterminado	3	100	Indeterminado
10-Supervisionar a realização de estudos soroepidemiológicos.	Indeterminado	0	-	Indeterminado
11- Supervisionar as ações do órgão executor nas propriedades rurais.	Indeterminado	4	100	Indeterminado
12**- Supervisionar as ações do órgão executor nas vendas de vacinas contra a febre aftosa.	Indeterminado	9	100	Indeterminado

Observação 1: A não realização da totalidade das ações previstas deveu-se à impossibilidade de realizar deslocamentos devido ao contingenciamento de recursos e principalmente pela aposentadoria e saída de FFA para outras áreas do MAPA sem a devida reposição

lesdobramentos da ação do item 2 - Supervisionar ações de a executadas pelas Unidades Regionais do órgão executor.

ACÇÃO 8658 ó PREVENÇÃO, CONTROLE E ERRADICAÇÃO DE DOENÇAS DOS ANIMAIS ó PCEANIMAL

Principais Sub ações:

Sub ação - Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças da Avicultura

Finalidade: prevenção, erradicação e controle das doenças que compõem o programa nacional de sanidade avícola (pnsa).

Atividades desenvolvidas:

Meta	Programado 2013	Executado 2013	Eficácia %	Programado 2014
1-Controle sanitário e certificação de estabelecimentos.	60	60	100	60
2-Propriedade controlada.	130	109*	84	130
3-Vistoria de granjas avícolas comerciais.	2615	3143	120	2615
4-Cadastro e vistoria de estabelecimentos que comercializam aves vivas	Indeterminado	766	--	Indeterminado
5-Cadastramento de pontos de risco de introdução de doenças	Indeterminado	2593	--	Indeterminado
6-Atendimento a suspeitas de enfermidades (Vigilância ativa e passiva)	Indeterminado	331	--	Indeterminado
7-Registro de estabelecimentos	Indeterminado	497	--	Indeterminado
8- Capacitação de Médicos Veterinários Habilitados	74	26	35	86
9-Participação em Eventos (Palestras, Reuniões, Cursos e Auditorias)	Indeterminado	09	--	Indeterminado
Supervisionar execução do PNSA no órgão executor estadual	04	02	--	02

Indicador: nº de plantéis avícolas certificados pelo PNSA.

Principais resultados:

As atividades de monitoramento e certificação dos plantéis de reprodução foram executadas pelos fiscais federais da SFA-MG e todas as granjas encontram-se certificadas segundo as normas do PNSA. Entretanto, somente atingimos o índice de 84% para a meta propriedade controlada, para a qual ficaram estabelecidas duas vistorias por ano em granjas de reprodução e uma aos incubatórios. Considerando-se que as granjas que exportam material genético demandam vistorias mais freqüentes, fica evidente a dificuldade de atendimento desta meta.

Para 2013 programamos uma visita anual mínima para cada granja comercial, entretanto, considerando-se a necessidade de avaliação destas quanto à adequação às normas para registro, o número de vistorias superou a meta estabelecida. Foram registradas 496 granjas comerciais pelo IMA e 01 granja de reprodução pela SFA-MG. Além do atendimento a todas as notificações de ocorrência de suspeitas de enfermidades (201), foram realizadas 130 colheitas de vigilância ativa

as de reprodução (pelos FFAØ) e 108 em granjas de postura

For programado, para 2013, o treinamento de todo o contingente de médicos veterinários habilitados para emissão de GTA para aves, entretanto realizamos apenas o treinamento dos interessados em novas habilitações, atingindo a eficácia de apenas 35%. Isto foi devido à alteração de nossa estratégia para treinamentos de todo o efetivo a cada dois anos e já havíamos feito um treinamento assim em 2012.

Sub ação - Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças da Suídeocultura

Finalidade: O Programa Nacional de Sanidade Suídea (PNSS) têm como objetivo a vigilância, a profilaxia, o controle e a erradicação de doenças que afetam o plantel nacional de suídeos. Cabe ao MAPA normatizar, implementar, controlar e avaliar a execução das atividades do Programa desenvolvidas pelo Instituto Mineiro de Agropecuário ó IMA, serviço veterinário oficial executor no estado de Minas Gerais.

Atividades desenvolvidas

Atividade	Programado 2013	Executado 2013	Eficácia %	Programado 2014
Granjas certificadas	31	27	87,09	27
Certificar granjas de suínos (certificações realizadas -	62	55 **	88,7	54
Amostras coletadas ¹	17.760	3793	21,35	3350
Amostras coletadas para Sarna	370	360	97,29	380
Tuberculinização comparada de animais ²	8.880	3112	35,04	3150
Controle de vacinação de leptospirose	74	55	74,32	56
Nº de animais acobertados com Certificação	Indeterminado	248333	-	250000
Supervisionar execução do PNSS no órgão executor estadual	02	00	0	02

¹ amostras coletadas: 1640 (monit grsc 1_2013) + 1579 (monit grsc 2_2013) + 574 (125 de vig psc em matadouros + 449 vig psc em gs) = 3793. não houve inquérito em criatórios em 2013. ² tuberculinizações executadas se referem aos monitoramento em grsc.

** a certificação de granjas é feita semestralmente (28 no primeiro semestre e 27 no segundo semestre)

Principais resultados:

Dentre as atividades do programa, as metas de fiscalização de granjas de suínos e de criatórios de suínos foram atendidas, com 37% de granjas vistoriadas apenas no primeiro semestre do ano,

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

na vistoriada nestes estabelecimentos. Com relação aos (estância), 40,23% dos criatórios cadastrados também foram fiscalizados no mesmo período do ano, com 28,15% de população vistoriada (dados do segundo semestre ainda não disponíveis).

As atividades de fiscalização em Granjas de Reprodutores de Suínos Certificadas (GRSC) para fins de renovação de certificação, atividade no ano de 2013 ainda a cargo do SSA/SFA-MG, foram realizadas tendo sido vistoriadas 28 granjas com certificação para 27 delas durante os períodos de março/abril e setembro/outubro. Com relação a estes estabelecimentos, iniciou-se processo de harmonização dos critérios de vistoria, por meio de reuniões técnicas entre os Fiscais Federais Agropecuários envolvidos e implantação de lista de pontos para verificação por ocasião das fiscalizações, incluindo os aspectos previstos na Norma Interna 05/2009. A padronização de critérios de vistoria tem, dentre outros, o objetivo de capacitar adequadamente o IMA para assumir essa atividade a partir de 2015, permanecendo o MAPA como supervisor da execução.

Com vistas à melhoria da participação dos médicos veterinários privados no sistema de vigilância da Peste Suína Clássica (PSC) na zona livre foram realizadas reuniões com a participação de 63,44% dos veterinários habilitados para emissão de Guias de Trânsito Animal (GTA) para suínos, reforçando suas responsabilidades nos sistemas de vigilância da doença e de informação zoonosológica, esclarecendo melhor sua inserção no PNSS. Da mesma forma, a capacitação de novos veterinários habilitados (21 novas habilitações no ano de 2013) deu maior ênfase às responsabilidades desses atores nos sistemas de vigilância e informação zoonosológica e sua participação no PNSS, além das orientações sobre procedimentos para emissão de GTAs.

O monitoramento em criatórios de suínos, atividade parte do sistema de vigilância na zona livre de PSC, com coletas realizadas entre setembro e dezembro de 2012, e finalizado em 2013, contou com a participação de 320 criatórios amostrados e 1353 amostras coletadas. O monitoramento concluiu pela ausência de circulação do vírus da peste Suína Clássica, confirmando a condição do estado de livre da doença.

Sub ação - controle e erradicação da tuberculose e brucelose

Finalidade: diminuir o impacto negativo da tuberculose e da brucelose na saúde comunitária, elevar a produtividade dos rebanhos bovinos e promover a competitividade da pecuária nacional.

Atividades desenvolvidas

Metas	Programado 2013	Realizado 2013	Eficácia %	Programado 2014
1-Propriedade atendida vacinação	230.524	215.596	94	231.210*
2-Bezerras vacinadas	2.428.065***	1.791.153	74	2.423.826**
3-Capacitação técnica realizada (curso de métodos de diagnósticos e controle da brucelose e tuberculose).	07	05	71	07
4-Médicos Veterinários capacitados	105	85	81	105
5-Propriedades certificadas como livres para brucelose e tuberculose	Indeterminado	49	100	Indeterminado

Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features

	Indeterminado	48	100	Indeterminado
7- Avaliação e Sacrificio de Animais	Indeterminado	387	100	Indeterminado
8-Fiscalização de Médicos Veterinários habilitados no PNCEBT	40	40	100	15
9- Supervisionar execução do PNCEBT no órgão executor estadual	02	04	100	02

*: número total de propriedades com bovinos e bubalinos cadastradas no IMA com fêmeas em idade vacinal (referência vacinação FA Maio/2013 - Sidagro); **: nº de fêmeas de 0 a 12 meses (referência vacinação FA Maio/2012 - Sidagro); ***: dado alterado de 2.535.064 para 2.428.065.

Indicador: Nº de Estabelecimentos Certificados como Livres ou Monitorados para Brucelose e Tuberculose Bovina e Bubalina.

Principais resultados

Neste ano foi realizado o estudo epidemiológico da tuberculose, uma das principais metas da Coordenação Nacional do Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal (PNCEBT). O objetivo dessa meta é auxiliar as Unidades Federativas na planificação de estratégias e ações de controle e erradicação da tuberculose bovina. Com base neste trabalho, serão fornecidos subsídios para melhor coordenação e execução do Regulamento Técnico do PNCEBT. Seus objetivos específicos são: (1) estimar a prevalência e distribuição geográfica de propriedades com bovinos reagentes à tuberculina; (2) estimar a prevalência de animais reagentes à tuberculina e; (3) identificar tipos de criação, práticas de manejo e fatores de risco que possam estar associados à presença da tuberculose nas diferentes Unidades Federativas do país e em seus diferentes estratos. O estado de Minas Gerais foi dividido em 7(sete) estratos como definido no Estudo Epidemiológico da Brucelose (realizado entre 2011 e 2012). Cada qual representa uma realidade epidemiológica distinta e, praticamente, independente. A fim de atingir os objetivos, foram amostradas fêmeas acima de 24 meses de um total de 2.185 propriedades, que participaram também do levantamento de brucelose. Além da realização das provas de tuberculinização, foi aplicado o questionário epidemiológico da tuberculose bovina. O estudo foi feito a campo por médicos veterinários do órgão estadual (IMA), treinados nos cursos do PNCEBT e nos cursos específicos para esse estudo, no total de 60 (sessenta) participantes distribuídos em 3 (três) cursos distintos. Todos os cursos tiveram participação e supervisão pelo SSA, assim como as atividades a campo. Aqueles animais positivos para tuberculose foram sacrificados e os proprietários, caso tivessem interesse, podiam ser indenizados pelo governo estadual e federal, desde que seguissem os procedimentos previstos na Lei nº 569/48 e Decreto nº 27.932/50. Cabe esclarecer que a realização do estudo foi feita com recursos do governo federal, por meio do convênio plurianual 2011-2015 entre IMA e MAPA. Os trabalhos a campo foi realizados de abril a julho de 2013. Até o fim de dezembro, o estudo estava na fase de lançamento de dados na plataforma da USP, desenvolvida especificamente para este fim.

A demanda por indenização pelo MAPA, em conformidade com a Lei 569, de 21 de dezembro de 1948 e o Decreto 27.932, de 28 de março de 1950, com a possibilidade de indenização parcial de ¼ do valor do animal após a avaliação dos animais requeridos pelo proprietário de animais com diagnóstico positivo para tuberculose, tem aumentado a cada ano. Em 2013, foram avaliados e sacrificados 387 animais positivos, relacionados a 38 diferentes proprietários/propriedades requerentes. Deste montante, 19 (dezenove) produtores participaram do inquérito de tuberculose. Infelizmente, apesar de todo empenho desta SFA e do DSA-MAPA em priorizar o andamento destes processos, o tempo de espera dos animais positivos mantidos em quarentena até avaliação e sacrifício é grande e de fato são necessárias reformas na legislação para melhorar a eficácia destes processos e, conseqüente, maior aprovação do cliente, como já mencionado nos relatório de gestão de anos anteriores.

dades do Programa Nacional de Controle e Erradicação da EBT) são executadas por setores da iniciativa privada, e não na definição de metas da Coordenação Nacional a serem realizadas pelas SFAs, este SSA decidiu, como nos anos anteriores, por realizar fiscalizações daqueles profissionais que tem papel fundamental para eficácia do PNCEBT, ou seja, os médicos veterinários habilitados. Estas supervisões, no total de 40, sinalizaram, como verificado em 2009/2010/ 2011/2012, a necessidade de manter maior controle das ações dos habilitados por parte do IMA e do MAPA. Considerando que no estado de Minas Gerais, há atualmente 868 médicos veterinários atuando no PNCEBT e que há poucos FFAs para realizar as fiscalizações destes profissionais e pelo fato do IMA ter inúmeras unidades locais que atendem aos diversos municípios nos quais os veterinários estão localizados, resolvemos em comum acordo repassar esta atividade a esse órgão, a fim de intensificar as supervisões e o contato com os habilitados. Serão realizadas em 2014 as reuniões para definirmos como esta atividade será repassada e treinar os multiplicadores e executores.

A fim de melhorar a atualização dos médicos veterinários que têm interesse em atuar no PNCEBT, foi realizada neste SSA reunião com os coordenadores das instituições reconhecidas pelo MAPA para ministrar cursos de Treinamento em Métodos de Diagnóstico e Controle da Brucelose e Tuberculose Animal e de Noções em Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis - EET. O objetivo foi repassar a eles as irregularidades verificadas na atuação pelos habilitados com base nas auditorias realizadas pelo MAPA e IMA, da necessidade de darem mais ênfase às aulas práticas de brucelose e tuberculose e discutir sugestões para melhoria dos cursos a serem encaminhadas à Coordenação Nacional. Como resultado, foi elaborado um banco de provas, que aguarda parecer do Departamento de Saúde Animal.

Apesar disso, a demanda por cursos para treinamento no PNCEBT foi pequena este ano. Foram programados 8 (oito) e cancelados 5 (cinco), sendo treinados 85 médicos veterinários. Por outro lado, foram habilitados no estado, 48 (quarenta e oito) médicos veterinários para atuarem no PNCEBT. É provável que alguns destes profissionais tenham feito o treinamento em instituições de ensino em Minas Gerais, mas se habilitaram em outros estados ou ainda não providenciaram a infra-estrutura para atuarem no PNCEBT. Foi agendado acompanhamento pelo serviço oficial do curso oferecido pela FAZU/UNIUBE, em setembro de 2013, contudo foi cancelado pela instituição de ensino. Como havia ainda um curso agendado para novembro na Embrapa Gado de Leite, solicitamos recurso ao DSA, contudo, a liberação ocorreu em data posterior ao período agendado pela instituição de ensino para ministrar o curso aos médicos veterinários. Logo, não foi possível realizar esta atividade.

Em 2013, infelizmente, o projeto iniciado em 2010 de estímulo à certificação de propriedades livres e monitoradas para brucelose e tuberculose, em parceria com SIPOA/DDA/SFA-MG, com o objetivo de aumentar o número de propriedades certificadas ou monitoradas das regiões produtoras de queijos tipo Minas artesanais tradicionalmente elaborados a partir de leite cru, não progrediu; em virtude da publicação da IN 30, de 07 agosto de 2013. Tal norma retirou a obrigatoriedade da certificação destas propriedades.

Um pecuarista pioneiro na certificação de bovinos em Minas Gerais entrou com solicitação de uma norma complementar ao regulamento do PNCEBT (IN SDA N° 6/2004), a fim de se permitir a certificação como livres de brucelose e tuberculose, daqueles estabelecimentos povoados exclusivamente com animais provenientes de propriedade livre. O SSA/DDA/SFA-MG, entendendo que tal iniciativa era pertinente, encaminhou documento com parecer favorável que foi prontamente atendido pela Coordenação Nacional do PNCEBT em Brasília. Sendo assim, foi aprovada Nota Técnica do MAPA que descreve os procedimentos que deverão ser adotados na certificação nestes casos. A expectativa é que tal iniciativa incentive mais pecuaristas a adotarem a certificação de seus rebanhos, uma vez que a segurança alimentar é uma das metas mais importantes para a saúde de todos os brasileiros.

Em relação ao número de propriedades atendidas com vacinação e número de bezerras vacinadas contra brucelose, ressalta-se, que o índice mínimo de 80% para vacinação de bezerras não foi alcançado. A gerência do IMA elaborou em 2012 um relatório com análises dos índices de

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

pridas pelos escritórios seccionais para aumentar o índice de
m os veterinários autônomos visando mostrar e discutir os
objetivos do programa, propor aos vacinadores que adotem linha de vacinação; aumentar o número
de vacinadores do PASA; escritórios deverão preparar e analisar seu Ponto de Corte ideal que
separa os médios e grandes produtores dos pequenos; confeccionar a listagem de criadores faltosos
no início dos meses de Maio e Novembro, distribuindo-as para os veterinários autônomos
credenciados para o Programa; impedir o fornecimento de leite pelos criadores faltosos através de
envio de listagem aos laticínios e aplicação de multas aos faltosos, conforme determina a legislação
vigente tanto para proprietários quanto para laticínios e cooperativas; não emitir GTA para os
criadores faltosos, conforme legislação vigente; adotar sistematicamente a fiscalização de trânsito,
especialmente nos leilões. Vale destacar que a atualização do SIDAGRO de forma a fornecer a
listagem de criadores inadimplentes confiável é necessária para auxiliar nos trabalhos dos
escritórios e a aplicação de medidas punitivas aos laticínios e produtores precisa ser efetiva em
todos os escritórios.

Este serviço acompanhou as duas missões das autoridades veterinárias da União Aduaneira,
ocorridas em julho e novembro no estado de Minas Gerais. Foram auditados estabelecimentos de
abate habilitados, unidades locais de defesa sanitária animal do estado e propriedades rurais. Em
relação às doenças brucelose e tuberculose, não houve impedimentos por parte dos serviços de
defesa sanitária animal federal e estadual, à primeira missão. Em relação à segunda, ainda não há
informações.

Sub ação - controle da raiva dos herbívoros e prevenção da encefalopatia espongiforme bovina - Doença da Vaca louca - PNCRH

Finalidade: Reduzir a incidência da raiva em herbívoros e manter vigilância ativa da Encefalopatia
Espongiforme Bovina (EEB).

Atividades Desenvolvidas

Atividade	Programado 2013	Realizado 2013	Eficácia %	Programado 2014
1-Fiscalizações realizadas	36	34	94	36
2-Bovinos vacinados contra raiva	14.280.000 (60% do rebanho de 2012)	16.458.108	115,3	14.448.695 (60% do rebanho de 2013)
3-Amostras coletadas para EET em ruminantes (em relação às amostras coletadas para raiva)	100% das amostras coletadas para raiva, na faixa etária × 24 meses.	85 (2) (187 para raiva)	45,45	100% das amostras coletadas para raiva, na faixa etária × 24 meses.
4-Morcegos hematófagos capturados e tratados	5000 (1)	5540	110,8	5078 (1)
5-Amostras de frigoríficos encaminhadas diagnóstico de EEB	Indeterminado	522		Indeterminado
6-Fiscalizações de alimentos de ruminantes, em propriedades rurais	32 (determinação do DSA)	70	218,75	Aguardando determinação do DSA/CGAL
7- Supervisionar execução do PNCRH no órgão executor estadual	02	02	100	02

*População de bovinos de MG (dados do IMA, em dez/2013): 24.081.159

(1) - Média dos 3 anos anteriores.

(2) ó dados do LSA-IMA, em 31/01/2013.

Indicador: 1 ó índice de vacinação contra raiva bovina

Principais resultados:

O índice de vacinação contra a raiva, no rebanho mineiro em 2013, foi alto e considerado satisfatório para prevenir a raiva dos herbívoros, mesmo essa vacinação não sendo obrigatória em MG. Contudo, é ainda necessário aumentar as atividades de captura de morcegos hematófagos, vistoria e cadastramento de abrigos, visando diminuição da população desses morcegos. Considera-se que as ações de captura têm sido realizadas em quantitativo menor que o necessário, para um efetivo controle da raiva no Estado. Com a dificuldade em controlar as populações de morcegos hematófagos, ainda faz-se necessário que sejam gastos, pelo produtor rural, muitos recursos com vacinação para garantir o controle da raiva em seu rebanho. A vacinação deve continuar em índice mínimo de 60% do rebanho mineiro, por sua importância na prevenção da raiva.

Foi obtido um total de 632 amostras de tronco encefálico de bovinos para diagnóstico da EEB (522 amostras de bovinos destinados ao abate de emergência, coletadas por FFAAs, e 110 amostras coletadas por veterinários do serviço veterinário oficial e por autônomos). Foram realizados 416 exames em amostras de SNC para diagnóstico de raiva no ano de 2013, pelo laboratório do IMA, sendo que 187 pertenciam às categorias passíveis de teste para EET (bovinos com idade igual ou superior a 24 meses de idade). Dessas 187 amostras, 69 foram também encaminhadas em formol e mais 16 amostras em formol para histopatologia. Assim, pode ser entendido que a vigilância epidemiológica dessa enfermidade (õdoença da vaca louca) tem sido feita em Minas, em bovinos considerados de maior risco sanitário (bovinos destinados ao abate de emergência e com sintomatologia nervosa, a campo). Para todos os casos de animais com sintomatologia nervosa, acima de 24 meses de idade, devem ser coletadas amostras também para histopatologia específica para EEB. Então, faz-se necessário o incremento do número de coletas a campo para diagnóstico também da EEB, além da raiva. Contudo, observa-se que foi houve um ligeiro incremento, em relação ao ano anterior, na porcentagem de amostras coletadas para EEB em 2013. Deve ser mantida a vigilância epidemiológica ativa da EEB em MG, envolvendo veterinários autônomos e oficiais.

A vigilância ativa da EEB, em atividades realizadas em frigoríficos e em relação ao ano anterior, contou com aumento considerável no número de amostras (377 amostras em 2012) coletadas por FFAAs de MG, de tronco encefálico de bovinos destinados ao abate de emergência.

Foram realizadas 70 fiscalizações em propriedades rurais, visando vigilância e atendimento à Instrução Normativa (IN) 08/2010, a qual proíbe alimentar ruminantes com subprodutos de origem animal, como forma de prevenção da EEB. Apesar do cronograma de fiscalizações de alimentos de ruminantes estipulado pelo DSA ter sido fixado em 32 fiscalizações, foram feitas 38 fiscalizações a mais que o previsto, seguindo as determinações da IN 41/2009. Houve coleta de 21 amostras de produtos destinados à alimentação de ruminantes, suspeitos de conterem proteínas ou gorduras de origem animal (proibidos na alimentação de ruminantes), em propriedades rurais de municípios mineiros, para análise no LANAGRO-MG. Essas ações visam manutenção de vigilância ativa dos alimentos fornecidos aos ruminantes, prevenção e ausência de EEB em MG. Nessas 21 amostras foi comprovado o uso de proteína de origem animal na alimentação de ruminantes e determinado que os bovinos que tiveram acesso a alimento proibido fossem encaminhados ao abate ou destruição, conforme estabelece a legislação em vigor. Dentro do prazo estabelecido pela IN, alguns bovinos serão abatidos em 2014 e, em 2013, foram abatidas 924 cabeças de bovinos que ingeriram alimento proibido em MG. Parte dos recursos financeiros previamente calculados para diárias mensais em 2013, visando atendimento de demandas na fiscalização de alimentos destinados a ruminantes, em propriedades rurais, não foram utilizados, uma vez que o IMA executou aquelas atividades.

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

3: essa vigilância é mantida através de diagnóstico realizado em tronco enceranico de bovinos que apresentaram sintomatologia nervosa e de bovinos destinados ao abate de emergência (histopatologia em laboratório credenciado pelo MAPA e imunohistoquímica para EETØ no LANAGRO-PE). Além de coibir o uso indevido de proteína animal na alimentação de ruminantes, a fiscalização dos alimentos fornecidos a bovinos, em propriedades rurais, é realizada com a intenção de se quebrar o ciclo que poderia determinar o aparecimento da òvaca loucaõ no país. Essas ações são recomendadas pela Organização Mundial de Saúde Animal ó OIE e visam prevenção e vigilância da EEB, para garantir pecuária nacional livre de òvaca loucaõ e evitar riscos para a saúde pública, com oferta de produtos de origem animal de boa qualidade sanitária.

2- Controle da raiva dos herbívoros: o programa de controle da raiva dos herbívoros no plantel mineiro é feito tendo como base a vacinação e a captura de morcegos hematófagos. Sendo a raiva doença fatal, é imprescindível que se trabalhe com a prevenção, através da vacinação e redução das populações de morcegos hematófagos, através das atividades de captura. A tendência é que sejam intensificadas as atividades de captura de morcegos hematófagos nas áreas de maior risco em Minas Gerais, bem como o número de abrigos de morcegos cadastrados e trabalhados, especialmente nas áreas caracterizadas como de maior risco, a fim de se conseguir controle mais eficiente da doença no Estado.

Sub ação - Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças da Equídeocultura

Atividades desenvolvidas

Atividade	Programado 2013	Executado 2013	Eficácia %	Programado 2013
1-Reuniões da CECAIE	Indeterminado	0	0	Indeterminado
2-Cursos	Indeterminado	2	100	Indeterminado
3-Palestras	Indeterminado	2	100	Indeterminado
4-Nº Propriedades Exam. AIE	Indeterminado	15.430	100	Indeterminado
5-Nº de Animais Exam. AIE	Indeterminado	56.644	100	Indeterminado
6-Nº de Animais Positivos AIE	Indeterminado	181	100	Indeterminado
7-Nº Propr. Exam Mormo	Indeterminado		100	Indeterminado
8- Nº Animais Exam Mormo	Indeterminado	42.979	100	Indeterminado
9 ó Nº Animais Positivos Mormo	Indeterminado	19	100	Indeterminado
10- Supervisionar execução do PNSE no órgão executor estadual	04	0	0	02

Principais resultados:

Durante o ano de 2013, o PNSE no SSA/MG teve mudanças na equipe responsável, devido à aposentadoria de pessoal, tendo, entretanto, mantido as suas atividades em caráter normal. Em 2013 não foram realizados cursos para habilitação de médicos veterinários para emissão de GTA para equídeos, uma vez que a principal professora colaboradora na UFMG não se encontrava no Brasil. Diante disso, contatos foram feitos com outras instituições e profissionais para a organização de curso em 2014. Foram realizados dois cursos para Responsáveis Técnicos de laboratório de Anemia Infecciosa Equina, nos quais houve participação do SSA.

A adoção das ações frente a casos de AIE e mormo foi realizada de forma coordenada junto ao IMA e aos laboratórios credenciados e LANAGROS, tendo sido realizadas duas reuniões junto ao IMA para proporcionar maior conhecimento com o novo responsável pelo PNSE no SSA/MG.

Sub ação ó Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças dos Bovídeos.

Finalidade: controle de resíduos biológicos

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

Atividade	Programado 2013	Executado 2013	Eficácia %	Programado 2013
Amostras Substância anabolizante I	73	40	55	Indeterminado
Amostras Betagonistas 2	73	40	55	Indeterminado

Principais resultados:

O gestor responsável por esta atividade no SSA não recebeu nenhum treinamento por parte da coordenação. A atividade de coleta de urina em bovinos vivos vinha sendo realizada por fiscais SSA em anos anteriores e foi realizada por fiscais lotados no SSA até abril de 2013, por determinação do chefe da Divisão de Defesa Agropecuária. Em março foram coletadas seis amostras e em abril 12 amostras, utilizando recursos do PI PCEANIMAL para o deslocamento dos fiscais que realizaram esta atividade. Após o recebimento do Of. GAB/DAS nº 131/2013 de 29/04/2013 e do Memo 169/2013-DSA de 08/04/2013 a atividade de coleta de urina passou a ser acompanhada pelo DDA e paga pelo PI RESIDUOS. A partir de outubro de 2013 a atividade não foi realizada por falta de fiscais disponíveis para a execução da atividade e depois disto por falta de renovação do contrato com o laboratório Microbióticos, que realizava a análise das amostras.

ANEXO 2

Unidade Apícola ó PNSAp

O órgão estadual de defesa animal de Minas Gerais não realizava qualquer atividade de vigilância sanitária relacionada ao PNSAp. Em virtude disto o SSA/SFA-MG verificou que era necessário a realização do I Curso de Treinamento de Sanidade Apícola em Minas Gerais. Porém, a solicitação de recurso não pode ser atendida pelo DSA/MAPA e com isso ficamos impossibilitados de treinar os fiscais estaduais e federais para as atividades relacionadas ao programa.

O DSECOA/CGDC/DSA tem ciência da urgência na estruturação do PNSAp em Minas Gerais. O SSA-MG comunicou por mais de uma vez sobre a urgência da capacitação de fiscais para controle da atividade apícola. O crescimento da exportação de produtos apícolas é uma realidade.

A exportação via aeroporto de Confins para USA, China, Japão, Tailândia, Coreia, Vietnã, entre outros, ocorre em fluxo contínuo. A avaliação do SSA-MG é de que a ausência dos serviços de vigilância relativos ao PNSAp representa alto risco à prestação de serviços do MAPA, dado que a emissão de certificados sanitários de livre de doenças para fins de exportação, até o momento, é baseada exclusivamente na ausência de registro de doenças, sem qualquer vinculação com nossos serviços de fiscalização da atividade.

O cadastro de apicultor é uma atividade que está contemplada no Convênio IMA/MAPA cuja execução será de dezembro de 2013 a dezembro de 2014, pela importância econômica e o crescimento da atividade. Entretanto, entendemos que a deficiência na capacitação técnica dos fiscais federais e estaduais é o fator mais limitante para estruturação do PNSAp-MG.

AÇÃO 8572: PREVENÇÃO, CONTROLE E ERRADICAÇÃO DE PRAGAS DOS VEGETAIS

Sub-Ação: Sistema Nacional De Alertas Fitossanitários (Estação De Avisos)

Emissão mensal de Boletins de Avisos Fitossanitários nas estações de Varginha, Carmo de Minas, Boa Esperança, Patrocínio e Araxá, Muzambinho e Araguari. Os dados disponibilizados mensalmente aos técnicos responsáveis pela assistência técnica e cafeicultores abrangem mais de 60% da área cultivada contribuindo para o manejo adequado das pragas do cafeeiro e conseqüente redução do custo da produção, com ganhos sócio-econômico e ambiental.

Sub-Ação: Prevenção e Controle de Pragas da Banana ó Sigatoka Negra

A Sigatoka Negra, causada pelo fungo *Mycosphaerella fijiensis*, representa uma das principais pragas da bananeira, onde ocorrem condições climáticas favoráveis e cultivo de variedades susceptíveis. Em regiões quentes e úmidas a praga reduz em até 100% a produção de variedades susceptíveis, se nenhuma medida de controle é realizada. Trabalhos de vigilância fitossanitária em Minas Gerais foram intensificados, tendo sido realizados levantamentos fitossanitários que resultaram na detecção dos primeiros focos da doença em 2004 nos municípios de Piranguçu, Cristina e São José do Alegre, na região Sul de Minas. Atualmente, de acordo com relatórios do IMA ó Instituto Mineiro de Agropecuária, a praga ocorre em 16 municípios (Barão de Cocais, Bom Jesus do Amparo, Caeté, Cristina, Coronel Pacheco, Gonçalves, Igarapé, Juiz de Fora, Maria da Fé, Nova União, Piau, Piranguçu, Rio Pomba, Sabará, São José do Alegre e Taquaraçu de Minas). As macro-regiões: Noroeste de Minas, Norte de Minas, Triângulo Mineiro / Alto Paranaíba e Vale do Jequitinhonha encontram-se livres de Sigatoka Negra, com base nos levantamentos fitossanitários realizados pelo IMA desde 2004, de acordo com a Instrução Normativa nº 17 de 31 de maio de 2005.

Essas áreas foram reconhecidas como livres pelo MAPA, de acordo com as instruções Normativas nº 59 de 20 de outubro de 2006 e, nº 71 de 29 de dezembro de 2006 e nº 26 de 10 de Novembro de 2013, perfazendo uma totalidade de 106 municípios. A partir da detecção do primeiro foco da praga em Minas Gerais em junho de 2004, foram intensificados os trabalhos de prevenção e

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

Normativa nº 17/2005. O Serviço de Sanidade Vegetal passou de manutenção das áreas livres e aplicação do Sistema de mitigação de Risco, bem como a aplicação de demais medidas fitossanitárias objetivando a prevenção e controle da praga. Em 2013 não houve detecção de nenhum foco da praga no Estado de Minas Gerais. 207 Unidades de Produção cadastradas no Sistema de mitigação de Risco de Sigatoka-negra possibilitando o comércio de banana para locais onde não ocorre a praga. O objetivo do Estado é a mudança da situação da praga com o reconhecimento do Status de Unidade da Federação sem ocorrência da praga.

Sub-ação - Prevenção e Controle de Pragas da Madeira

Em 2013 os trabalhos de monitoramento da praga com a instalação de árvores armadilhas foram realizados nas regiões produtoras de pinus no Estado visando à prevenção da praga (áreas indenens). Oficialmente, a praga encontra-se presente nos municípios de Camanducaia, Lavras e Uberlândia no Estado de Minas Gerais.

ANÁLISE QUALITATIVA/INDICADOR DE DESEMPENHO

O objetivo da ação foi alcançado evitando a disseminação da praga no Estado.

Indicador de Desempenho (ID) = $\frac{\text{N}^\circ \text{ de municípios com registro de focos} \times 100}{\text{N}^\circ \text{ de municípios do Estado}}$

$$\text{I.D}(\%) = \frac{03 \times 100}{863} = 0,35$$

Resultado: 0,35% dos municípios do Estado estão contaminados. Em relação a 2012 A situação da praga foi mantida não havendo detecção de novos focos.

Sub-ação - Prevenção e controle da ferrugem asiática da soja

De acordo com a Instrução Normativa Nº 02 de 29/01/2007 foi criado, pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o Programa Nacional de Controle da Ferrugem Asiática da Soja (PNCFS). Como medida deste programa, o Instituto Mineiro de Agropecuária ó IMA, instituiu no Estado o Vazio Sanitário para a cultura da soja, conforme Portaria nº 854 de 19/06/2007, determinando a obrigatoriedade do cumprimento deste vazio sanitário, no período de 01 de julho a 30 de setembro de cada ano. Essa medida de manejo tem por objetivo retardar o surgimento da praga na safra seguinte com a quebra do seu ciclo e redução na fonte de inoculo. Nesse período, o IMA fiscalizou o cumprimento do vazio sanitário nas principais regiões produtoras de soja no Estado. Foram realizadas 632 fiscalizações, abrangendo uma área total de 200.182,6 ha, sendo emitidas 104 notificações e 03 autos de infração.

ANÁLISE QUALITATIVA/INDICADOR DE DESEMPENHO

A aplicação das medidas de prevenção e controle estabelecidas pelo Plano Nacional de Controle da Ferrugem Asiática da Soja, tendo como destaque o cumprimento do vazio sanitário para a cultura da soja, resultou na manutenção da Ferrugem sob controle, com a redução das perdas provocadas pela praga.

Indicador de Desempenho (ID) = $\frac{\text{Propriedades em conformidade} \times 100}{\text{Propriedades fiscalizadas}}$

$$\text{I.D}(\%) = \frac{528 \times 100}{632} = 83,54 \%$$

Sub-ação ó Prevenção e controle de pragas do algodoeiro

icudo do Algodoeiro ó PNCB, foi instituído pelo Abastecimento ó MAPA, por meio da Portaria Nº 44 de 29/07/2008. O programa visa ao fortalecimento do sistema de produção agrícola do algodão, congregando ações estratégicas de defesa sanitária vegetal com suporte da pesquisa agrícola e da assistência técnica na prevenção e controle da praga. A Portaria Nº 1019, de 13 de outubro de 2009, alterada pela Portaria nº 1136, de 10 de maio de 2011, estabelece procedimentos para o vazio sanitário do algodão no Estado de Minas Gerais, obrigatório no período de 20 de setembro a 20 de novembro de cada ano. O vazio sanitário para a cultura do algodão é a principal medida fitossanitária para o controle da praga. Tem por objetivo retardar o surgimento da praga na safra seguinte, com a descontinuidade do seu ciclo. Visando a garantir o cumprimento dessa medida, o IMA, sob supervisão do SSV, realizou 91 fiscalizações em uma área total de 31.184 hectares, tendo sido emitidas 18 notificações e nenhum auto de infração.

ANÁLISE QUALITATIVA/INDICADOR DE DESEMPENHO

O resultado da ação é a manutenção da praga sob controle, viabilizando o cultivo de algodão no Estado, tendo como principal medida o cumprimento do vazio sanitário para o algodão.

Indicador de Desempenho = $\frac{\text{Propriedades em conformidade} \times 100}{\text{Propriedades fiscalizadas}}$

$$\text{ID (\%)} = \frac{73 \times 100}{91} = 80,2$$

Sub-ação: Prevenção e controle de pragas dos citros

Cancro cítrico

Em 2013 foram realizados levantamentos da praga e reinspeções nas propriedades contaminadas. Oficialmente a praga encontra-se presente nos municípios de Planura e Frutal, no Estado de Minas Gerais.

ANÁLISE QUALITATIVA/INDICADOR DE DESEMPENHO

Indicador de desempenho = $\frac{\text{Nº de municípios contaminados} \times 100}{\text{Nº de municípios do estado}}$

$$\text{Indicador de desempenho} = \frac{02 \times 100}{863} = 0,23$$

Resultado: 0,23% dos municípios do Estado estão contaminados. Não houve alteração na situação da praga no estado m relação a 2012.

Huanglongbing (õGreeningõ)

Para o atendimento dos objetivos dessa atividade foram realizadas supervisões dos trabalhos executados pelo IMA, em atendimento a Instrução Normativa nº 53/2008 nas áreas de ocorrência da praga. Houve um aumento da disseminação da praga. Em 2013 a praga estava presente em 20 municípios do Estado: Monte Santo de Minas, Guaxupé, São Sebastião do Paraíso, Carmo do Rio Claro, Fortaleza de Minas, Campanha, Guaranésia, Alterosa, Frutal, Uberaba, Conceição das Alagoas, São Pedro da União, Andradas, São Gonçalo do Sapucaí, Nepomuceno, Perdões, Cambuquira, Botelho, Muzambinho e Três Corações totalizando 20 municípios contaminados. O controle efetivo da praga somente pode ser conseguido se realizado regionalmente e com a rigorosa aplicação das normas vigentes, tanto pelos produtores como pelos RTs, pela fiscalização do IMA e

cluindo os trabalhos de educação sanitária específica para a ados.

ANÁLISE QUALITATIVA/INDICADOR DE DESEMPENHO

Indicador de desempenho = $\frac{\text{N}^\circ \text{ de municípios contaminados} \times 100}{\text{N}^\circ \text{ de municípios do estado}}$

Indicador de desempenho = $\frac{20 \times 100}{863} = 2,31$

Resultado: 2,31% dos municípios do Estado estão contaminados. Em relação a 2012 houve um aumento de 1,74% para 2,31%.

Pinta Preta ou Mancha Negra dos Citros

Para o atendimento dos objetivos dessa atividade foram realizadas supervisões dos trabalhos executados pelo IMA, em atendimento às Instruções Normativas n°s 03/2008 e 01/2009 nas Unidades de Produção ó UPs cadastradas visando a exportação de frutos õin naturaõ. As inspeções foram realizadas nos municípios de Comendador Gomes e Frutal no Triângulo Mineiro. Foram cadastradas 70 UPs na Fazenda Rio Verde em Comendador Gomes/MG, sendo habilitadas para exportação 20 UPs e 01 UP foi desabilitada pelo teste de indução de sintomas. Na Fazenda Vale Verde em Comendador Gomes/MG foram cadastradas 67 UPs, sendo habilitadas para exportação 42 UPs e 07 UPs foram desabilitadas pelo teste de indução de sintomas e 02 UPs foram desabilitadas pela inspeção final do IMA pela presença da praga no campo. Na fazenda Santa Rita no município de Frutal foram cadastradas 28 UPs, sendo 04 UPs habilitadas para exportação e 04 UPs desabilitadas pelo teste de indução de sintomas.

Não ocorreram interceptações da praga em frutos provenientes de Minas Gerais no *packing house* da empresa CUTRALE em Araraquara/SP. Todas as UPs cadastradas e com resultados do teste de indução negativo para a praga foram inspecionadas pelo IMA.

Morte Súbita dos Citros

Para o atendimento dos objetivos dessa atividade foram realizadas supervisões e verificou-se o fiel cumprimento da IN n° 16/2003. A praga continua restrita ao Triângulo Mineiro e sob controle por parte dos produtores.

Sub-ação - prevenção e controle de pragas da videira

Nas supervisões foi verificado que o órgão de defesa estadual (Instituto Mineiro de Agropecuária ó IMA) tem inspecionado não somente as áreas onde ocorreram os focos em 2005, mas também lavouras comerciais nos municípios circunvizinhos. Foram realizados levantamentos em 61 municípios em 2013, sendo detectada a ocorrência da praga no município de Pirapora. O foco da praga foi erradicado visando evitar a sua disseminação no Estado.

Sub-ação: prevenção e controle de pragas das cucurbitáceas

O Sistema de Mitigação de Risco (SMR) tem sido efetivo no atendimento do nível de segurança fitossanitária exigido pelos países importadores. Prova disso é que nunca houve notificação de interceptação de *Anastrepha grandis* em partidas de cucurbitáceas. Em 2013 foram inscritas oito UPs no SMR, totalizando 214 hectares, com estimativa de produção de 5.030 toneladas. Entretanto, foram efetivamente exportadas 1.770 toneladas de cucurbitáceas, sendo 298 toneladas para a Argentina, amparadas por 9 Certificados Fitossanitários (CF) emitidos pelo SSV/DDA/SFA-MG e 1.472,2 toneladas para o Uruguai, amparadas por 55 Permissões de Trânsito de Vegetais (PTV) emitidas pelo IMA.

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

ESEMPENHO

O SSV supervisionou todo o processo de cadastramento de produtores e unidades de produção, monitoramento da praga e certificação de origem, além da fiscalização efetuada pelo IMA, não tendo sido constatadas irregularidades. Não houve rechaços por parte dos países importadores.

Indicador: conformidade fitossanitária nas exportações

$$CF = 1 - \frac{(PC - PR)}{PC}$$

onde CF = conformidade fitossanitária nas exportações; PC = nº partidas certificadas; PR = partidas internalizadas pelos países importadores sem notificações de inconformidades relacionadas com *A. grandis*.

(melhor: zero ou próximo de zero)

$$CF = 1 - \frac{(64 - 0)}{64} = 0$$

ANEXO 3

AÇÃO 2140 - FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE USO VETERINÁRIO - FISPROVET

Outras ações relacionadas ao PI FISPROVET executadas em 2013.

Atividades	Unidade	Realizadas
Colheitas de amostras de vacinas para testes oficiais	Termo de Colheita	179 (100% do solicitado)
Autorização para fabricação de vacinas autógenas	Autorização	492
ção de processos relativos à indústrias fabricantes de produtos de uso veterinário	Informação	541
Tramitação de processos relativos à comércio de produtos de uso veterinário	Informação	1282
Julgamentos de Infrações de comércio de produtos de uso veterinário em primeira	Julgamento	446

Em decorrência das multas aplicadas pelo PI FISPROVET, foram arrecadados R\$ 264.700,00 representando 5,65% do total arrecadado pela SFA MG em 2013.

AÇÃO 2019 - FISCALIZAÇÃO DE MATERIAL GENÉTICO ANIMAL ó FISCGENE

O setor de Material Genético e de Multiplicação Animal Contribui para a qualidade genética do material de multiplicação animal comercializado no Brasil (rastreadabilidade) fiscalizando e controlando a qualidade dos produtos e dos serviços de multiplicação animal ofertados aos produtores, com vistas ao aumento da produção e produtividade da pecuária nacional. Ao controlar o registro dos animais doadores de material genético, contribui para melhorar o desempenho da pecuária, da avicultura e da suinocultura.

A atividade consiste, basicamente, no registro e na fiscalização dos estabelecimentos produtores, comerciantes e prestadores de serviços de material genético de multiplicação animal, Centrais de Produção Sêmen CCPS; e de Embriões: Centro de Fertilização In Vitro de Embriões, CPIV; Transferência de Embriões In Vivo, TE; Clonagens, incluindo as granjas avícolas: Bisavoseiras, Avoseiras, Matriseiras e SPF (granjas livres de patógenos específicos) em todo estado de Minas Gerais.

AÇÃO 2124 - FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS DESTINADOS À ALIMENTAÇÃO ANIMAL ó FISCINAN

Atividades relacionadas ao registro de estabelecimentos e produtos em 2013.

Atividades	Unidade	Realizadas
Registro de estabelecimentos fabricantes	Registro	22
Cancelamento de estabelecimentos fabricantes	Cancelamento	6
Cancelamento de produtos	Cancelamento	86
Registro de produtos	Registro	18
Aditivos	Registro	--
Ingredientes	Registro	2

	Registro	12
	Registro	4

ATIVIDADES DO PI FISCINAN DE FISCALIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS DE ESTABELECIMENTOS E PRODUTOS EM 2013.

Atividades	Unidade	Programadas	Realizadas
Fiscalização de estabelecimentos	fiscalização	350	412
Auditoria	auditoria	10	5
Colheita de amostras para verificação de conformidade	amostra	142	135
Colheita de amostras para pesquisa de OGM	amostra	36	32
Colheita de amostras para pesquisa de olaquindox/carbadox	amostra	7	7
Colheita de amostras para pesquisa de medicamentos	amostra	42	40
Colheita de amostras PSOA	amostra	60	54
Colheita de amostras para pesquisa de salmonela	amostra	60	47

Penalidades aplicadas pelo PI FISCINAN aos estabelecimentos fabricantes de produtos destinados à alimentação animal em 2013.

Atividades	Unidade	Realizadas
Auto de infração	Auto	122
Termo de julgamento	Termo	22
Termo de apreensão	Termo	60
Termo de doação	Termo	22
Termo de inutilização	Termo	27
Termo de interdição temporária/Suspensão	Termo	27
Arrecadação pela aplicação de multas	R\$	828.693,27

É importante mencionar ainda alguns fatores que limitaram a execução das atividades do Serviço de Fiscalização de Insumos Pecuários. Temos um quadro reduzido de Fiscais Federais Agropecuários atuando na atividade dentre os fiscais lotados nas Unidades Regionais da SFA MG, que muitas vezes atendem a diversos Programas/Ações, comprometendo assim a disponibilidade de dedicação. Outro fator limitante à execução das atividades de fiscalização de Insumos Pecuários foi a publicação do Decreto 7.689/2013 que limitou em 40 o número máximo de diárias a serem concedidas por fiscal por ano e ainda restringiu o número deslocamentos de fiscais para um mesmo

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

abilizando a realização de reunião técnica, importante para
ização na legislação vigente.

Apesar disso, os números foram bastante favoráveis, destacando-se, sobretudo, a arrecadação resultante da aplicação da penalidade multa da ordem de R\$1.093.393,20 do SEFIP no exercício de 2013, dos quais R\$ 828.693,27 pelo PI FISCINAN e R\$ 264.700,00 pelo PI FISPROVET.

Conformidade de Estabelecimentos e de Produtos	Nº	Resultado Conforme	Resultado não Conforme	Índice %
Ações de Fiscalização em estabelecimentos com e sem ônus(cadastro no SCDP)	715	485	230	67,8 %
Análises (FQ ,MO e Resíduos) de água e produtos realizadas	4014	3685	329	91,8%

ANEXO 4

Indicadores pelo DIPOA/SDA/MAPA

1- Indicadores do DIPOA/SDA/MAPA para resultados estratégicos

IA (Índice de Conformidade de Produtos de Origem Animal):
IASIF = Índice de conformidade de produtos de origem animal do SIF (número de estabelecimentos com processo sob controle/número total de estabelecimentos).
IASIPOA = Índice de conformidade de produtos de origem animal do SIPAG (número de SIF com processo de fiscalização sob controle/nº total relatórios de supervisão) * (número de estabelecimentos supervisionados/(número total de estabelecimentos*1/4)).
IADIPOA = Índice de conformidade de produtos de origem animal do DIPOA (número de SIPAG com processo gerencial sob controle/6,75).
 $IA = 0,6 (IASIF) + 0,3 (IASIPAG) + 0,1 (IADIPOA)$
 $IA \text{ anual} = 0,6 (IASIF T1+T2+T3+T4/4) + 0,3 (IASIPAG T1+T2+T3+T4/4) + 0,1 (IADIPOA T1+T2+T3+T4/4)$

IA R5 2013 SIPOAMG = $0,7 \times IA \text{ SIF} \times 0,3 \times \frac{\text{n}^\circ \text{ análises conformes}}{\text{n}^\circ \text{ de análises realizadas}}$	0,63
IA R6 2013 SIPOAMG = N° de atividades de combate a clandestinidade realizada	19

2 - Atividades e dados do SIPOA

Estabelecimentos por área	Nº de estabelecimentos sob SIF (692)
Carnes e derivados	113
Leite e derivados	516
Mel e derivados	35
Ovos e derivados	19
Pescado e Derivados	11

3 - Servidores com atividades no SIPOA/DDA/SFA-MG

Servidores com atividades no SIPOA/DDA/SFA-MG	Sede BH	Unidades Técnicas	SIF	Total
Fiscais Federais Agropecuários	19	23	55	97
Agentes de Inspeção	8	13	172	193

Click Here to upgrade to Unlimited Pages and Expanded Features

-
Infrações e Penalidades

4		5	15	3	23
		2	0	0	2
	Estagiários nível superior	5	2	1	8
	Médicos Veterinários conveniados	0	0	16	16
	Agentes de Inspeção conveniados	0	0	63	63
	Cedidos pelo art. 102	0	0	647	647

Penalidades	Nº	Valor
Autos de infração	493	-
Termos de Advertência	15	-
Autos de Multa aplicados	434	-
Autos de Multa arrecadados	-	1.504.760,17
Multas-Cobrança Judicial	152	-
Interdição total de estabelecimento	3	-
Interdição parcial de estabelecimento	6	-

5 - Programação e execução da despesa orçamentária e financeira

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DO SIPOA NO ANO DE 2013								
PLANO INTERNO	NATUREZA DA DESPESA DETALHADA	Provisão Recebida	Total Empenhado	Empenho Liquidado	Valores Pagos	Restos a Pagar/2012	Despesas adm. compartilhadas com o Manufas	Crédito Devolvido
	ND 339014	230.227,82						763,64
	33901414 DIARIAS NO PAIS		229.464,18	229.464,18	229.464,18			187,00
	ND 339030	113.870,40						
	33903001 COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS		9.373,40	9.373,40		9.373,40	9.373,40	
	33903007 GENEROS DE ALIMENTACAO		1.023,69	1.023,69	1.023,69		1.023,69	
	33903016 MATERIAL DE EXPEDIENTE		67.400,00	67.400,00	67.400,00			
	33903017 MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS		17.103,50	17.103,50	17.103,50			17.103,50
	33903019 MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM							
	33903024 MATERIAL P/ MANUT. DE BENS IMOVEIS/INSTALACOES							
	33903026 MATERIAL ELETRICO E ELETRONICO		177,94	177,94	177,94			177,94
	33903039 MATERIAL P/ MANUTENCAO DE VEICULOS		18.394,42	18.394,42	18.001,64	392,78		18.394,42
	33903042 FERRAMENTAS		210,45	210,45	210,45			210,45
	ND 339033	37.591,38						
	33903301 PASSAGENS PARA O PAIS		37.591,38	37.591,38	37.591,38			
	ND 339036	8.970,00						1.328,30
	33903602 DIARIAS A COLABORADORES EVENTUAIS NO PAIS		7.641,70	7.641,70	7.641,70			
	ND 339037	40.982,88						
	33903701 APOIO ADMINISTRATIVO, TECNICO E OPERACIONAL		40.982,88	40.982,88	40.982,88			40.982,88
	ND 339039	76.208,46						123,31
	33903901 ASSINATURAS DE PERIODICOS E ANUIDADES		300,00	300,00		300,00	300,00	
	33903903 COMISSOES E CORRETGENS		35.868,24	35.868,24	35.868,24		35.868,24	
	33903917 MANUT. E CONSERV. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS		2.001,80	2.001,80	2.001,80		2.001,80	
	33903919 MANUTENCAO E CONSERV. DE VEICULOS		10.670,00	10.670,00	9.847,50	822,50		10.670,00
	33903947 SERVICOS DE COMUNICACAO EM GERAL		13.450,00	13.450,00	13.450,00			13.450,00
	33903956 SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO							
	33903958 SERVICOS DE TELECOMUNICACOES		9.573,61	9.573,61	9.193,61	380,00		9.573,61
	33903974 FRETES E TRANSP. DE ENCOMENDAS		250,00	250,00	250,00			250,00
	33903977 VIGILANCIA OSTENSIVAMONITORADA		1.550,00	1.550,00	1.310,00	240,00		1.550,00
	33903983 SERVICOS DE COPIAS E REPRODUCAO DE DOCUMENTOS		2.421,50	2.421,50	2.421,50			2.421,50
	ND 339093	5.400,00						400,00
	33909302 RESTITUICOES		5.000,00	5.000,00	2.761,23	2.238,77		
	ND 449052	58.983,53						
	44905212 APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS		6.086,49	6.086,49		6.086,49		
	44905233 EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO		3.199,99	3.199,99		3.199,99		
	44905235 EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS		48.817,05	48.817,05		48.817,05		
	44905236 MAQUINAS, INSTALACOES E UTENS. DE ESCRITORIO		880,00	880,00		880,00		
	TOTAL GERAL	572.234,47	569.432,22	569.432,22	496.701,24	72.730,98	165.772,93	2.802,25

ANEXO 5



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAS

00 396 895/0012-88
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA,
PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Coordenação Geral de Administração
de Pessoas
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO D
ANEXO 1º ANDAR ALA A
DEP 75043-900
BRASÍLIA - DF

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins, junto ao Tribunal de Contas da União, que o servidor, José Calazans dos Santos CPF nº 150.533.771-20, apresentou autorização de acesso do Imposto de Renda, neste Ministério, conforme prevê a Instrução Normativa do TCU 65/2011 de 28/04/2011.

Brasília, 12 de fevereiro de 2014.


Carlos Antônio Portugal de Assunção
Chefe de Divisão de Cadastro - CGAP

Ministério da Agricultura, Pecuária e
Abastecimento - MAPA

Confere com o Original

Data: 12/02/14



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAS

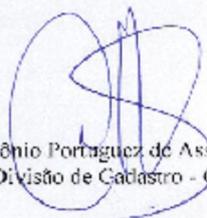
00 396 895/0012-88

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA,
PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Coordenação Geral de Administração
de Pessoas
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS BLOCO D
ANEXO 1º ANDAR ALAA
CEP 70043-900

DECLARAÇÃO

BRASÍLIA - DF

Declaramos para os devidos fins, junto ao Tribunal de Contas da União, que o servidor, Alberto Jerônimo Pereira CPF nº 135.037.821-68, apresentou autorização de acesso do Imposto de Renda, neste Ministério, conforme prevê a Instrução Normativa do TCU 65/2011 de 28/04/2011.



Brasília, 12 de fevereiro de 2014.

Carlos Antônio Portugal de Assunção
Chefe de Divisão de Cadastro - CGAP

Ministério da Agricultura, Pecuária e
Abastecimento - MAPA

Confere com o Original
Data: 12.02.14



PDF
Complete

*Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.*

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)